



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E SABERES NA  
AMAZÔNIA

**ÉRICA PATRÍCIA BARBOSA COSTA**

**DO NÃO-LUGAR AO LUGAR: A TOPONÍMIA MARAPANIENSE DO ESTADO  
DO PARÁ**

BRAGANÇA-PA

2017

ÉRICA PATRÍCIA BARBOSA COSTA

**DO NÃO-LUGAR AO LUGAR: A TOPONÍMIA MARAPANIENSE DO ESTADO  
DO PARÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Linguagens e Saberes, no Curso de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Lúcia Reis Rodrigues.

BRAGANÇA-PA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFPA

---

Costa, Érica Patrícia Barbosa, 1991 -  
Do não-lugar ao lugar: a toponímia marapaniense do estado do Pará / Érica Patrícia Barbosa  
Costa. – 2017.

Orientador: Carmen Lúcia Reis Rodrigues.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança,  
Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Bragança, 2017.

1. Língua Portuguesa-Lexicografia. 2. Toponímia. 3. Nomes geográficos-Pará. I. Título.

CDD: 23. ed. 469.5

---

ÉRICA PATRÍCIA BARBOSA COSTA

DO NÃO-LUGAR AO LUGAR: A TOPONÍMIA MARAPANIENSE DO ESTADO  
DO PARÁ

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará, pela seguinte banca examinadora:

\_\_\_\_\_ - Orientador

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Lúcia Reis Rodrigues

Universidade Federal do Pará (UFPA)

\_\_\_\_\_ - Membro interno

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tabita Fernandes da Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA)

\_\_\_\_\_ - Membro externo

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Célia Dias de Castro

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

BRAGANÇA-PA

2017

À minha mãe (*Rosidária  
Barbosa Costa*), pelo imenso  
amor, apoio e confiança,  
sem os quais eu não teria  
chegado até aqui. À  
senhora, a minha eterna  
gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Na ocasião, agradeço imensamente aos que direta e/ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho e, por conseguinte, para a sua conclusão, sistematizada no interior deste texto que apresentamos. A vocês, muito obrigada! Em especial, agradeço:

A Deus, força maior, que segue guiando-nos sempre ao caminho do bem.

À minha mãe, Rosidária Barbosa Costa, por todo o amor, carinho e apoio depositados, em todos os momentos de minha vida. Dedico este trabalho à senhora, minha motivação maior!

À minha família, a família Barbosa, que sempre incentivou os meus estudos, apoiando-me, junto de minha mãe, nos momentos mais difíceis.

Ao meu namorado, Ewerton Vicente de Souza Miranda, que sempre me apoia, em todos os momentos em que preciso, tanto na vida acadêmica quanto fora dela. Em especial, agradeço-lhe por ter me acompanhado às comunidades de Marapanim-PA, no interior da pesquisa de campo, sem a sua ajuda, teria sido muito mais difícil chegar às localidades, considerando-se os caminhos praticamente inacessíveis, a falta de transporte público (no caso de algumas comunidades), além da distância entre elas. Sou para sempre grata!

À minha orientadora, professora Carmen Lúcia Reis Rodrigues, por todas as orientações concedidas (sempre muito produtivas); pelo incentivo à pesquisa acadêmica e pelo apoio à continuidade do trabalho toponomástico, no âmbito do Estado do Pará. Obrigada por tudo, professora!

Às Professoras Tabita Fernandes da Silva e Eliete Solano, pelas contribuições concedidas no exame de qualificação deste trabalho. Obrigada, professoras!

Aos amigos que encontrei no Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA, Bragança). Obrigada a todos, pelos ensinamentos, pelos exemplos de força e superação, pelas discussões suscitadas, no interior das disciplinas cursadas, enfim, por toda a convivência.

Aos professores do PPLSA/Bragança, que nos propiciaram discussões  
Outras, pontos de vistas diversificados e, ao mesmo tempo, complementares  
acerca da complexidade própria das Linguagens e dos Saberes.

À Universidade Federal do Pará, por nos oferecer um ensino gratuito e  
de qualidade, mesmo frente às limitações e dificuldades enfrentadas, no  
contexto da educação pública no Brasil.

À Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível  
Superior, pelo apoio oferecido, a partir da bolsa de mestrado concedida.

À Prefeitura Municipal de Marapanim-PA, pelas informações e  
direcionamentos dados.

Aos colaboradores de nossa pesquisa, que, no seio de seus lugares,  
mostraram-se solícitos para conosco, reconstruindo, em cada ato discursivo, no  
escopo das interlocuções suscitadas, a história local, as suas histórias, as  
nossas histórias.

*O discurso é um grande soberano, que com o mais diminutivo e inaparente corpo as mais divinas obras executa (Górgias, Elogio a Helena).*

## RESUMO

Este trabalho discute o conjunto toponomástico (especialmente a microtoponímia) que recobre o município de Marapanim-PA, situado na microrregião do Salgado e na mesorregião do Nordeste Paraense. Do ponto de vista teórico-metodológico, seguimos os pressupostos de Dick (2008, 2004, 1990, 1992, 1987, 1975), além de outros pesquisadores que também seguem a vertente dos estudos onomásticos, como Isquerdo (1996, 2006, 2008, 2016); Carvalho (2010); Carvalhinhos (2008), dentre outros. No que tange aos resultados alcançados, analisamos 80 topônimos marapanienses, nomeando acidentes geográficos físicos (rios, praias e ilhas) e humanos (comunidades, vilas). Sob o viés linguístico, destacamos, quanto à estrutura dos termos toponímicos, que, predominantemente, os topônimos simples se sobressaem, contabilizando um total de 44 termos (**Bussu**, AH-PA; **Jarandeuá**, AH-PA), ou seja, mais de 50% do total analisado. Em seguida, têm-se os topônimos compostos (**São José**, AH-PA; **Itacoã**, AH-PA), cerca de 40% do total. Com o menor número de ocorrência (7% do total), têm-se os topônimos híbridos (**Taperinha**, AH-PA; **Guarajubal**, AH-PA). Com relação à classificação taxionômica, as taxas de natureza física destacam-se, com ênfase aos fitotopônimos – **Samambaia** (AH-PA); **Cajutuba** (AH-PA) – e aos zootopônimos – **Tamataquara** (AH-PA); **Caratateua** (AH-PA). A forte presença desses dois conjuntos de topônimos revela o ambiente físico-social como um forte índice motivacional, na designação dos espaços marapanienses. A origem lingual dos termos reflete a presença marcante de topônimos de origem indígena na região, mesmo frente à hegemonia do português, como exemplo, podemos destacar **Matapiquara** (AH-PA) e **Pindorama** (AH-PA). Ao todo, os termos de base tupi totalizam pouco mais de 50% do conjunto de ocorrências.

**Palavras-chave:** Léxico. Cultura. Topônimos. Marapanim-PA.

## ABSTRACT

This work discusses the toponomastic set (especially the microtoponymy) that covers the municipality of Marapanim-PA, located in the Salgado micro-region and the mesoregion of the Northeast of Paraense. From a theoretical and methodological point of view, we follow the presuppositions of Dick (2008, 2004, 1990, 1992, 1987, 1975), as well as other researchers who also follow the aspects of onomastic studies, such as Isquerdo (1996, 2006, 2008, 2016 ); Carvalho (2010); Carvalhinhos (2008), among others. Regarding the results achieved, we analyzed 80 localities of Marapanese, naming physical geographic accidents (rivers, beaches and islands) and humans (communities, villages). In terms of the linguistic bias, we emphasize that, in terms of the structure of the toponymic terms, predominantly, simple toponyms stand out, accounting for a total of 44 terms (Bussu, AH-PA, Jarandeuá, AH-PA), that is, more than 50 % Of total analyzed. Next, there are compound toponyms (São José, AH-PA, Itacoã, AH-PA), about 40% of the total. With the lowest number of occurrences (7% of the total), there are hybrid toponyms (Taperinha, AH-PA, Guarajubal, AH-PA). Regarding the taxonomic classification, the taxes of physical nature stand out, with emphasis on the phytotoponyms - Samambaia (AH-PA); Cajutuba (AH-PA) - and zootoponyms - Tamataquara (AH-PA); Caratateua (AH-PA). The strong presence of these two sets of toponyms reveals the physical-social environment as a strong motivational index, in the designation of the spaces of Marapanim. The lingual origin of the terms reflects the marked presence of toponyms of indigenous origin in the region, even in the face of Portuguese hegemony, for example Matapiquara (AH-PA) and Pindorama (AH-PA). In all, the Tupi base terms total just over 50% of the set of occurrences.

**Keywords:** Lexicon. Culture. Toponyms. Marapanim-PA.

## LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Taxeonomias de natureza física e antropoculturais .....	48
Quadro 2 - Lista de topônimos identificados.....	59
Quadro 3 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica .....	63
Quadro 4 - Ficha topônimo Marapanim .....	64
Quadro 5 - Ficha topônimo Itacoã .....	65
Quadro 6 - Ficha topônimo Jarandea .....	66
Quadro 7 - Ficha topônimo Igarapé Buiuna .....	67
Quadro 8 - Ficha topônimo Matapiquara .....	67
Quadro 9 - Ficha topônimo Fazendinha .....	68
Quadro 10 - Informações gerais acerca do município de Marapanim-PA .....	78
Quadro 11 - Hagiopônimos.....	82
Quadro 12 - Animotopônimos.....	88
Quadro 13 - Hierotopônimos .....	89
Quadro 14 - Antropotopônimos .....	91
Quadro 15 - Ecotopônimos .....	93
Quadro 16 - Enotopônimos.....	94
Quadro 17 - Somatopônimos.....	95
Quadro 18 - Taxes com apenas uma ocorrência .....	95
Quadro 19 - Fitotopônimos .....	96
Quadro 20 - Zootopônimos .....	99
Quadro 21 - Litotopônimos .....	102
Quadro 22 - Hidrotopônimos e Dimensiotopônimos.....	103
Quadro 23 - Estrutura morfológica: topônimos simples .....	106
Quadro 24 - Topônimos compostos: hagiopônimos.....	109
Quadro 25 - Topônimos compostos, distribuídos em grupos taxeonômicos diferentes .....	110
Quadro 26 - Topônimos híbridos .....	111
Quadro 27 - Topônimos de etimologia tupi .....	113

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 DO NOME AO TOPÔNIMO: PERCORRENDO CAMINHOS</b> .....	<b>16</b>
1.1 O HOMEM, O CONHECER E O DENOMINAR .....	16
1.2 O SIGNO LINGUÍSTICO NA PERSPECTIVA SAUSSURIANA .....	24
1.3 OS SIGNOS NA PERSPECTIVA PEIRCIANA.....	26
1.4 LINGUAGEM VERSUS CULTURA E TRADUÇÃO CULTURAL .....	32
1.4.1 Linguagem versus Cultura.....	32
1.4.2 Tradução Cultural.....	42
1.5 A TOPONÍMIA: O SIGNO LINGUÍSTICO-TOPONÍMICO .....	44
<b>2 NOSSOS CAMINHOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>55</b>
2.1 EXPERIÊNCIA EM CAMPO .....	56
2.2 IDENTIFICAÇÃO, SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS .....	59
<b>3 ESBOÇO ACERCA DA SITUAÇÃO LÍNGUOCULTURAL DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XVII E FORMAÇÃO SÓCIOHISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE MARAPANIM-PA</b> .....	<b>70</b>
3.1 ESBOÇO SOBRE A FORMAÇÃO LINGUOSOCIAL NA AMAZÔNIA, NO SÉCULO XVII.....	70
3.2 FORMAÇÃO SÓCIOHISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE MARAPANIM-PA.....	74
<b>4 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TOPONÍMIA DE MARAPANIM-PA: TAXEONOMIA E FORMAÇÃO DOS TOPÔNIMOS</b> .....	<b>81</b>
4.1 CLASSIFICAÇÃO TAXEONÔMICA DOS TOPÔNIMOS MARAPANIENSES ....	81
4.2 ESTRUTURA MORFOLÓGICA DOS TOPÔNIMOS MARAPANIENSES .....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	116
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>119</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>124</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>126</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema aqui abordado não é, relativamente, recente, isso porque debruçamo-nos sobre ele em trabalho anterior, em nossa monografia de conclusão de curso de graduação. Naquela ocasião, detivemo-nos à análise e interpretação dos topônimos indígenas que dão nome às comunidades vinculadas ao município de Marapanim-PA, situado na microrregião do Salgado e na mesorregião do Nordeste Paraense.

Como dissemos, quanto à pesquisa anterior, nossos olhares incidiram, especificamente, à nomenclatura geográfica indígena marapaniense, deixando para um outro momento o trabalho com a toponímia de procedência portuguesa, ou outras procedências.

Naquele momento, o trabalho permitiu-nos tecer algumas generalizações acerca do conjunto toponomástico da região em tela, sinalizando-nos, concomitantemente, a necessidade de se ampliar a investigação toponímica na região, considerando-se que, a partir desse alargamento, poderíamos tecer generalizações mais precisas, no que se refere à identidade línguo-cultural do lugar, a partir do exame do tecido toponímico que o reveste.

Nesse sentido, tomando em conta a questão acima suscitada, propomo-nos, no interior deste trabalho, a explicitar, pôr em cheque, trazer à tona, o perfil toponímico do município de Marapanim-PA, a partir do exame da nomenclatura de seus acidentes geográficos (físicos e humanos), considerando-se os termos registrados oficialmente no mapa do município (1504406), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para alcançarmos tal intento, pretendemos, de modo mais específico:

- Descrever os topônimos marapanienses do ponto de vista etimológico;
- Classificar os topônimos marapanienses, considerando-se a estrutura do sintagma toponímico;
- Classificar os topônimos marapanienses, considerando-se o conteúdo semântico por eles carregados, isto é, classificá-los taxonomicamente;

- Explicitar, quantitativamente, a distribuição taxonômica dos termos, destacando as taxes mais produtivas;
- Explicitar, quantitativamente, as estruturas morfológicas, com ênfase às que apresentarem o maior número de ocorrências.

Marapanim-PA foi por nós escolhido por não haver, até o presente momento, pesquisas sobre a toponímia do município, tão propício a tais investigações, como veremos mais adiante. Cabe dizer que, embora a Toponímia apresente-se como um ramo do saber dos mais sugestivos, no âmbito das ciências humanas, os trabalhos dessa natureza ainda não são tão representativos no Brasil<sup>1</sup>, quantitativamente falando, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

Quanto à região Norte, especialmente ao estado do Pará, talvez possamos dizer que as pesquisas toponímicas mostram-se, ainda, embrionárias, principalmente do ponto de vista quantitativo. Por entendermos que a formação línguo-cultural de nosso estado, desde sempre, é multifacetada, o estudo linguístico, neste caso o lexical, poderá trazer à tona essa realidade, ou melhor dizendo, essa identidade. Partimos da hipótese de que a toponímia revela traços da história, das linguagens, dos modos de ser e de fazer do sujeito marapaniense.

No que tange à orientação teórico-metodológica adotada, ancoramo-nos nos pressupostos de Dick (1990, 1992, 1987, 1975, 2004, 2008); assim como em outros pesquisadores que também seguem a vertente dos estudos onomásticos, como Carvalhinhos (2008), Carvalho (2010), Isquerdo (1996, 2006, 2008, 2016), dentre outros.

Quanto à organização geral deste trabalho, ele está disposto em quatro capítulos, cada um suborganizado em seções. No primeiro capítulo, “Do nome ao topônimo: percorrendo caminhos”, começamos por destacar as principais discussões acerca do nome, do *Onoma*, no âmbito da filosofia clássica da linguagem, com ênfase à perspectiva naturalista e à convencionalista. Na seção seguinte, discorreremos a respeito da noção de signo (estritamente verbal), no escopo do pensamento saussuriano. Na terceira seção, elucidamos as proposições de Pierce, quanto à noção de signo (de base não apenas verbal). Na sequência, colocamos em destaque as correlações entre linguagem e cultura, considerando-se as aspirações

---

<sup>1</sup> Conforme discute Melo (2007), em trabalho que divulga os pressupostos teórico-metodológicos adotados pelo autor para a construção do projeto ATEC – Atlas Toponímico do Estado do Ceará.

tradicionais, como o Relativismo de Sapir (1950), acerca dessas correlações. Por fim, para concluir as discussões dessa seção, tratamos sobre a noção de Tradução Cultural, muito cara às reflexões pós-modernas, quando o que está em pauta são as relações entre línguas e culturas.

No capítulo II, intitulado “Nossos caminhos metodológicos”, apresentamos os passos metodológicos tomados, no que tange à análise dos dados, explicitando, em seguida, em linhas gerais, a experiência que tivemos em campo, ao visitarmos dez comunidades vinculadas ao município de Marapanim-PA, a fim de obter narrativas acerca da formação e fundação sócio-histórica dessas localidades.

Feito isso, na seção “Identificação, seleção e organização dos dados”, tratamos a respeito dos procedimentos referentes à identificação dos topônimos marapanienses, a seleção e, por fim, a organização de cada termo, no interior de fichas lexicográfico-toponímicas, tomando em conta o modelo de Dick (2004).

No capítulo III, trazemos, de modo breve, um esboço a respeito do quadro línguo-cultural que foi se delineando no século XVII, na Amazônia, e que, certamente, deixou suas marcas, no quadro linguístico e cultural que se tem hoje. Em seguida, discutimos a formação sócio-histórica do município de Marapanim-PA, destacando os principais pontos de vista, quanto a isso.

Por fim, no capítulo IV, apresentamos os resultados alcançados, discutindo-os, concomitantemente, pondo em tela as relações entre língua e cultura. Assim, retomamos algumas discussões explicitadas ao longo do trabalho, especialmente no primeiro capítulo, as quais orientaram-nos na construções das reflexões suscitadas.

## 1 DO NOME AO TOPÔNIMO: PERCORRENDO CAMINHOS

“Não podemos pensar se aquilo que nos parece acaso não é devido a nossa ignorância”  
(MORIN, 2005)

### 1.1 O HOMEM, O CONHECER E O DENOMINAR

O nome, o *Onoma*, desde a filosofia grega ocidental, tem ganhado destaque no âmbito das discussões sobre a linguagem. Tratava-se de investigar, por exemplo, não o nome em si, mas o conhecimento acessado a partir dele e sua correspondência com o real, isto é, a verdade das coisas. Acrescenta-se a isso, o interesse pelo sentido do nome, pelo seu processo de significação.

Assim, o estudo do nome era também o estudo do conhecimento, ou melhor dizendo, era a busca por uma teoria que explicasse o modo pelo qual apreendemos, relacionamos e expressamos, por meio do nome, da linguagem, a realidade. Ao pensarmos nas discussões filosóficas acerca da linguagem, é indispensável tratar da questão do conhecimento humano, uma vez que, no escopo da filosofia clássica da linguagem, o ponto fulcral não era especificamente a linguagem, as línguas, tomadas em si mesmas. Martins (2011) discute o fato de que, no seio multifacetado da Filosofia ocidental sobre a linguagem, é preciso entender, com maior nitidez, acerca de que ponto mais central ela se debruça. Para a autora (*op. cit.*), quando, por razões diversas, a Filosofia ocidental trata da linguagem, interessa-se, quase que, na maioria dos casos, pela questão do sentido.

O fato de o sentido, desde sempre, ser tomado como ponto de partida e de chegada às discussões filosóficas sobre a linguagem, pode explicar, segundo Martins (2011), o fato de as relações entre a Filosofia e a Linguística se darem especialmente no campo da Semântica. Ademais, M. Pêcheux (1997) discute que a “Semântica constitui para a Linguística o ponto nodal de todas as contradições”, acrescentando que, se isso se dá, é justamente “porque é nesse ponto, e mais frequentemente sem reconhecê-lo, que a Linguística tem a ver com a Filosofia” (PÊCHEUX, 1997, p. 20, *apud* MARTINS, 2011, p. 442; ver também ORLANDI, 2002).

Em um dos diálogos de Platão, “o Crátilo”, o nomear, bem como os desdobramentos daí advindos, são pontos de partida à discussão. No interior do diálogo, Sócrates medeia, dialeticamente, a reflexão acerca da justeza dos nomes, a partir do exame das distintas teses defendidas por Hermógenes e Crátilo.

Hermógenes defende o caráter convencional em relação à correção dos nomes. Para ele, a correção dos nomes não vai para além da convenção e do acordo. Observemos isso em uma de suas falas, em que é instigado por Sócrates a explicitar seu ponto de vista sobre o assunto:

Parece-me que aquele nome que alguém puser a uma coisa, esse será o nome correcto; e se de novo o mudar, e já não lhe chamar aquele, o segundo em nada será menos correcto que o primeiro, como nós mudamos o nome dos nossos criados domésticos, sem que o nome para que mudámos seja menos correcto do que aquele que primeiramente lhe fora posto (PLATÃO, 1989, p. 44 – 384 d).

Assim, Hermógenes explicita o seu ponto de vista, no sentido de sugerir a convencionalidade radical da nomeação, concomitantemente, opondo-se a Crátilo, para o qual o nome pertence naturalmente à coisa. Ademais, além do entendimento de que as coisas são nomeadas estritamente por convenção, Hermógenes vê nessas convenções possibilidades muito simples de mudança, mas que, ao nosso ver, não o são. Se, por um lado, a convenção é fruto de um acordo social, tácito, a mudança de um nome a outro também o é. Ao contrário do que afirma Hermógenes, quanto à mudança linguística (lê-se a mudança dos nomes, considerando-se a referência a uma mesma coisa), ela faz-se mediante às necessidades postas pelo *ethos*, às pressões político-sociais, que sempre incidem sobre a linguagem. Um indivíduo só muda o nome se os seus semelhantes legitimarem a mudança.

Além de considerar o princípio da mutabilidade, inerente às línguas naturais, Coseriu (1979) reitera que a língua nunca está pronta, que está em um contínuo atualizar, recriar, que se faz perceber, por exemplo, em cada situação de fala. Contudo, tanto o atualizar quanto o recriar são condicionados pela tradição, nas palavras do autor, essa recriação depende:

(...) de uma tradição, já que cada falante diz as coisas de determinada maneira em grande parte porque é daquela maneira que se costuma dizer. Há um delicado jogo de continuidade e de inovações, estas sempre em menor número (COSERIU, 1979 *apud* CHAGAS, 2012, p. 150).

Isso mostra-nos uma individualidade moldada por uma coletividade, que a orienta, embora não a percebamos. Dessa maneira, por mais individual e idiossincrática que seja a manifestação, ela, de uma forma ou de outra, trará traços da generalidade que a permite individualizar-se. Não estamos querendo, com isso, reduzir a manifestação individual, não individualizando-a, mas procuramos contextualizá-la, relacionando-a à lógica da cosmovisão que a orienta.

Quanto a Crátilo, que argumenta que o nome liga-se à coisa de modo natural, vejamos:

E Crátilo diz a verdade quando diz que os nomes pertencem às coisas por natureza e que nem todas as pessoas são artífices dos nomes, mas só aquele que fixa os olhos no nome que é, por natureza, o nome de cada coisa e é capaz de impor a sua forma às letras e às sílabas (PLATÃO, 1989, p. 53 – 391 a).

A tese naturalista argumenta que cada coisa possui, por natureza, um nome. Em outras palavras, seria como se os seres já fossem nomeados divinamente, cabendo aquele que está apto a nomear, a tarefa de explicitar o nome dado previamente. Assim, cada coisa possui uma denominação exata por natureza. Ao *nomoteta*, legislador dos nomes, como coloca Platão, cabe perceber essa nomeação, fazendo o trabalho que lhe é devido.

A partir de algumas discussões suscitadas, na tessitura deste trabalho, além das leituras realizadas, podemos dizer que as teses apresentadas acerca da justeza dos nomes, além de especularem a respeito da origem das palavras, convergem à busca de explicações que “ocasionem em uma tomada de posição em relação à essência da linguagem e de sua função no conhecimento da verdade” (PRAZERES et al., 2013, p.4).

Não é forçoso dizer que o discurso dos gregos era aquele que trabalhava pelo alcance da verdade. O que se colocava era o Ser, que é verdadeiro porque é, em oposição ao não-Ser, que não o é. A busca pela verdade é o que melhor define o empreendimento dos gregos, no contexto da filosofia que os direcionava. Os gregos, falando especialmente a partir de Sócrates, entendiam que a linguagem tinha como função primeira a representação das coisas, das ideias. Platão, por exemplo, via as palavras como imagens das coisas. Para ele, os discursos serviam para descrever as coisas, o mundo.

Nessa perspectiva, os enunciados formadores do discurso eram avaliados em termos de falso ou verdadeiro. Eram verdadeiros se correspondessem à realidade da coisa. Por exemplo, se disséssemos que a bola é circular, poderíamos verificar se esse enunciado é de fato verdadeiro, observando a realidade do formato da bola, caso a proposição não correspondesse à realidade da bola, o enunciado seria falso.

Caso quiséssemos observar a veracidade de uma proposição, só o faríamos, conforme defende Platão, porque a realidade do objeto nos permite, aquilo que está fora da linguagem, que independe dela.

À luz desse pensamento, para conhecermos a verdade do objeto, teríamos que, relativamente, conhecer o próprio objeto, já que a linguagem apenas imita-o, não revelando, verdadeiramente, o seu ser. O caráter de veracidade de um nome é comprovado ou refutado a partir da realidade do objeto a que o nome refere-se.

No âmbito da discussão que se coloca, a verdade das coisas, o ser delas, não poderia ser plenamente apreendida e manifesta pela linguagem. Seria como se a verdade da coisa fosse a coisa, embora saibamos que a verdade está no não sensível, na essência, que não é nem coisa, nem a representação que dela fazemos, ela existe em si mesma. Em síntese, a linguagem, pois, não dá conta de expressar aquilo que é a coisa, as suas idiossincrasias, já que linguagem é aqui entendida apenas em termos de representação.

Portanto, o homem seria apenas capaz de contemplar a verdade da coisa e, relativamente, expressá-la, porque expressão linguística é imitação. A linguagem, assim, não seria o melhor caminho de acesso ao conhecimento, à verdade do objeto. Em suma, a verdade independia da linguagem e era imutável.

Os sofistas, por sua vez, defendiam que não existia uma verdade única, essencial, em termos universalmente válidos. Do ponto de vista da linguagem, não cabe, nessa perspectiva, tomar as expressões linguísticas como portadoras de um sentido fixo, pertencente à expressão em si mesma. Para Martins (2011) seria:

(...) compatível com o estilo sofista de pensamento, colocar as coisas em termos de *fazer sentido*, pois um dos pontos centrais da sofística é justamente enfatizar que um mesmo dizer, consideradas as brechas deixadas pela relativa precariedade dos consensos que regulam as práticas humanas, pode significar uma coisa e o seu exato contrário (MARTINS, 2011, p. 452).

Partindo disso, entende-se a verdade enquanto circunstancial, delimitada pelos contextos pragmático-comunicativos. A lógica sofisticada não põe em questão o verdadeiro e o falso das expressões linguísticas, mas o fato de essas expressões fazerem sentido, ou seja, ganharem significado quando usadas em contextos concretos, variáveis. O que está em jogo é o poder significar da linguagem, o *fazer sentido!*

Platão, pois, enxergando o poder do discurso, no modo como é colocado e praticado pelos sofistas, isto é, tomando em conta o fato de qualquer enunciado poder fazer sentido, incumbe-se de explicitar, de fazer conhecer, os perigos daí advindos. Harris e Taylor (1989) observam que:

nas duas instituições civis principais da *polis*, o tribunal e a assembleia, o êxito dependia da linguagem, tornando-se, portanto, importante para Platão ‘mostrar que a linguagem – o instrumento essencial utilizado pelos sofistas e políticos democráticos em suas atividades – exige ela mesma que reconheçamos a verdade como algo independente e não ilusório’ (HARRIS e TAYLOR, 1989, p.18 *apud* MARTINS, 2011, p. 455).

Sendo assim, na contramão do discurso sofisticado, acerca do “valor de verdade dos enunciados”, Platão segue na tentativa de mostrar que eles, os sofistas, não proferem nada mais do que dizeres falsos, fazendo-os parecer verdadeiros, é daí que Platão reconhece que a linguagem pode dizer não apenas o que é, o ser, mas diz também o que não é, o não ser<sup>2</sup>. Além disso, no seio dessa discussão, conforme aponta Marques (2011), Platão retoma a distinção objetiva que defendera entre o discurso falso e o verdadeiro.

Essas proposições mostram-nos que pensar a linguagem, desde os primeiros esforços em compreendê-la, no âmbito da filosofia clássica, é pensar também o conhecer humano; é pensar, ainda, as relações deste com a realidade circundante. Petter, ao tratar da relação homem/linguagem, reforça:

O fascínio que a linguagem sempre exerceu sobre o homem vem desse poder que permite não só nomear/criar/transformar o universo real, mas também possibilita trocar experiências, falar sobre o que existiu, poderá vir a existir, e até mesmo imaginar o que não precisa nem pode existir (PETTER, 2012, p. 11).

---

<sup>2</sup> Ver Platão, “O Sofista”.

Talvez a grande contribuição dos sofistas esteja no fato de terem percebido o poder da linguagem, no sentido de que ela não precisa corresponder necessariamente ao real, nem imitá-lo, como dissera Platão. Mas ela pode criar, reinventar, ressignificar, pode ser uma coisa e outra totalmente contrária, ela cria sentidos.

Ainda com relação ao Crátilo, destacamos um ponto que não fora bem elucidado acima, estamos falando do legislador dos nomes, o *nomoteta*, que Crátilo (389a) define como “o mais raros dos artistas que surgem entre os homens”.

Se, à luz desse pensamento, o *nomoteta* é um ser iluminado, dotado de uma especificidade raríssima, a de possuir a arte do nomear, aqui, os legisladores somos nós, nomeando o mundo circundante, a partir de nossas impressões sócio-ideológicas, historicamente construídas.

Os objetos são por nós criados, nomeados, modificados, ajustados, conforme houver necessidade ou conforme se impuser uma necessidade. Não estamos tão distantes deles, de certa forma, também somos objetos, objetos sociais. Podemos apreender a sua essência (a essência do objeto), o seu ser, a sua natureza? Vale dizer que essa questão que, aparentemente parece elementar, é das mais difíceis de se responder, envolve questões que extrapolam as fronteiras da linguagem, se é que podemos falar de fronteiras, ao tratar de pontos tão entrelaçados. Não é forçoso dizer que, a partir dela, poder-se-á pensar na questão do próprio conhecimento, de um modo geral.

Começemos por considerar a nomeação como uma atividade eminentemente humana, capaz de distinguir, particularizar e situar, considerando-se uma certa temporalidade e uma certa espacialidade. As palavras de Dick (1990), referentes à nomeação, são elucidativas:

(...) a representação do real (ou de suas 'qualidades'), através das estruturas simbólicas de uma língua, revela-se como a conseqüente de um complexo bio-psíquico, integrado por estímulos ou excitações neuronais e por processos mentais propriamente ditos, como as faculdades de 'pensar', de 'compreender' ou de 'raciocinar' (DICK, 1990, P. 31).

Partindo disso, é importante perceber que o ato de nomear, que parece-nos espontaneamente tão natural, aciona, em seu desenrolar, faculdades cognitivas que caracterizam o próprio agir humano, como o pensar. Malinowsky (1836) chama a

atenção para o fato de que, embora tudo esteja ‘estabelecido’ e ‘cristalizado’, na realidade, nada está formado em lugar nenhum. A desnaturalização pode ser a saída para uma compreensão mais profunda ou para uma compreensão distinta daquela que fora naturalizada.

Esse ponto de vista, por nós partilhado, faz-nos pensar que o denominar vai muito além da simples atribuição de um nome. Quando atribuímos um nome estamos interligando uma complexa rede de relações, que envolve, dentre outras coisas, o apreender, o compreender, o pensar.

Dick (1990, p. 27) destaca que a “nomeação dos seres orgânicos ou inorgânicos inscreve-se como atividade bastante significativa ao homem, complementar, muitas vezes, do perfeito entendimento da realidade envolvente”. Nesse sentido, mais uma vez a nomeação é atrelada ao entendimento do que fora nomeado. Parece-nos que o nomear pressupõe o compreender, o entender.

Losso (2005), ancorado no pensamento de Heidegger, ao fazer uma reflexão acerca da atividade denominativa, no âmbito da poesia, diz que “O pensar poético é aquele que realmente se abre ao mundo, ao não nomeado do mundo que brilha no ápice de significabilidade do poetar” (LOSSO, 2005, p. 244). O nomear, no âmbito da poesia, é o que há de mais significativo. Enquanto fazer poético, a nomeação é a própria criação artístico-estética, é o nomear não apenas o não nomeado, mas nomear o já nomeado, a partir de uma percepção outra, aquela em prol da arte, da estética.

Toda essa complexidade que reveste o ato denominativo, além de explicitar aspectos que o envolvem, situa-nos quanto à dificuldade de compreendê-lo em sua completude. Questionamento análogo ocorre quando pensamos, por exemplo, que o homem, aquele que nomeia, é complexo por natureza.

Morin (2005) tem discutido a separação desintegradora que as ciências adquiriram ao longo de seu desenvolvimento, subdividindo-se de modo disciplinar, em que as interfaces são vistas problemáticamente, não como articulações, interações entre pontos de vistas distintos, todavia complementares entre si. No interior da discussão posta pelo autor, destacamos:

Se tentarmos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto que o pensamento

simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante (MORIN, 2005, p. 176).

Pensarmos no homem, revestido de aspectos tão distintos e, ao mesmo tempo, complementares, causa-nos um impacto enorme. Talvez por esse motivo, o compartimentamos, para entendê-lo, orientados pelo modelo de ciência dominante.

Pesquisadores defensores de um outro modelo de ciência – para citar apenas alguns: Morin (2005); Santos (2004); Chauí (2000) – têm discutido os problemas apresentados pelo paradigma de ciência dominante, disciplinar, desintegrador e excludente, sugerindo, simultaneamente, um novo paradigma.

Esse modelo emergente deverá, pois, alcançar o que não fora alcançado por seu antecessor. A busca é por uma ciência que conjugue, sem compartimentar; que veja na complexidade das coisas o caminho para a compreensão do todo. Será a supremacia do articular, frente ao separar. Será o encarar o real como ele é. Como diz Morin (2005, p. 176), “o problema da complexidade é, antes de tudo, o esforço para conceber um incontornável desafio que o real lança a nossa mente”.

A leitura interdisciplinar do real pode ser um bom caminho a percorrer, pela diversidade de olhares que poderão incidir sobre ele, que se constitui por traços diversos, unificados num todo coerente. Um indivisível em que as partes não somam-se umas às outras, mas relacionam-se. O primeiro esforço é, antes de tudo, pensar o real como pensável. Precisamos entender o complexo, o heterogêneo, o multifacetado enquanto desafio inteligível, não enquanto barreira ininteligível.

O ramo do saber que abarca nosso objeto de estudo é, eminentemente, interdisciplinar, multidimensional, por isso, não poderíamos deixar de partilhar das reflexões acima explicitadas. Estaríamos reduzindo as aspirações sugeridas pelo ramo do conhecimento que situa “nosso objeto”, caso deixássemos de considerar sua natureza multifacetada. Estamos falando da Toponímia, cujo objeto de estudo é o topônimo.

Antes de tratarmos da toponímia, do signo linguístico-toponímico, começemos por evocar a noção tradicional, saussuriana, do signo linguístico. Em seguida, explicitamos a visão peirceana.

## 1.2 O SIGNO LINGUÍSTICO NA PERSPECTIVA SAUSSURIANA

Saussure (2000), após afirmar que a língua é, dentre outras coisas, um sistema de signos<sup>3</sup>, define, por conseguinte, a natureza do signo linguístico. Para ele, o signo linguístico é uma entidade dual, constituída pela relação significado/significante, esses, indissociáveis, *um reclama o outro*. Quanto à natureza dos elementos (significado/significante) que dão vida ao signo linguístico, eles são, eminentemente, psíquicos, relacionam-se no interior de nossas mentes, de nossa consciência<sup>4</sup>.

Conforme aponta Saussure, no interior do Curso de Linguística Geral (CLG), o signo não une uma coisa e uma palavra, mas um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante). A imagem acústica não deve relacionar-se, de forma alguma, ao som propriamente dito, ela é a imagem psíquica desse som, a impressão mental que dele temos. Quando pensamos em uma palavra, sem expressá-la verbalmente, estamos, por um lado, explicitando a natureza psíquica do significante e, por outro lado, explicitando a relação estabelecida entre o significante e o seu respectivo significado. Não pensamos num significante isoladamente, pelo contrário, sempre que o pensamos, o pensamos relacionado a um dado conceito, isto é, pensamos o signo, não uma parte dele.

Ao pensarmos na palavra **caneta**, em português, imediatamente acionamos o conceito a ela atrelado, ou seja, sabemos a ideia subjacente à caneta, que a distingue de outros signos. Essa associação simultânea e imediata situa-se num plano psíquico, sua resultante é o signo.

Ademais, para a linguística genebrina, o vínculo que se estabelece entre significado/significante é arbitrário, em outras palavras, é imotivado. Para melhor elucidar, trazemos o exemplo clássico:

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário.

<sup>3</sup> Saussure reserva à ciência linguística o estudo dos signos verbais, enquanto que os demais signos deveriam atrelar-se a uma ciência mais geral (a Semiologia), da qual a Linguística deveria ser parte integrante.

<sup>4</sup> No dizer de Fernandes (2008, p. 171), na perspectiva estruturalista, o significante não está por um dado objeto, existente, antecipado ou construído, mas por uma imagem mental ou conceito.

Assim, a idéia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boeuf* (“boi”) tem por significante b-o-f de um lado da fronteira franco germânica, e *o-k-s* (*Ochs*) do outro (CLG, 2000, p. 81-82).

Saussure argumenta, assim, que o traço que une o significante ao significado não é motivado, já que significantes distintos podem acionar uma mesma ideia. Apesar de o significante “mar” denotar o mesmo significado em línguas diferentes, ele modifica-se de língua para língua, assumindo formas distintas, de acordo com a língua em questão.

No entanto, apesar de Saussure considerar a arbitrariedade do signo um princípio básico das línguas naturais, o autor estabelece a distinção entre os signos que são radicalmente (por inteiro) arbitrários e os que o são relativamente (em parte). Nesse sentido, em alguns casos na língua, o princípio da arbitrariedade não ocorre em sua totalidade, pois, nesses casos, a relação entre significante/significado possui certo grau de motivação, daí dizemos que, nesses casos, a arbitrariedade é relativa.

O autor exemplifica: *dez e nove* se tomados isoladamente são radicalmente arbitrários, mas *dezenove* o é relativamente, pois a união desses dois termos instaura certo grau de motivação nesse signo, o que implica dizer que o resultado dessa junção não é totalmente imotivado.<sup>5</sup>

Conforme discute Fernandes (2011), a definição do signo linguístico proposta por Saussure desempenha papel central na linguística estrutural. Esta centralidade se dá com a distinção entre signos naturais (ou motivados) e signos arbitrários (ou convencionais).

Assim, a discussão, no âmbito da filosofia clássica da linguagem, acerca da naturalidade e da convencionalidade dos nomes é atualizada, no interior da linguística, em termos de iconicidade e arbitrariedade. Conforme elucida Neves (1999, p. 103, *apud* ABREU, 2010, p.147) “iconicidade é o princípio pelo qual se considera haver uma relação natural (não arbitrária) entre o código linguístico e seu designatum<sup>6</sup>”. Além da perspectiva saussuriana do signo linguístico, de base

<sup>5</sup>Quanto à questão das onomatopeias, conferir Saussure (1914).

<sup>6</sup> Designatum, em Ogden e Richards (1972) corresponde ao referente e, em termos Peirceanos, corresponde ao objeto.

estritamente verbal, apresentamos, a visão de Peirce<sup>7</sup>, que abarca para além dos signos verbais e é triádica.

### 1.3 OS SIGNOS NA PERSPECTIVA PEIRCIANA

A concepção peirciana parte do princípio de que a lógica de construção do conhecimento não se dá sem a mediação dos signos, das linguagens com as quais passamos a conviver ao longo de nossa existência. Para Fernandes (2011), só conseguimos compreender aquilo que, de alguma forma, está nomeado, isto é, está manifesto por alguma forma de representação. Quanto a isso, as palavras que seguem são elucidativas:

Para se conhecer e compreender qualquer coisa, a consciência produz um pensamento, que é uma relação entre o sujeito e o fenómeno. E isso, já ao nível do que chamamos de percepção, é um signo. Perceber não é se não traduzir um objeto captado pelos órgãos do sentido em um julgamento. É interpor uma camada interpretativa entre a consciência e o que alcança os sentidos (FERNANDES, 2011, p. 174).

Essa proposição corrobora com as defendidas por Peirce, no que tange à compreensão dos fenómenos, que são abstraídos, por um processo lógico, cujo signo é o centro dessa logicidade. É fundamental que entendamos isso para que possamos compreender a natureza do signo, os elementos que os constituem e a forma como eles se relacionam, tomando em conta as discussões de Peirce (2005).

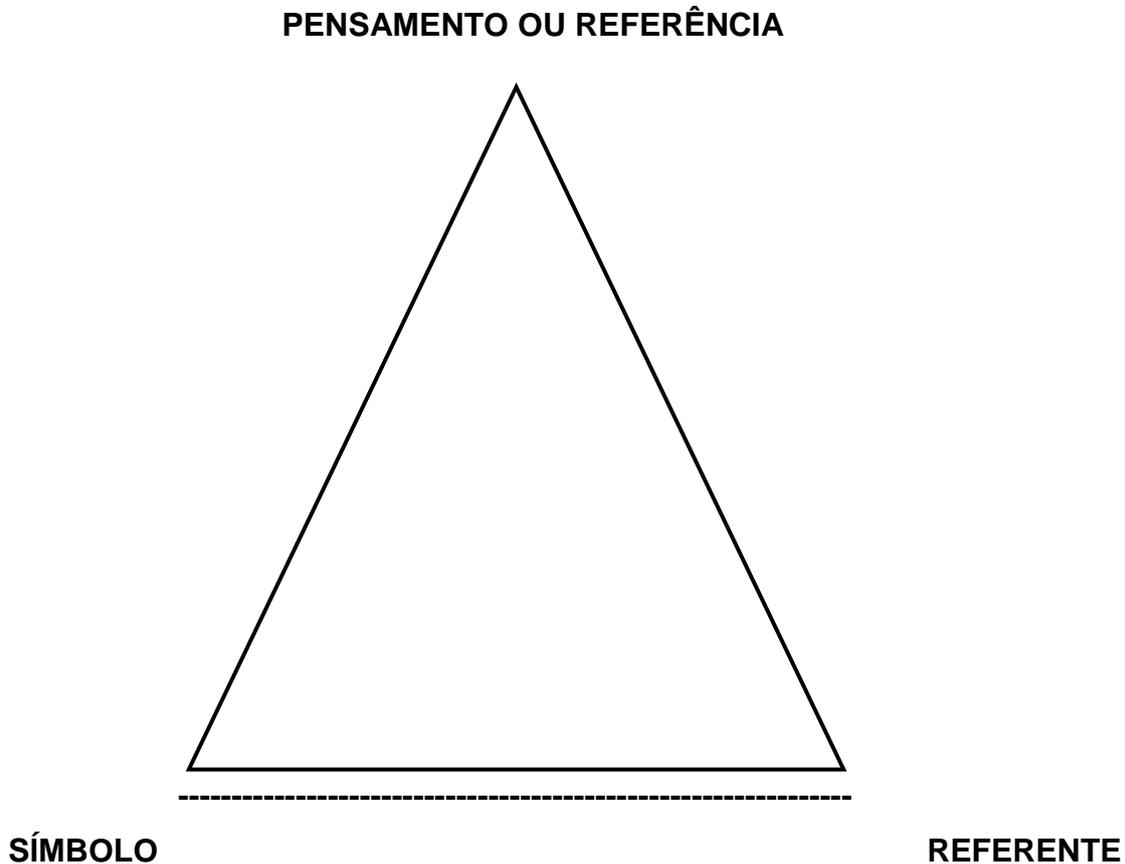
Peirce (2005), ao discutir acerca das distintas formas de representação, que dão significado às nossas vidas e que, a cada instante, podem se renovar, readaptar, rearranjar, atendendo as necessidades da cultura, propõe uma metodologia lógica (triádica) para o estudo de quaisquer formas de representação, isto é, quaisquer sistemas sígnicos.

Nesse sentido, o autor, discutindo a respeito dos elementos constituintes dos signos, acrescenta um elemento: o referente, contrapondo-se, dessa forma, à definição saussuriana do signo linguístico (dicotômica), que não toma em conta a noção de referente, objeto. De acordo com Fernandes (2011), a concepção triádica

---

<sup>7</sup> Peirce acreditava haver a necessidade de um ramo do saber que tomasse como objeto de investigação todos as formas de representação que fazem sentido em uma dada cultura: as artes visuais, os gestos corporais, as sensações etc. Esse ramo do saber, que abarca um vasto número de sistemas sígnicos e os toma como objeto de estudo, é, para o autor, a Semiótica ou lógica.

peirciana dos signos é bem ilustrada no triângulo semiótico de Ogden e Richards (1972). Vejamos:



Triângulo semiótico  
Fonte: Ogden-Richards (1972, p. 32).

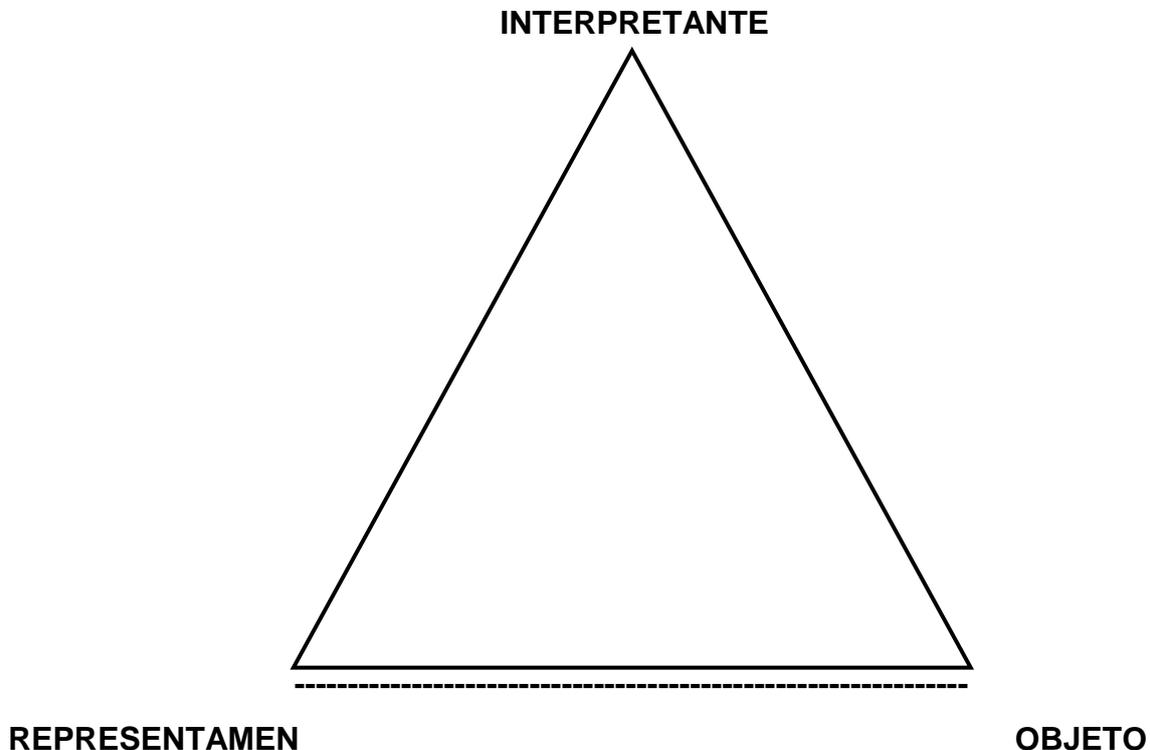
Na base do triângulo<sup>8</sup> encontram-se o símbolo e o referente, no topo têm-se o pensamento ou referência. Entre o símbolo (o que representa) e o referente (aquilo que é representado) não há uma relação direta, mas uma relação indireta (a linha que liga o símbolo ao referente deve ser pontilhada). Nas palavras de Fernandes (2011), essa relação indireta é mediada pelo pensamento ou referência, que está no topo do triângulo.

A noção triádica apresentada em Ogden e Richards (1972), isto é, o símbolo ou signo, o pensamento ou referência e o referente, em termos peircianos

---

<sup>8</sup> Para Saussure, apenas o lado esquerdo do triângulo é considerado, o significante equivaleria ao símbolo, e o significado equivaleria ao pensamento ou referência.

equivalem, respectivamente, ao *representamen*, ao *interpretante* e ao *objeto*. Temos, assim:



Triângulo semiótico. Fonte: Peirce (1990, *apud* FERNANDES, 2011).

É oportuno dizer que, para Peirce, não é o *representamen*, o objeto ou o interpretante que devem ser levados em consideração, mas as relações lógicas por eles estabelecidas. Para o autor, *entre esses três correlatos algo se trama e esse algo é intrincado*. Essa trama ocorre no interior do signo, por meio da relação entre seus constituintes.

Peirce, no âmbito de sua lógica universalizante, chama atenção para o fato de que qualquer processo enunciativo (comunicativo) é triádico, envolvendo concomitantemente: um *representamen*, um objeto (real ou fictício) e um interpretante. Para o autor:

Um signo, ou representamen, é aquilo que, sob um certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa, um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado, denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos

os seus aspectos, mas apenas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei fundamento do representamen. (PEIRCE, 2005, p. 46).

Dessa forma, em termos mais gerais, o signo representa algo para alguém, criando, assim, na consciência desse alguém, um signo correspondente à representação suscitada anteriormente, isto é, cria-se o *interpretante*, o interpretante do primeiro signo, do *representamen*. O signo além de representar algo para alguém, cria na mente desse alguém um outro signo, que corresponde ao primeiro (ao mesmo tempo mais desenvolvido que ele); representa alguma coisa, atrela-se (no plano da consciência) a algo, ao seu objeto. O processo sígnico é, assim, situado na esfera psíquica, as relações dão-se no interior de nossas mentes. Isso porque a compreensão pressupõe, de uma forma ou de outra, a abstração.

Cabe elucidar, em Peirce, a respeito da noção de *interpretante*, esta não deve se confundir com o que entendemos por intérprete. Pode-se dizer que o interpretante é o resultado de um processo de associação, ocorrido na mente do sujeito/intérprete, que, a partir da ideia suscitada por um signo primeiro, cria um novo signo, traduzindo, assim, o significado daquele primeiro, ou *representamen*. O interpretante é o significado de um signo que o antecedeu. A esse respeito, é oportuno trazer as palavras de Santaella<sup>9</sup> (2007):

[...] o significado de um signo é outro signo – seja este uma imagem mental ou palpável, uma ação ou mera ação gestual, uma palavra ou um mero sentimento de alegria, raiva... Uma ideia, ou seja lá o que for – porque esse seja lá o que for, que é criado na mente pelo signo, é um outro signo [...] (SANTAELLA, 2007, P. 12).

Isso faz-nos pensar em um processo metasígnico, em que explicamos um signo a partir de outro. A elucidação de uma dada representação dá-se por meio de outra representação, porque talvez achemos que a segunda é mais clarificada. Temos um primeiro, suscitando um segundo, esse, explicando, traduzindo aquele.

Peirce também organizou os signos em categorias, de acordo com Santaella (2007), dentre todas essas categorias/tricotomias:

---

<sup>9</sup> Conferir “O que é Semiótica” - Santaella (2007).

[...] há três, as mais gerais, às quais Peirce dedicou explorações minuciosas. São as que ficaram mais conhecidas e que têm sido mais divulgadas. Tomando-se a relação do signo consigo mesmo (1<sup>o</sup>), a relação do signo com seu objeto dinâmico (2<sup>o</sup>) e a relação do signo com seu interpretante (3<sup>o</sup>) (SANTAELLA, 2007, p. 13).

Neste trabalho, delimitemo-nos à categorização que trata da relação signo/objeto<sup>10</sup>. Nesse sentido, os signos são organizados em Ícones, Índices e Símbolos. Quanto aos primeiros, aos ícones, são assim denotados por apresentarem um aspecto qualitativo do objeto ao qual se referem. Estão num primeiro plano de impressão, são qualidades de nossas impressões primeiras, é o representamen, aquele que sugere. Por apresentarem um aspecto qualitativo do objeto, sugerem possibilidades, não leis, convenções. Santaella (2007, p. 14) esclarece que “uma *imagem* é um ícone porque a qualidade de sua aparência é semelhante à qualidade da aparência do objeto que a imagem representa. Todas as formas de desenhos e pinturas figurativas são imagens”. As imagens, as figuras, as estátuas, os desenhos, dentre outros, apresentam-se a partir de uma relação de semelhança que mantém com seus objetos, ou melhor dizendo, aquilo que é qualitativamente (em termos de impressão, sensação) aparente no objeto, o é também na imagem que o apresenta.

Os signos índices mantêm uma relação de apontamento para o objeto, do qual é parte, e é por ele afetado. As marcas deixadas, os rastros, os resquícios apontam para algo que ficou ou que ainda está por vir. Como dissera os versos de Luiz Gonzaga e Zé Dantas (1953), consagrados na voz de Gonzagão: “O Mandacaru quando ‘fulora’ na seca/ É o sinal que a chuva chega no sertão”. O florescimento do mandacaru em tempos de seca é, assim, no dizer dos poetas, um índice de que a chuva virá, banhará os sertões pernambucanos.

Percebemos, pois, com esse exemplo, a relação existente entre o índice (o florescimento do mandacaru em época de seca) e o objeto (a chuva). O índice aponta para o seu objeto, anunciando-o. Para Santaella (2007, p. 14) “índice, como seu próprio nome diz, é um signo que como tal funciona porque indica uma outra coisa a qual ele está actualmente ligado. Há, entre ambos, uma conexão de fato”.

---

<sup>10</sup> No âmbito da teoria Peirceana, com relação ao objeto, pode-se dizer que o signo dispõe de dois objetos, o objeto real ou dinâmico e o imediato. A esse respeito, vejamos: “Quando o objeto ‘está fora do signo’, sendo a realidade que o ‘signo só pode indicar’, ele é chamado de real ou dinâmico. Quando ele é uma cognição produzida na mente do intérprete como representação mental de tal objeto, ele é chamado de objeto imediato (FERNANDES, 2011, p. 177).

Os símbolos são os signos genuínos, formas de representação que se vinculam ao objeto convencionalmente. Há um acordo social que faz com que vinculemos um signo ao objeto que lhe é devido. Os signos símbolos representam o aspecto geral do objeto ao qual se atrelam. O signo árvore, por exemplo, refere-se não a uma espécie em particular, mas a ideia de uma categoria geral, que abarca todas as espécies, não uma em particular. Já disseram que a palavra é símbolo por excelência. Isso porque, na maioria das vezes, por um lado, elas explicitam seu caráter convencional, por outro, seu traço de generalidade. O símbolo é o representar, condicionado sócio-ideologicamente. A esse respeito:

[...] o símbolo, por sua vez, faz deslanchar a remessa de signo a signo, remessa esta que só não é para nós infinita, porque nosso pensamento, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau, está inexoravelmente preso aos limites da abóbada ideológica, ou seja, das representações de mundo que nossa historicidade nos impõe (SANTAELLA, 2007, p. 15).

Por fim, é importante dizer que os signos/símbolos, enquanto formas de representação, aparecem para nós como reflexos das marcas de nosso tempo. As representações são historicamente construídas. Os signos podem existir, em potencial, mas só fazem sentido no interior de um sistema sócio-ideológico, que os influencia e é por eles influenciado.

Feita essa discussão acerca da natureza do signo verbal, em Saussure, e do signo na perspectiva de Peirce, antes de tratarmos do signo (linguístico), no âmbito da Toponímia, trazemos algumas reflexões acerca das relações entre língua(gem) e cultura (da qual o topônimo é um resultante), bem como acerca do fenômeno da “Tradução Cultural”, tão relevante às aspirações do mundo pós-moderno.

## 1.4 LINGUAGEM *VERSUS* CULTURA E TRADUÇÃO CULTURAL

### 1.4.1 Linguagem *versus* Cultura

Inicialmente, antes de tratarmos das correlações que põem em tela linguagem e cultura, comecemos por explicitar a concepção do termo *cultura* aqui adotado, tendo em vista a multiplicidade de definições a ele vinculadas. Para este momento de nossa discussão, é oportuno trazer as reflexões de Lyons (1987), que, reconhecendo os muitos sentidos relacionados à palavra cultura, apresenta um tratamento semântico a partir de dois sentidos, mais gerais, tradicionalmente veiculados e opostos entre si.

O primeiro sentido vincula, ora de maneira direta, ora de maneira indireta, o termo ‘cultura’ à palavra ‘civilização’, em que esta é quase um sinônimo daquela. Nesses termos, ‘cultura’ opõe-se ao barbarismo. Para o autor (*op. cit.*), em geral, essa concepção baseia-se na tradição clássica daquilo que constitui uma espécie de excelência nos campos da arte, da literatura, em campos diversos, nas instituições sociais, dentre outros. Diríamos, em outras palavras, que o “modelo de excelência”, no modo como foi colocado, é nada mais que o paradigma dominante de uma época, o qual, nos dias de hoje, vem enfrentando enorme resistência, especialmente a partir de proposições veiculadas no interior das ciências sociais.

Esse “modelo de excelência”, naqueles termos, serviria de paradigma aos outros modelos, outros modos de ser e de fazer, os quais, em última instância, devem seguir as aspirações oriundas do modelo dominante, politicamente e economicamente falando. Não é por acaso que Benveniste (2005), no interior do ensaio “Civilização – contribuição à história da palavra”, aponta interrogativamente às seguintes conclusões: “se a palavra civilização foi inventada duas vezes, na França e na Inglaterra, independentemente e pela mesma data, ou se foi o francês que sozinho o introduziu no vocabulário da Europa moderna” (BENVENISTE, 2005, p. 381). Em suma, nas palavras do autor, a partir da discussão que coloca, ou o Francês introduziu o vocábulo civilização na Europa Moderna e, por extensão, a outras culturas, ou o fez ao lado da Inglaterra. Isso, acrescido de outras questões, faz-nos entender, ainda melhor, o discurso tradicionalmente evocado de “o Francês ser uma língua de cultura”, isto é, um modelo de civilização; ou de o “Alemão ser a língua do filosofar” e de o inglês ser a língua das relações comerciais internacionais, da

globalização, isto é, da civilização contemporânea. Desse modo, não podemos achar que é à toa que a introdução do termo civilização, na Europa Moderna, é outorgada à França e à Inglaterra, por exemplo. No dizer de Rajagopalan (2003), *não há historiografia totalmente não tendenciosa*. Nesse sentido, a escrita da história, especialmente do ponto de vista oficial, não é neutra, sem posições predeterminadas, sem objetivos definidos historicamente.

A partir do século XVIII, a França passa a ser o que melhor representa a “civilização”, na sociedade moderna, representando o que é culturalmente desenvolvido, um modelo de progresso, considerando-se as aspirações iluministas, dentre outras pertencentes à mesma conjuntura.

Lyons (1987, p. 273), interpretando as proposições de Williams (1976, p. 79), quanto ao sentido clássico da palavra cultura, aponta as críticas deste autor, afirmando que Williams:

[...] criticava especialmente o pressuposto de que a cultura europeia do século dezoito dominada pelas ideias francesas e pela língua francesa representasse o ponto alto do progresso humano. É interessante notar em relação a isto que a expressão de ‘*langue de culture*’ (...) é comumente empregada por estudiosos franceses para distinguir as línguas consideradas culturalmente mais adiantadas das menos adiantadas (LYONS, 1987, p. 273).

Vale dizer que, desde o estruturalismo americano, com destaque a Leonard Bloomfield (1933) e, mais adiante, Sapir (1950), a ideia de que existem línguas primitivas foi sendo desconstruída; sendo um consenso, nos dias de hoje, no escopo da Linguística e, não apenas nele, a não concordância com a proposição de que se tenham línguas culturalmente mais desenvolvidas do que outras.

O segundo sentido da palavra ‘cultura’, o qual temos adotado, é entendido positivamente ao sentido clássico (LYONS, 1987). Assim, ‘cultura’ é empregada não como sinonímia de civilização, ou como a passagem do bárbaro ao civilizado, a partir de um paradigma dominante vigente; nem como atribuição de valores qualificativos ao que é produzido por determinados grupos culturais (os que estão no poder, sobretudo no aspecto político e econômico), no plano das proposições e no plano prático, em vários campos do saber e em várias instituições; mas como um conhecimento adquirido socialmente, por determinados grupos, subgrupos, sociedades e demais coletivos humanos. Para Lyons (*op. cit.*), esse conhecimento adquirido é social porque diz respeito ao conhecimento, tanto propositivo quanto

prático, que um indivíduo dispõe em função de pertencer a um determinado grupo, e não a outro. Outro ponto a se destacar, segundo o autor, refere-se à ideia de verdade de alguns conhecimentos, em detrimento da falsidade de outros, normalmente os minoritários, em termos de poder político:

Quanto ao conhecimento de proposições, o que conta é o fato de algo ser considerado verdadeiro, e não a sua veracidade ou falsidade reais. Além disso, em relação à maioria das culturas, se não a todas, temos que admitir diferentes níveis de verdade de maneira que, por exemplo, a verdade de uma afirmação religiosa ou mitológica seja avaliada diferentemente de um relato factual direto. Encarada desse ponto de vista, a ciência em si é parte da cultura (LYONS, 1987, p. 274).

Assim, podemos falar em verdades, no sentido polissêmico da palavra, considerando-se a lógica, as dinâmicas circunscritas a determinados grupos culturais, suas explicações acerca da realidade circundante, sejam essas, por exemplo, ditas mitológicas ou científicas. Podemos dizer, portanto, que verdades são culturalmente proferidas e legitimadas. Se tanto o conhecimento rotulado como mitológico quanto o denominado como científico são produtos da cultura, de aspirações de determinados tempos históricos, de determinadas relações sociais e de poder, a verdade por eles reivindicada também o é.

A ordem do dia confere, quase que majoritariamente, desde o Renascimento, no século XVI, a verdade ao discurso científico, em oposição direta ao discurso mitológico ou religioso. Contudo, o discurso mitológico resiste. Martins (2011), ao tratar do que ele chama de ‘morte da epistemologia’, discute a ideia mais radical de que, “no final das contas, jamais renunciamos de fato ao caminho do mito na explicação das coisas, não passando de uma mitologia bem disfarçada o conhecimento que nos acostumamos a tomar como verdadeiro, racional e universalmente válido” (MARTINS, 2011, p. 471).

Nesse sentido, não é forçoso dizer que, mesmo diante do prestígio do discurso científico, o discurso mitológico não deixou de ser, de fazer, no sentido de vigorar em explicações acerca da realidade. Biderman (1998), ao refletir acerca da palavra enquanto dimensão criadora, reitera que os mitos constituem a linguagem primeira, primordial das culturas. Nas reflexões trazidas pela autora, “as culturas são desempenhos históricos das comunidades humanas. E as culturas são tão diferentes porque a palavra pode falar e ser falada de diversas maneiras, em linguagem e línguas diversas” (CRIPPA, 1975, p. 101 *apud* BIDERMAN, 1998, p.

85). Contemporaneamente, diante dos problemas enfrentados pelas delimitações (posições estreitas) impostas pelo paradigma científico dominante, nas palavras de Martins (*op. cit.*), “aos perigos da morte da epistemologia, as explicações mitológicas estão sendo cada vez mais reivindicadas”, mesmo por “pesquisadores”, no interior de seus campos disciplinares.

Rajagopalan (2003), ao propor um modelo de Linguística Crítica, não herdeira mais dos ideais positivistas fundadores, ainda tão enraizados, argumenta que muitos dos problemas enfrentados pela ciência da linguagem, contemporaneamente falando, são devidos ao seu não comprometimento com questões de ordem prática, relacionadas diretamente às aspirações, crenças e valores da sociedade, dos leigos (leia-se os não linguistas). No interior da discussão suscitada pelo autor, o que “impede que o teórico da linguagem tenha consciência do lado ético da sua atividade é justamente a tendência a relegar toda a ética à esfera da prática” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 21), e, como tradicionalmente tem ocorrido, temos nos distanciado de questões mais práticas; portanto, nos distanciamos também do lado ético de nossas atividades. Todavia, não há como separar o fazer linguístico, nas suas muitas possibilidades, do fazer político-ideológico. Diante do que o autor defende, e com o qual concordamos, mesmo a partir de teorias que possam querer aparentar um grau máximo de neutralidade e isenção, as propostas de cunho político-ideológico aí estão – posições, tendências, crenças, movimentos “sugeridos”, isso e outros mais relacionados a processos de escolha, por um lado, e de recusa, por outro, entendendo o escolher como um ato eminentemente político, assim, ideológico.

A discussão que foi se desencadeando a respeito do valor de verdade de determinadas escolhas, de determinados conhecimentos (propositivos e práticos, na classificação de Lyons, 1987) em detrimento de outros, tem a ver diretamente com o prestígio conferido a alguns poucos grupos culturais ao longo dos tempos. Outorgar à Linguística o *status* de cientificidade<sup>11</sup>, tradicionalmente falando, é, pois, em muitos casos, considerar as verdades que circulam apenas no interior da própria disciplina, isto é, as verdades disciplinares. Portanto, não desvincular o fazer linguístico do fazer político é entender, no mínimo, que há relações evidentes entre linguagem e

---

<sup>11</sup> Nesses termos, Rajagopalan (2003, 2004) propõe um trabalho não científico, não linguístico, considerando-se a postura eminentemente disciplinar e pouco comprometida, no que tange à responsabilidade social que as ciências da linguagem deveriam adotar.

cultura, que há pressões mútuas, que aquela é parte indissociável desta; enfim, que as verdades extrapolam o saber disciplinar. Se Rajagopalan (2003; 2004) propõe uma Linguística Crítica, que revê suas formulações mais basilares, é porque a desconstrução das bases tem representado umas das aspirações mais centrais da contemporaneidade, do tempo histórico circundante, que propõe novos paradigmas à explicação das coisas, que precisam de proposições outras, que buscam conjugar campos conexos.

Ao tratarmos das relações línguo-culturais, não podemos deixar de citar Sapir, já desde 1920, e Sapir-Whorf a partir de 1940, 1950. Biderman (1998) aponta que, ao abordarmos a dimensão cognitiva (mas não apenas essa dimensão) da palavra, é imprescindível considerar a hipótese Sapir-Whorf ou hipótese do *relativismo linguístico*. Vejamos:

A chamada hipótese Sapir-Whorf, muito divulgada nas décadas de cinquenta e sessenta, contestava os universais linguísticos particularmente no domínio da categorização. Para esta teoria, a conceptualização da realidade se revela claramente nos idiomas, pois todo sistema linguístico manifesta, tanto no seu léxico como na sua gramática, uma classificação e uma ordenação dos dados da realidade que são típicas dessa língua e da cultura com que ela se conjuga (BIDERMAN, 1998, p. 93).

Nesse sentido, cada idioma, cada sistema linguístico categoriza a realidade circundante a seu modo, tomando em conta marcas da cultura da qual faz parte. Isso implica dizer também que, como as culturas diferem entre si, em muitos pontos e por vários motivos, as línguas a elas vinculadas refletem essas diferenças, fortemente manifestas no plano das categorizações linguísticas. Cada língua traduz, em suas estruturas gramaticais e no léxico, o mundo, a vida, o homem, as relações deste com seus semelhantes e com a realidade, considerando-se a cosmovisão que lhe é inerente.

Lyons (1987), por sua vez, reitera que a hipótese Sapir-Whorf, no modo como é colocada, congrega tanto o determinismo linguístico, isto é, a linguagem passa a determinar o pensamento, quanto a relatividade linguística – as línguas diferem estruturalmente (e não apenas nesse aspecto); não há limites para essa diversidade. Biderman (1998), quando trata da relação linguagem e pensamento, resume a proposta de Sapir, que vigorou nos anos quarenta e cinquenta, sob a premissa da relatividade:

A linguagem é um guia para a 'realidade social'. [...]. Os seres humanos não vivem só no mundo objetivo, ou só no mundo da atividade social como normalmente se admite, mas vivem quase totalmente à mercê da língua específica que se tornou o meio de expressão para a sua sociedade. É ilusório imaginar que alguém possa fundamentalmente ajustar-se à realidade sem o uso da linguagem e que a língua seja apenas um recurso qualquer para resolver problemas específicos de comunicação ou reflexão. O fato é que o 'mundo real' é, em grande parte, construído inconscientemente sobre a base dos hábitos linguísticos do grupo. Não existem duas línguas, por mais semelhantes que sejam, que possam ser consideradas como representantes da mesma realidade social. Os mundos em que vivem as diferentes sociedades humanas são mundos distintos e não só e mesmo mundo, ao qual se teriam apostado etiquetas diferentes (SAPIR, 1947, p. 47 *apud* BIDERMAN, 1998, p. 93).

No seio dessas formulações, têm-se a ideia de que os sistemas linguísticos determinam a percepção, de uma forma ou de outra, que o indivíduo tem da realidade. Os códigos, as estruturas, as categorias de que a língua dispõe moldam as escolhas, as interpretações, e as produções languageiras do sujeito. Ademais, os sistemas linguísticos podem permitir certas codificações mais do que outras. Considerar a tese do determinismo na sua forma mais radical é entender que, no mínimo, a linguagem determina o pensamento, as possibilidades de conceptualizações que fazemos. Vale trazer as palavras de Lyons (1987), quando trata da versão mais forte do determinismo linguístico, ou melhor dizendo, quando trata da relação linguagem e pensamento, tomando em conta que a linguagem não determina o pensamento, mas reflete-o, influencia-o:

Como a tese do determinismo linguístico não é mais discutida intensivamente como era há uma geração, é difícil saber para onde pende a balança da opinião especializada em relação a ela. É provavelmente justo dizer que a maioria dos psicólogos, linguistas e filósofos aceitariam que a linguagem tem *um tipo de influência* (...) na memória, na percepção e no pensamento, mas estariam céticos a respeito de qualquer versão mais forte da hipótese de que a linguagem determina as categorias ou os padrões do pensamento (LYONS, 1987, p. 278) (*grifos nosso*).

Certamente, nem um determinismo desmedido, nem um relativismo absoluto é o caminho mais adequado a seguir; um determinismo mais forte levar-nos-ia a crer que a linguagem determina de maneira direta o pensamento, entendendo que não há pensamento sem linguagem, o que é pouco aceito, e ainda muito controverso. A pergunta que se faz, que se estende à discussão, nos manuais introdutórios de

Psicolinguística, especialmente, é a respeito de quem veio primeiro, a linguagem ou o pensamento<sup>12</sup>?

Um determinismo mais moderado parte do pressuposto de que a linguagem influencia o pensamento, possibilitando, por exemplo, determinadas codificações, a partir de esquemas conceptuais preexistentes. Lyons (1987), discutindo as correlações entre linguagem e cultura, aponta que é frequentemente possível que conceitos tais como “honestidade” e “pecado”, por serem mais situados culturalmente, apreendidos por meio de experiências sociais em determinados grupos, são mais passíveis de serem codificados em algumas línguas do que em outras.

O relativismo linguístico, pois, de um modo geral, vê especificidades únicas vinculadas às línguas naturais; as distinções são, assim, próprias de cada língua, refletindo as idiossincrasias historicamente apreendidas. Um exemplo clássico, de Whorf (1958), citado por muitos<sup>13</sup>, é o da língua esquimó, que distingue vários tipos de *neve*, empregando vocábulos diferentes para apontar especificidades por eles observadas quanto a este referente. Isso porque, no universo esquimó, a *neve*, além de compor expressivamente a paisagem do ambiente, tem importância no cotidiano dos que ali vivem, que percebem nuances específicas de algo que para eles é significativo, também próprio, que tem a ver com a organização de seus modos de ser e de fazer, provavelmente. Essa percepção que possuem acerca do referente *neve* é explicitada no modo como categorizam-no na língua, o que não ocorre em um país como o Brasil e os Estados Unidos, por exemplo, que podem tomar esse referente, em muitos casos, em relação ao plano do exótico, do paisagístico integrado a um universo muito diferente do dos países americanos. Para Biderman (1998, p. 95), o esquimó, assim, “de fato percebe o mundo objetivo de modo distinto. E é por isso que (...) tem palavras distintas para designar as diferentes formas pelas quais a neve se apresenta à sua percepção sensorial, vocábulos esses que não tem correspondência em português”.

Lyons (1987), traz-nos outro exemplo de Whorf, que propôs vários “testes” à hipótese por eles defendida à época. Dentre estes testes, está o caso das línguas aborígenes australianas, quanto ao uso do que temos denominado como numerais.

---

<sup>12</sup> Não nos estenderemos quanto à esta questão, mas vale mencioná-la.

<sup>13</sup> BIDERMAN (1998); LYONS (1932); BENVENISTE (2005), todos trazem o modo como a palavra *neve* é categorizada em esquimó para exemplificar, no léxico, as correlações línguo-culturais, além de outros exemplos.

Muitas línguas aborígenes australianas não possuem numerais com valor superior a quatro, o que, à primeira vista, levar-nos-ia a inferir que os falantes desta língua podem possuir certa dificuldade com o conceito de número e, por conseguinte, com combinações numéricas mais complexas, uma vez que não categorizam, ao nosso modo, numerais com valor acima de quatro. Contudo, é preciso atentar para as muitas possibilidades combinatórias que podem ser feitas apenas com esses quatro números. Outro argumento favorável à não inabilidade dos povos aborígenes australianos no trato com os numerais, como destaca Lyons (1987), está no fato de que “aborígenes australianos que aprendem o inglês como segunda língua não têm dificuldades com os numerais e são capazes de utilizá-los para contar e efetuar cálculos tão prontamente quanto o falante médio nativo de inglês” (DIXON, 1980, p. 107 *apud* LYONS, 1987, p. 279).

Isso pode ser explicável, segundo Lyons (*op. cit.*), porque “há conceitos mais profundos e filosoficamente mais interessantes”, tais como tempo, espaço, número, matéria, etc., que podem vincular-se a línguas diferentes, mas não necessariamente a culturas tão distintas, considerando-se os compartilhamentos possíveis, as aproximações de alguns modelos conceituais, dentre outros. Certamente, um determinismo mais rígido não levaria em conta proposições dessa natureza.

O que estamos sugerindo, com o exemplo do uso dos numerais, na língua materna e depois no inglês como segunda língua, pelos aborígenes australianos, aponta a não concordância radical à ideia de que só codificamos verdadeiramente na língua o que é culturalmente determinado, e, o que assim não o for, não será do mesmo modo codificado, já que não integra o quadro vigente.

O que se quer destacar é que, mesmo em se tratando de culturas aparentemente tão distintas, algumas categorizações podem ser compartilhadas, tomando em conta o argumento de Lyons acima referido, por exemplo, de que há conceitos ligados à esfera do filosófico, das conceituações mais profundas, que podem extrapolar os limites de uma dada língua, em particular. Isso não descarta, pois, o contrário.

O não particular e o particular podem pertencer a um mesmo sistema, seja linguístico, seja cultural, em função dos contatos línguo-culturais estabelecidos, das barreiras não mais tão rígidas, dos muros derrubados, da relativa “internacionalização do mundo”, da política, do comércio, de relações das mais

diferentes naturezas, e outras tantas. Essa lógica não exclui, obviamente, as delimitações culturalmente demarcadas.

A globalização, enquanto fenômeno que marca a pós-modernidade, está não raramente próxima a nós, nos nossos modos de ser e de fazer; manifesta das mais distintas formas em nossas vidas, embora não tenhamos consciência dessas influências ou a vinculemos apenas à esfera ideológica, dissociando-as, assim, do plano mais prático, como se assim isso ocorresse.

Rajagopalan (2003) discute que a globalização, de modo intenso, tem ocasionado mudanças evidentes em nossas identidades linguísticas. Para ele, volatilidade e instabilidade vem tornando-se marcas que definem as identidades no mundo pós-moderno. Nossas identidades estão constantemente definindo-se, agregando influências tanto endógenas quanto exógenas em sua constituição. Nessa lógica, há os que entendem as influências (muitos dizem imposições) exógenas como reflexos inevitáveis oriundos de nosso tempo; já outros, situam-se radicalmente na contramão de proposições como essas.

Samuel Huntington (1997), evocado por Rajagopalan (2003), elucida que não é apenas a tendência da **globalização** que está em ampla expansão, nestes tempos, mas também a da **regionalização**, que vem se configurando em resposta direta à primeira tendência. Se a identidade multifacetada, híbrida, flexível, não totalmente definida a partir de marcas muito particulares, é a que melhor reflete traços do mundo pós-moderno, em termos identitários (língua-culturalmente falando), a identidade regional, em oposição à global, vem apresentando-se contrariamente à ideia mais comum de identidades transnacionais. Para Huntington (1997, p. 21 *apud* RAJAGOPALAN, 2003, p. 60), no “mundo novo, a política local é a política das civilizações. A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque das civilizações”. Assim, há quem diga que não mais as lutas entre classes sociais é que ocupam a ordem do dia, mas os conflitos entre grupos culturais, étnicos, vêm se constituindo cada vez mais. Se a ideia do global, nos termos de Rajagopalan, a “aldeia global”, vem tornando-se hegemônica, a do regional segue resistindo a ela. As relações entre os povos, não raramente são harmoniosas, brandas, pacíficas,

justas, como as querem os que defendem a globacolonização<sup>14</sup> e as suas muitas formas de desdobramentos.

Essas questões compõem o cenário através do qual as identidades linguísticas vêm se delineando. Nesse sentido, essas identidades mostram:

marcas inconfundíveis da globalização que, segundo alguns críticos, não passa de um eufemismo para a “estadunização” ou uma nova ordem mundial sob égide da “Pax (Norte-)Americana”. Sabe-se, por exemplo, que o avanço triunfante da língua inglesa como meio preferido de comunicação internacional está afetando diretamente as demais línguas do mundo. Em tom propositalmente alarmante, Phillipson (1992) discute o fenômeno de “imperialismo linguístico” e fala da “invasão linguística” a que vêm sendo submetidas as demais nações, mediante os empréstimos linguísticos em grandes quantidades (RAJAGOPALAN, 2003, p. 60-61).

Mesmo os que defendem ufanamente, por razões legítimas, é claro, os interesses locais, em detrimento daqueles que ultrapassam as suas “fronteiras”, não descartam a presença evidente do inglês no mundo globalizado, portanto, em nossas vidas, de um modo ou de outro, conforme coloca Rajagopalan (*op. cit.*). No campo da linguagem, essa presença é manifesta, marcadamente, no léxico, normalmente na forma de empréstimos.

O que se coloca, quanto à propagação de estrangeirismos, no caso do inglês, é a ideia de colonização cultural aí pressuposta; entendendo que a absorção de valores vai a nós sendo incorporada a partir da inserção não crítica, apolítica desse vocabulário. Isso, dentre outros pontos que podem ser destacados, reitera expressivamente a correlação língua/cultura.

O elemento estrangeiro sendo inevitável, nos dias de hoje, não necessariamente deve ser por nós naturalmente absorvido, já que ele nunca caminha só, no sentido de solitário. Rajagopalan (2003), ao discutir acerca do aprendizado de línguas estrangeiras, chama atenção à ideia de que é necessário dominar a língua estrangeira, não tomando em conta a sua veneração, reafirmando assim ideologias colonialistas, mas as utilizando como instrumentos políticos que são, em tempos como o nosso.

---

<sup>14</sup> Utilizamos o termo “Globacolonização”, apontando a imposição colonizante posta a partir da difusão sistemática do fenômeno da globalização no mundo pós-moderno. Vale dizer que Rajagopalan (2003) põe em tela o termo “Cocacolonização”, com um sentido semelhante ao que aqui queremos destacar com o termo “Globacolonização”, mas não necessariamente o mesmo.

Tratar das relações (alguns as tomam enquanto superposições) entre o global e o regional, o não local e o local, em suma, entre grupos línguo-culturais, é, pois, tratar das possibilidades de tradução aí envolvidas. Se as aproximações entre os diferentes se dão, inclusive em dias de crescente mutabilidade e instabilidade, é porque, dentre outras coisas, a apreensão do outro é possível, as traduções, acomodações entram em cena, seja no escopo da língua ou fora dele.

#### 1.4.2 Tradução Cultural

Para Jakobson (2003, p.46), “as línguas diferem essencialmente naquilo que devem expressar, e não naquilo que podem expressar”. Assim, no seio dessa discussão, as línguas diferenciam-se não porque possuem limitações potenciais ao expressarem-se, mas pelo fato de expressarem o que lhes é devido, considerando-se a cosmovisão subjacente. Como, potencialmente, as línguas podem expressar-se frente ao que lhes é alheio, estranho, embora não o façam, por ainda não lhes ser solicitado, as possibilidades de tradução aí estão, nesse entrecruzamento entre o Outro e o que aqui está.

Jakobson (2003), discutindo a respeito dos aspectos linguísticos da tradução<sup>15</sup>, ao tratar acerca das possibilidades de tradução (a interlingual, para exemplificar), não desconsidera categoricamente a hipótese do relativismo (Sapir-Whorf, 1940,1950) – a de que as línguas não possuem equivalências entre os seus sistemas léxicos, por exemplo – no entanto, não vê aí impossibilidade de tradução, como sugeria a versão mais rígida da hipótese relativista (Whorf, 1940). Segundo Jakobson (2003),

toda experiência cognitiva pode ser traduzida e classificada em qualquer língua existente. Onde houver uma deficiência, a terminologia poderá ser modificada por empréstimos, calços, neologismos, transferências semânticas e, finalmente, por circunlóquios. É desta forma que na recente língua literária dos Chunkchees do nordeste da Sibéria, "parafuso" é expresso por "prego giratório", "a" por "ferro duro", "estanho" por "ferro

---

<sup>15</sup> Jakobson (2003, p. 43), distingue, pelo menos, três tipos de tradução: a) tradução intralingual ou *reformulação (rewor-ding)*, consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua; b) tradução interlingual ou *tradução propriamente dita*, consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua; c) tradução inter-semiótica ou *transmutação* consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais.

delgado", "giz" por "sabão de escrever", "relógio" (de bolso) por "coração martelador" (JAKOBSON, 2003, p. 44).

Nesse sentido, mesmo frente ao fenômeno da univocidade do vocabulário de uma dada língua, em contraste com outras, as possibilidades de tradução se dão, do ponto de vista linguístico, das mais diversas formas, como apontado nos exemplos de Jakobson (*op. cit.*), acima referidos. Se as correspondências não se derem de código a código, tomados isoladamente, elas podem se dar de um código a uma mensagem<sup>16</sup>, ou de mensagem a outra. Por exemplo, na língua literária dos Chunkchees do nordeste da Sibéria, como vimos acima, não há apenas uma palavra, um código, que possa traduzir o vocábulo "parafuso", sendo este traduzido, interpretado, por circunlóquio (perífrases), a partir da construção de mensagens na língua acolhedora, resultando na forma "prego giratório". Isso porque, conforme Jakobson (*op. cit.*):

(...) ao traduzir de uma língua para outra, substituem-se mensagens em uma das línguas, não por unidades de código separadas, mas por mensagens inteiras de outra língua. Tal tradução é uma forma de discurso indireto: o tradutor recodifica e transmite uma mensagem recebida de outra fonte. Assim, a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes (JAKOBSON, 2003, p. 43).

Assim, as equivalências se dão não no plano do código propriamente dito, mas na esfera das mensagens construídas a partir do código. O mesmo pode ocorrer, por exemplo, com a tradução intralingual, que se constitui pela interpretação de signos verbais de uma dada língua por meio de outros signos verbais da mesma língua.

A discussão de Jakobson (2003) põe em tela proposições que destacam as equivalências na diferença, em termos línguoculturais, umas das problemáticas dos estudos da Tradutologia (conferir Berman, 2013). No contexto da pós-modernidade, em que as relações entre línguas, povos e culturas estão cada vez menos estreitas, a tradução, a interpretação do Outro é quase que inevitável.

Peter Burke (2009), em "A Tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna", entende as traduções entre línguas enquanto traduções entre culturas. Para o autor, a expressão "tradução cultural" tornou-se notável a partir dos trabalhos

---

<sup>16</sup> Berman (2013) defende que a tradução, no modo como a entende, não toma em conta a relação entre mensagens (pela historicidade que o termo carrega), ou códigos e mensagens, mas sim entre textos.

dos antropólogos do círculo de Edward Evans-Pritchard, quando estavam a “(...) descrever o que ocorre em encontros culturais quando cada lado tenta compreender as ações do outro” (BURKE, 2009, p.14). Burke entende a tradução interlingual no contexto da tradução entre culturas, considerando-se as correlações aí inerentes. Vale dizer, porém, que o escopo da tradução cultural extrapola a tradução entre línguas; não seria forçoso dizer que no interior de uma mesma língua (cultura), traduções culturais são sempre manifestas, entre subgrupos culturais, étnicos, por exemplo.

Assim, estudar a nomenclatura geográfica de uma dada região, em nosso caso, da região que integra o município de Marapanim, no estado do Pará, é, pois, entender, por um lado, o modo de ver (de nomear) do sujeito denominador, a partir da interpretação, da tradução dos espaços por ele designados. Por outro lado, ao interpretarmos essa tradução toponomástica, estamos retraduzindo-a. Os topônimos são, assim, entendidos como textos, ou melhor dizendo, como discursos, já que, para Berman (2013), não traduzimos mensagens, isso cabe à teoria da comunicação, mas sim textos.

As mensagens, como tradicionalmente vêm sendo entendidas, estão vinculadas ao campo dos “textos técnicos”<sup>17</sup>, cuja ênfase é a informação, a transmissão de mensagens de um emissor a um receptor (seja transmissão entre línguas ou não) – terminologia própria à teoria da comunicação, cujos objetivos são outros, quando comparados aos da Tradução. Para Berman (2013, p. 89), um texto, “(...) uma obra não transmite nenhum tipo de informação, mesmo contendo algumas, ela abre à experiência de um mundo”.

## 1.5 A TOPONÍMIA: O SIGNO LINGUÍSTICO-TOPONÍMICO

Definir a toponímia e situá-la em um ramo específico do saber não é tarefa das mais fáceis, isso porque a natureza do topônimo é multifacetada, podendo ser, tranquilamente, abarcada por distintos ramos do saber. Amparados em Dick (1990), reiteramos que, se levarmos em conta que os topônimos – nomes de lugares e designativos geográficos – podem fornecer-nos informações que podem se situar,

---

<sup>17</sup> Berman (2013), ao tratar da “Tradução e da Comunicação”, chama atenção à discussão que põe em tela a possibilidade ou não de se considerar os textos técnicos enquanto textos, pelo aspecto eminentemente informativo que advogam.

perfeitamente, no ramo da história, da geografia, da linguística, por exemplo, perceberemos a dificuldade em defini-los e situá-los no interior de uma disciplina<sup>18</sup> específica.

Daí a necessidade de uma definição que permita abarcar, pelo menos, o máximo de aspectos envolventes, os quais se entrecruzam no interior desse campo. Dessa forma, a Toponímia é definida como “um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK, 1990, p. 35-36).

É importante atentarmos para o seguinte ponto: se a Toponímia permite, por um lado, o estabelecimento de interfaces entre vários ramos do saber, por outro, ela é considerada *um fato das línguas humanas*, atrelando-se, assim, à Linguística, ou mais especificamente, à Onomástica. Isso em nada a torna rígida, no sentido da não interação com outras disciplinas – na falta de um termo mais apropriado, considerando as aspirações postas pelos pressupostos teóricos aqui adotados.

À Toponímia interessa o estudo do topônimo, tomando em conta os seguintes pontos:

[...] ‘a história das transformações dos nomes de lugares; a sua evolução fonética; as alterações de diversas ordens; o seu desaparecimento; a sua relação com as migrações, a colonização, os estabelecimentos humanos e o aproveitamento do solo; os nomes inspirados por crenças mitológicas visando algumas vezes assegurar a proteção dos santos ou de Deus’ [...] (DICK, 1990, p. 21).

A partir dos objetivos da disciplina, poder-se-á pensar nela enquanto retrato de um povo, uma vez que as nomeações toponomásticas são essencialmente motivadas, situam-se num tempo e espaço determinado, podendo registrar, por exemplo: fatos histórico-políticos marcantes na história de um lugar; aspectos do meio ambiente que se sobrepõem na composição da paisagem; artefatos da cultura material, dos quais a comunidade faz uso no momento da nomeação, dentre tantos outros exemplos.

Vejamos, para exemplificar, como o topônimo, integrado à dinamicidade do sistema léxico da língua que o comporta, pode refletir aspectos atrelados à mudanças de ordem política. O nome do lugar ou a sua mudança pode ser o resultado de um fato histórico-político marcante na história da localidade, que mereça destaque. Seemann (2005) traz-nos um exemplo disso:

---

<sup>18</sup> Talvez isso faça da toponímia um ramo do conhecimento dos mais sugestivos que há.

Na Alemanha reunificada depois da queda do Muro de Berlim, as mudanças políticas também trouxeram topônimos novos como, por exemplo, Karl-Marx-Stadt (cidade de Karl Marx) que voltou a ser chamada de Chemnitz. No processo de renomear localidades para eliminar a memória do socialismo, houve também mudanças na escala local: muitos nomes de ruas da antiga Alemanha Oriental, que antigamente tinham referências a datas comemorativas e heróis socialistas, foram ‘neutralizadas’ e substituídos por outros nomes de acordo com o sistema capitalista e inseridos no discurso de uma identidade nacional alemã que é articulada em termos de uma “canonização de uma herança histórico-democrática” (AZAYAHU, 1997, *apud* SEEMANN, 2005, p. 207).

Isso mostra-nos que a nomeação dos espaços, para considerar apenas esse aspecto motivacional, nesse caso, seguiu o curso da dinamicidade da história local. Houve a necessidade de substituir um nome por outro, eliminando, com isso, traços históricos que o termo substituído encabeçava.

Trazemos um outro exemplo, desta vez de nosso *corpus* de pesquisa, que diz respeito à referência que se fez, por meio da nomeação, a artefatos da cultura material, tão ligados à vida cotidiana. O topônimo indígena **Matapiquara**<sup>19</sup> - formado pelas lexias *Matapy* (*Matapî*), o covo cônico de pescar (RODRIGUES *apud* TIBIRIÇA, 1984, p. 280) e *Quara*, o furo, a cova, o buraco, o esconderijo (TIBIRIÇA, 1984, p.308) – é interpretado semanticamente como o lugar em que se guarda o covo cônico, isto é, o instrumento de pesca.

A partir do momento em que procuramos resgatar o seu significado, enraizado no interior de línguas autóctones, não é forçoso dizer que, sem dúvida, a comunidade que foi revestida com esse nome, provavelmente o foi porque, de certa forma, ele remetia a um artefato significativo no âmbito daquela comunidade, despertando, assim, a atenção do denominador, no ato de batismo do espaço em questão.

O léxico é o nível de língua que reflete, de modo mais explícito, a cosmovisão daqueles que dele fazem uso, refletindo os seus modos de ser, de ver e de agir no e sobre o mundo. O léxico-toponímico não foge disso. Para Isquerdo (2008, p. 36), “a história das palavras caminha muito próxima à história do grupo que dela faz uso”. Esse ponto de vista encontra seu lugar, desde sempre, no interior dos estudos toponímicos.

---

<sup>19</sup> Este topônimo nomeia uma comunidade atrelada ao município de Marapanim, no estado do Pará.

De acordo com Dick (1990), os topônimos exercem a função de distinguir os espaços, uns em relação aos outros, delimitando uma *área da superfície terrestre* e, ao mesmo tempo, conferindo características específicas à essas áreas. Para a autora (*op. cit.*), o signo linguístico toponímico é **iconicamente simbólico**, a partir do estudo de seus elementos constitutivos, poder-se-á resgatar “o pensar” do denominador, no tempo e espaço por ele vivido. Além disso, o topônimo é iconicamente simbólico porque são as impressões qualitativas do denominador que estão em jogo no ato da nomeação, o resultado desse jogo de possibilidades não deixa de ser uma impressão, aquela que se sobressaiu, dentre as demais.

Outro ponto a se destacar, diz respeito ao caráter motivado<sup>20</sup> do signo linguístico-toponímico, que o diferencia, nesse aspecto, do caráter arbitrário dos demais signos. Para Dick (1990), o topônimo possui um duplo aspecto motivacional, que pode ser percebido em dois momentos. O primeiro aspecto refere-se à **intencionalidade que anima o denominador** no ato dinâmico da denominação, o segundo aspecto, por sua vez, refere-se à **natureza do produto dessa escolha** (natureza semântica), ao topônimo propriamente dito, ao produto escolhido, dentre as possibilidades concorrentes. Sobre isso, Dick (1990) explicita:

O duplo aspecto da **motivação toponímica transparece**, assim, em dois momentos:

- primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado **nome** para este ou aquele acidente geográfico;
- e, a seguir, na própria **origem** semântica da **denominação**, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas (DICK, 1990, p.39).

Quanto ao primeiro aspecto da motivação toponímica – a intencionalidade do denominador –, é importante destacar que, embora haja um conjunto de fatores (de naturezas diversas) que impulsionem a escolha do nome, apenas aquele que o denominador considerar, de alguma forma, relevante na caracterização do lugar é que será eleito.

A respeito da natureza semântica do produto gerado pela escolha do denominador, a compreendemos a partir da proposta taxinômica sugerida por Dick

---

<sup>20</sup> A investigação dos motivos que impulsionaram o denominador, na escolha do nome para batizar um dado espaço, talvez seja o objetivo maior da pesquisa toponímica.

(1990, 1992), que propõe um agrupamento dos termos toponímicos conforme o conteúdo semântico que dispõem.

A autora, ao propor o modelo taxionômico de agrupamento dos topônimos, isto é, propor um caminho para a observação dos motivos das denominações, o faz baseada “nas duas ordens genéricas que agrupam os fatos cósmicos entre si, isto é, a sua natureza física ou antropocultural ~ antrópica” (DICK, 1990, p.23-24). Abaixo, no Quadro 1, apresentamos o referido modelo de classificação. Ademais, as exemplificações dadas às taxes foram retiradas do trabalho de Carvalho (2010), *Contribuições para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso – Mesorregião Sudeste Mato-Grossense*, que também segue a proposta teórico-metodológica de Dick.

#### Quadro 1 - Taxeonomias de natureza física e antropoculturais

##### Taxionomias de natureza física:

- 1) **Astrotopônimos:** topônimos relativos aos corpos celestes em geral: Serra da Estrela (Alto das Garças), córrego Saturno (Guiratinga), Jaciara (município).
- 2) **Cardinotopônimos:** topônimos relativos às posições geográficas em geral: córrego do Meio (Alto Araguaia), córrego da Divisa (Alto Garças), Alto Taquari (município).
- 3) **Cromotopônimos:** topônimos relativos à escala cromática: Morro Azul (Alto Araguaia), córrego Vermelho (Alto Araguaia), serra Preta (Alto Taquari), cabeceira Escura (Primavera do Leste).
- 4) **Dimensiotopônimos:** topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade: córrego Comprido (Alto Garças), córrego Fundo (Alto Araguaia), córrego Pequeno (Torixoréu).
- 5) **Fitotopônimos:** topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade: córrego Bacuri (Alto Araguaia) córrego do Cipó (Alto Araguaia), córrego Babaçu (Rondonópolis), córrego Mangabeira (Pontal do Araguaia).
  - em conjuntos da mesma espécie: córrego Laranjal (Alto Araguaia), córrego do Pinhal (Alto Garças), córrego Buritizal (Campo Verde), córrego Cocal (Ribeirãozinho).
  - ou de espécie diferente: córrego do Mato (Alto Araguaia), córrego das Flores (Alto Garças), córrego da Capoeira (Itiquira), córrego Cerradinho (Juscimeira).
  - além de formações não espontâneas individuais: córrego da Melancia (Alto Araguaia), córrego Cafezinho (Alto Garças), córrego Cacao (Alto Garças), córrego do Maxixe (Alto

Araguaia), Serra da Pimenta (Dom Aquino).

**6) Geoforotopônimos:** topônimos relativos às formas topográficas: elevações de terreno: córrego Chapada (Alto Araguaia), córrego da Vertente comprida (Pedra Preta), serra do Espigão Mestre (Itiquira), córrego da Serra (Pedra Preta), córrego da Ilha (Itiquira).

**7) Hidrotopônimos:** topônimos de acidentes hidrológicos em geral: córrego Água Branca (Alto Araguaia), córrego da Cachoeira (Alto Araguaia), córrego Cabeceira do Pontal (Pedra Preta).

**8) Igneotopônimos:** topônimos relativos ao fogo, abrangendo todos os produtos resultantes de sua ação direta: morro do Fogo (Alto Araguaia), córrego da Faísca (Itiquira), cachoeira da Fumaça (Jaciará).

**9) Litotopônimos:** topônimos de índole mineral, relativos também à constituição do solo, representados por indivíduos: córrego Barro Preto (Alto Garças), córrego Lajeado (Alto Araguaia), córrego da areia (Alto Garças).

- conjunto da mesma espécie: córrego das Pedras (Alto Araguaia), ribeirão Pedreiras (Alto Garças), córrego Pedregulho (Guiratinga).

**10) Meteorotopônimos:** topônimos relativos à acidentes atmosféricos: morro da Neblina (Alto Araguaia), córrego do Trovão (Alto Araguaia), Primavera do Leste (município).

**11) Morfotopônimos:** topônimos que refletem os sentidos da forma geométrica: córrego Atravessado (Alto Garças), córrego Tortinho (Alto Araguaia), morro Redondo (Tesouro).

**12) Zootopônimos:** topônimos de índole vegetal, representados por indivíduos domésticos: córrego do Cavalo (Alto Garças), córrego dos Bois (Alto Araguaia), córrego do Burro (Alto Araguaia), córrego dos Porcos (Dom Aquino).

- Além disso, topônimos de índole vegetal, representados por indivíduos não domésticos: córrego da Anta (Alto Araguaia), córrego Cáteto (Alto Araguaia), córrego do Lobo (Alto Taquari).

- da mesma espécie em grupos: rio das Garças (Alto Araguaia), lagoa dos Patos (Alto Garças), córrego dos Veados (Alto Araguaia).

#### **Taxonomias de natureza antropocultural:**

**1) Animotopônimos:** topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física: córrego Boa Esperança (Alto Garças), córrego Encantado (Alto

Araguaia), córrego Maravilha (Alto Garças), córrego Feio (Pontal do Araguaia).

**2) Antropotopônimos:** topônimos que se referem a nomes próprios individuais.

- prenome: córrego do Felipe (Alto Garças), córrego do Inácio (Alto Garças), córrego do Rafael (Alto Garças), córrego do Leandro (Guiratinga);

- hipocorístico: córrego do Elpidão (Alto Garças), córrego do Lazinho (Alto Araguaia), cabeceira Ladinha (Campo Verde), cabeceira do Joca (Pontal do Araguaia);

- prenome + hipocorístico: córrego Júlio do Manezinho (Alto Garças), córrego João Irara (Pedra Preta);

- hipocorístico + prenome: córrego Zé Abílio (Alto Araguaia);

- apelido de família: córrego do Amorim (Alto Garças), ribeirão do Correia (Alto Araguaia), córrego Pitaluga (Rondonópolis);

- prenome + apelido de família: córrego José Dutra (Alto Taquari), córrego Bento Ribeiro (Jacara);

- hipocorístico + nome de família: córrego Chico Nunes (Dom Aquino), córrego Chiquinha Maciel (Jacara);

- hipocorístico + hipocorístico: córrego Candinho Mineiro (Rondonópolis); córrego Chico Preto (São Pedro da Cipa);

- prenome + prenome: córrego Paulo Afonso (Tesouro); córrego João Euzébio (Torixoréu);

- apelido de família + apelido de família: córrego Correia Dantas (Araguinha).

**3) Axiotopônimos:** topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais: General Carneiro (município), córrego Capitão Augustim (Campo Verde); distrito coronel Ponce (Campo Verde).

**4) Corotopônimos:** topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes: córrego da África (Alto Araguaia), córrego Babilônia (Pontal do Araguaia), córrego Bahia (Campo Verde).

**5) Cronotopônimos:** topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/nova, velho/velha: ribeirão das Velhas (Alto Garças), córrego Novo (Pontal do Araguaia).

**6) Dirrematopônimos:** topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos: córrego Quebra Cabeça (Alto Araguaia), córrego Vista Alegre (Alto Araguaia), córrego Passa Três (Campo Verde).

**7) Ecotopônimos:** topônimos relativos às habitações de um modo geral: córrego do Rancho (Alto Araguaia), córrego Tapera (Alto Araguaia).

**8) Ergotopônimos:** topônimos relativos aos elementos da cultura material: córrego do Arame (Alto Taquari), córrego da Espora (Alto Araguaia), córrego da Clarineta

(Poxoréu).

**9) Etnotopônimos:** topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas): córrego dos Baianos (Alto Araguaia), córrego dos Bugres (Poxoréu), serra dos Índios (Pontal do Araguaia).

**10) Hierotopônimos:** topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças, cristã, hebraica, maometana, etc; as efemeridades religiosas, às associações religiosas, aos locais de culto: morro da cruz (Alto Araguaia), córrego do Paraíso (Alto Araguaia), ribeirão das Almas (Poxoréu), córrego da Salvação (São José do Povo).

**10.a. Hagiotopônimos:** topônimos relativos aos nomes de santos e santas do hagiológico romano: córrego São Francisco (Alto Araguaia), córrego São José (Alto Araguaia), córrego São Paulo (Alto Araguaia), córrego São Carlos (Poxoréu) [...].

**10.b. Mitotopônimos:** topônimos relativos às entidades mitológicas: córrego Inferninho (Tesouro).

**11) Historiotopônimos:** topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como as datas correspondentes: córrego Bandeiras (Alto Garças), córrego Bandeirantes (Juscimeira).

**12) Hodotopônimos:** topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana: córrego da Pinguela (Alto Araguaia), córrego da Ponte (Alto Araguaia), córrego Ponte de Terra (Alto Araguaia), córrego do Atalho (Itiquira) [...].

**13) Numerotopônimos:** topônimos relativos aos adjetivos numerais: córrego Dois Irmãos (Alto Garças), córrego Três Barras (Alto Garças), córrego Sete Voltas (Araguainha), morro Três Coqueiros (Rondonópolis) [...].

**14) Poliotopônimos:** topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoado, arraial: córrego do Aldeia (Alto Araguaia), córrego da Corrutela (Alto Garças), distrito Vila Operária (Rondonópolis).

**15) Sociotopônimos:** topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho, e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, pátio, praça): córrego Boiadeiro (Alto Araguaia), córrego do Garimpo (Alto Araguaia), córrego da Roça (Alto Araguaia) [...].

**16) Somatopônimos:** topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou animal: córrego Bracinho (Alto Araguaia), córrego do Cobreiro (Alto Araguaia), córrego das Guelas (Torixoréu).

O homem, enquanto sujeito denominador, nomeia considerando elementos que podem se atrelar tanto à natureza física quanto a elementos de ordem antropocultural: os valores, as crenças, os modos de ser do grupo etc.

Essa discussão parece suscitar uma outra, não tão diferente daquela que a originou. É importante perceber, também, a produtividade do elemento motivador. Ao considerarmos as duas ordens genéricas apresentadas, que abarcam os fatos, de um modo geral, precisamos nos perguntar, por exemplo, ao estudarmos a toponímia de uma dada região, o porquê de aspectos vinculadas à natureza física se sobressaírem, no quadro de topônimos do lugar? Ou, nos perguntarmos também o contrário, o porquê de aspectos atrelados ao universo antropocultural predominarem, frente aos demais? Qual a relação desses elementos com a comunidade que deles fazem uso? Em que circunstâncias essas relações se dão?

Talvez o mais importante, no âmbito da toponímia, esteja no fato de que a disciplina nos possibilita vislumbrar os motivos que impulsionam a escolha do nome, por parte do homem, que não nomeia acidentalmente, mas motivadamente, embora não tenha consciência disso. O homem, enquanto sujeito social, age sobre o meio, a partir de suas denominações. Essas são traduções de suas impressões acerca do espaço nomeado, que ganha alma quando tem um nome, tornando-se, assim, um lugar.

O signo toponímico constitui-se a partir da presença de dois elementos: o elemento ou termo genérico e o elemento ou termo específico. O elemento ou termo genérico refere-se à entidade espacial que receberá a denominação, enquanto que o elemento ou termo específico refere-se ao topônimo propriamente dito, aquele que particulariza o espaço a partir do batismo, conferindo-lhe características que o singularizam frente aos outros. Por exemplo, no caso do acidente geográfico **Ilha<sup>21</sup> Cajutuba** (AF – PA), o primeiro elemento do sintagma é **ilha** (termo mais geral), enquanto que o termo mais específico é **Cajutuba**, o topônimo propriamente dito. Quanto a isso, Andrade (2010), aponta que o conjunto constituído por esses elementos forma um sintagma toponímico justaposto ou aglutinado, de acordo com a natureza da língua em questão. Carvalho (2010), amparada em Dick (1992), no que tange à lógica que orienta a relação entre os elementos constituintes do topônimo, reitera:

---

<sup>21</sup> A ilha Cajutuba pertence ao município de Marapanim-PA.

Ao designar, tradicionalmente, o nome próprio de lugar, o topônimo, em sua formalização na nomenclatura onomástica, liga-se ao acidente geográfico que identifica, com ele constituindo um conjunto ou uma relação binômica, que se pode seccionar para melhor se distinguir os seus termos formadores. Dessa simbiose, depreende-se dois dados básicos, um que se convencionou denominar, termo ou elemento genérico, relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação, e o outro, o elemento ou termo específico, ou topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes (DICK, 1992, p.10 *apud* CARVALHO, 2010, p. 34 grifos do autor).

A partir disso, convém tratar, conforme as linhas que seguem, acerca da estrutura composicional do topônimo, considerando os pressupostos teórico-metodológicos traçados por Dick (1990). Nesse sentido, os topônimos podem ser distribuídos em **simples**, **compostos** ou **híbridos**, a depender da natureza e do número de elementos formadores, bem como de suas origens linguais. Observemos:

[...] elemento específico simples é aquele que se faz definir por um só formante, (seja substantivo ou adjetivo, de preferência), podendo, contudo, se apresentar, também, acompanhados de sufixação (diminutivos, aumentativos, ou outros de procedência linguística): Bonito (córr.), Divisa (córr.), Barreirinho (córr.), Estrela (serra), Cervo (córr.) [...].

Topônimo composto ou elemento específico composto é aquele que se apresenta com mais de um elemento formador, de origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo, gerando, por isso, às vezes, formações inusitadas, que, talvez, apenas a história local poderá elucidar, convenientemente: Vista Alegre (córr.), Retiro das Éguas (córr.), Quebra Pigarro (córr.), Campo Bonito (córr.) [...].

Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido, como o entendemos, é aquele designativo, que recebe em sua configuração, elementos linguísticos de diferentes procedências; a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou a indígena + portuguesa: Buriti Alto (córr.), Buritizinho (córr.), Macaúbas (córr.), Pindaibão (córr.), Capão Redondo (córr.), Alto Taquari (município) [...] (DICK, 1992, p. 13-14 *apud* CARVALHO, 2010, p. 35, grifos do autor).

No que se refere à estrutura composicional dos topônimos, tomaremos em conta essa classificação, ao analisarmos o conjunto de designativos por nós eleito. Em síntese, no interior do trabalho toponímico, quando se focaliza o viés linguístico, busca-se compreender o nome do lugar a partir da observação etimológica, estrutural (considerando a estrutura formal do sintagma toponímico) e a classificação taxionômica.

Isquerdo (2008) apresenta aspectos que podem ser colocados em jogo, caso consideremos um viés de trabalho para além do linguístico. Assim, pelo viés extralinguístico, o topônimo é analisado “na perspectiva das causas denominativas

que impulsionaram o denominador no ato da nomeação – influências étnicas, culturais, históricas, mitológicas e ambientais, ambiente físico e social” (ISQUERDO, 2008, p. 37). Talvez considerando, de modo conjunto, as duas perspectivas de trabalho, chegar-se-á ao alcance da compreensão da plenitude do fenômeno toponomástico.

## 2 NOSSOS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos que temos percorrido estão em conformidade com os pressupostos teóricos por nós adotados, considerando-se a proposta metodológica de Dick (1990, 1992). Nessa perspectiva, analisamos o conjunto de topônimos identificados a partir do ponto de vista linguístico: etimologia, análise da estrutura do sintagma toponímico e o seu conteúdo semântico, isto é, a classificação taxionômica. Do ponto de vista extralinguístico, analisamos as causas denominativas que motivaram o denominador, ao denominar os espaços circunscritos ao município de Marapanim-PA.

O pesquisar, em toponímia, vem apresentando-se como um enorme desafio ao pesquisador, que esbarra, inicialmente, no problema da escassez de material que registre o nome do lugar, do ponto de vista cartográfico<sup>22</sup>. Essa dificuldade acentua-se ainda mais quando pretende-se ir além, como, por exemplo, adentrar o interior das comunidades, dos municípios, vislumbrando compreender o conjunto microtoponímico que reveste essas regiões. As informações históricas sobre os municípios são ainda mais precárias.

O trabalho do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) vem avançando, nesse sentido, mas a passos curtos. O que se tem, do ponto de vista municipal, é o mapeamento dos nomes de comunidades e acidentes físicos atrelados a um dado município, sem qualquer informação que nos permita perceber o que está no interior desse município, principalmente no interior das comunidades a ele vinculadas, a microtoponímia. Talvez esse seja um forte ponto a ser posto em pauta, tomando em conta a necessidade do mapeamento intramunicipal<sup>23</sup>, não apenas municipal. O fazer toponímico talvez possa trazer contribuições significativas, quanto a isso.

Se estudamos a toponímia de uma região não mapeada, cartograficamente, poderemos, sem dúvidas, contribuir, dentre outras coisas, para com o registro formal

---

<sup>22</sup> O registro da história do lugar, conseqüentemente de seu nome, apresenta um grau ainda mais elevado de escassez. Precisamos perceber a história local, de nossas ruas, nossas comunidades, nossos municípios. É preciso que aprendamos a perceber as especificidades dessa história local, articulando-a, ao mesmo tempo, ao que percebemos como não-local. Ambos relacionam-se por meio de uma lógica comum, nem por isso a mesma.

<sup>23</sup> Para melhor se compreender a toponímia, tem-se que compreender também a microtoponímia.

do nome do lugar, que outrora só existia no plano do discurso daqueles que os usam.

Essa necessidade, de registro formal do nome, ganha seu lugar, na medida em que percebemos o papel que a cultura escrita tem exercido na sociedade, a partir da era moderna. Por outro lado, vale dizer que, mesmo não registrados, cartograficamente, esses nomes, integrados à dinâmica local, atualizam-se, cotidianamente, nos usos enunciativos que fazemos deles. Sempre que pensamos no lugar, pensamos concomitantemente em seu nome, ou seja, pensamos o signo, como um todo.

O ideal, ao trabalho toponímico, é que se tenha o topônimo registrado oficialmente. O que se tem considerado como registros oficiais são os mapas, as cartas geográficas, publicações que registrem o nome do ponto de vista da linguagem escrita. No entanto, em Toponímia, nem sempre é possível organizar um *corpus* escrito, considerando a escassez de material, conforme discutimos acima. Isso torna-se ainda mais dificultoso quando propomo-nos a estudar a toponímia não urbana, especialmente a microtoponímia. Daí surge a necessidade de coleta de material *in loco*, caso queiramos ir aonde o mapeamento cartográfico ainda não fora. Nesse sentido, como proceder, do ponto de vista metodológico?

## 2.1 EXPERIÊNCIA EM CAMPO

Em nosso caso, como optamos por estudar a microtoponímia do município de Marapanim-PA, isto é, os nomes das comunidades, vilas, rios e praias, não tínhamos informações, nem mesmo por parte do próprio município, acerca da formação histórica da maioria das comunidades marapanienses, informações essas importantes à compreensão do fenômeno toponomástico. Diante disso, optamos por ir a campo para obter, *in loco*, as informações necessárias à pesquisa.

Assim, fomos em dez comunidades pertencentes à unidade administrativa de Marapanim-PA, a saber: **Cruzador** (AH-PA); **Vila Silva** (AH-PA); **Nazaré** (AH-PA); **Cipoteua** (AH-PA); **Fazendinha** (AH-PA), **Jarandeuca** (AH-PA); **Cristolândia** (AH-PA); **Matapiquara** (AH-PA); **Itacoã** (AH-PA) e **Arsênio** (AH-PA). As comunidades em que fomos estão todas situadas na região de água doce, assim conhecida pela

presença representativa dos rios, às suas proximidades. Popularmente, fala-se nas comunidades de água doce e nas de água salgada.

Em cada comunidade entrevistamos, pelo menos, dois moradores, normalmente os mais velhos e naturais da localidade. Na oportunidade, orientamos por um roteiro de perguntas (abertas)<sup>24</sup>, que levantavam questões acerca da história do lugar, para que os moradores discorressem, por exemplo, sobre a formação da comunidade; sobre seus os primeiros moradores; à época, sobre as atividades econômicas desenvolvidas; dentre outros questionamentos que naturalmente iam surgindo, no desenrolar da interlocução. No momento mais oportuno, perguntávamos se sabiam as razões daquele lugar ter o nome que tem, se sempre fora assim chamado, e, se não, quais motivos poderiam explicar a mudança, enfim, uma questão desencadeava outras e, assim, íamos prosseguindo.

Em alguns casos, quando os moradores tratavam da história da comunidade, naturalmente tocavam também na questão do nome que as designam ou que as designavam, à época de sua formação. Isso porque, a palavra, no modo como a entendemos, é parte da história.

Quanto aos instrumentos utilizados, nesse momento, isto é, na coleta de dados, utilizamos gravador de voz, registrando as narrativas locais dos moradores por nós entrevistados, no interior de seus respectivos lugares. Utilizamos também um diário de campo, em que pontuávamos as informações que mais chamavam a nossa atenção, considerando-se os objetivos por nós pretendidos.

Vale dizer que nessa etapa do trabalho, em que visitamos as comunidades por nós eleitas, os conhecimentos apreendidos foram para além do campo do informativo, eles foram, também, antropológicos, já que as interlocuções construídas, no âmbito das narrativas dos sujeitos da pesquisa, revelam, por exemplo, modos de ser, de fazer do homem do campo, da zona rural marapaniense; revelam ainda algumas de suas aspirações futuras, descontentamentos passados e frustrações presentes.

Normalmente, quando chegávamos à residência dos moradores com quem objetivávamos conversar, eles reagiam ao nosso convite de maneira agradável e solícita, apresentando-se, ao mesmo tempo, surpresos pelo interesse que tínhamos em “fazer pesquisa” num lugar como aquele, esquecido há muito pelo poder público.

---

<sup>24</sup> Apresentamos o roteiro utilizado na pesquisa de campo nos apêndices deste trabalho.

Não foi difícil encontrar moradores antigos e também naturais das localidades, isso porque esses, os mais velhos, normalmente nasceram, formaram família e vivem em suas respectivas comunidades até os dias de hoje. Dona Georgina Vale (75 anos), residente na comunidade Cristolândia (AH-PA), conta-nos que só vai à cidade quando precisar ir ao médico ou quando quer resolver questões referentes à sua aposentadoria. Os homens, mesmo os mais velhos, vão à cidade de Marapanim nas mesmas circunstâncias, mas alguns ainda vão vender a farinha, o peixe.

Do ponto de vista econômico, as comunidades rurais marapanienses vivem da agricultura, da pesca e, em alguns casos, ainda da caça. Os produtos agrícolas, assim como o peixe, “o pescado”, servem tanto para o consumo local quanto para a comercialização, na feira de Marapanim. Pudemos observar que cada comunidade dispõe potencialmente da tendência a plantar um fruto específico, e não outros, por exemplo, em **Itacoã** (AH-PA), o que mais a terra produz é a castanha, em **Cruzador** (AH-PA), o cupuaçu, em **Jarandeuá** (AH-PA), o café, dentre outros exemplos. Porém, o trabalho na roça, envolvendo a plantação de grãos (milho, arroz, feijão), não é específico de uma comunidade, em particular, assim como a plantação da mandioca, da macaxeira.

Quanto ao trabalho na roça, ele está tornando-se característico das gerações mais antigas, no interior de suas comunidades. Dona Georgina Vale (75 anos) conta-nos que os jovens não querem mais trabalhar na roça, porque o trabalho na roça é trabalho pesado, eles *“tão tudo na cidade, vão pelo trabalho, pelo emprego, só os velhos ficam ainda por aqui (risos)”*.

Em suma, a experiência em campo foi enriquecedora, disse-nos muito sobre a história de fundação das comunidades visitadas, quem foram os seus primeiros moradores, sobre a época de sua fundação, o período em que foram vinculadas oficialmente ao município de Marapanim-PA, dentre outras informações relevantes ao trabalho toponímico. Vale dizer que essas informações foram advindas dos próprios moradores das localidades (é a história contada de baixo), os quais, em alguns casos, recordam prontamente o momento da denominação ou o momento de imposição de nomes outros às suas comunidades.

## 2.2 IDENTIFICAÇÃO, SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Além do material advindo das entrevistas, tomando em conta as dez comunidades por nós visitadas, elegemos também como fonte de dados o mapa (1504406)<sup>25</sup> – escala 1: 100,000, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (censo 2010), que segue em anexo (mapa I). O mapa explicita o nome de todas as comunidades atreladas ao município de Marapanim-PA, além de seus acidentes geográfico-físicos.

Setenta e sete (83) contabilizam o número de termos por nós identificados, considerando-se os acidentes humanos (comunidades e vilas) e físicos (rios, igarapés e praias). Apresentamos, abaixo, no quadro II, os termos identificados e selecionados, que integram o *corpus* do trabalho:

### Quadro 2 - Lista de topônimos identificados

<b>TOPÔNIMOS MARAPANIENSES <sup>26</sup></b>
<b>1- ABAETEZINHO (AH-PA)</b>
<b>2- AÇÁÍ (AH-PA)</b>
<b>3- ARAPIJÓ</b>
<b>4- ARATICUM-MIRIM (AH-PA)</b>
<b>5- ARSÊNIO (AH-PA)</b>
<b>6- BACURITEUA (AH-PA)</b>
<b>7- BOA ESPERANÇA (AH-PA)</b>
<b>8- BRAÇO GRANDE (AH-PA)</b>
<b>9- BUSSU (AH-PA)</b>
<b>10- CAFEZAL (AH-PA)</b>
<b>11- CAMARÁ (AH-PA)</b>

<sup>25</sup> De acordo com Nunes e Andrade (2011, p. 6) “As cartas geográficas, escala 1:100,000, fazem parte do acervo documental de análise e descrição dos dados: são consideradas fontes primárias para a análise do fenômeno onomástico”.

<sup>26</sup> Note-se que alguns termos são usados para nomear acidentes geográficos distintos, a saber: Camará (AH-PA) e Praia do Camará (AF-PA); Crispim (AH-PA) e Praia do Crispim (AF-PA); Igarapé-Açu (AH-PA) e Igarapé-Açu (AF-PA); Marudá (AH-PA) e Praia de Marudá (AF-PA); Pacamurema (AH-PA) e Ilha da Pacamurema (AF-PA); Marapanim (AH-PA), Ilha de Marapanim (AF-PA) e Rio Marapanim (AF-PA); Vila Maú (AH-PA) e Rio Maú (AF-PA).

<b>12- CARATATEUA (AH-PA)</b>
<b>13- CIPOTEUA (AH-PA)</b>
<b>14- CRISPIM (AH-PA)</b>
<b>15- CRISTOLÂNDIA (AH-PA)</b>
<b>16- CRUZADOR (AH-PA)</b>
<b>17- CRUZEIRO (AH-PA)</b>
<b>18- CURI (AH-PA)</b>
<b>19- DESEMBARGADOR (AH-PA)</b>
<b>20- FAZENDINHA (AH-PA)</b>
<b>21- GUARAJUBAL (AH-PA)</b>
<b>22- IGARAPÉ BRACINHO (AF-PA)</b>
<b>23- IGARAPÉ BRAÇO GRANDE (AF-PA)</b>
<b>24- IGARAPÉ BUIUNA (AF-PA)</b>
<b>25- IGARAPÉ COLÔNIA (AF-PA)</b>
<b>26- IGARAPÉ GROTA FUNDA (AF-PA)</b>
<b>27- IGARAPÉ MATO GROSSO (AF-PA)</b>
<b>28- IGARAPÉ TIMBOTEUA (AF-PA)</b>
<b>29- IGARAPÉ-AÇU (AF-PA)</b>
<b>30- IGARAPÉ-AÇU (AH-PA)</b>
<b>31- ILHA CAJUTUBA (AF-PA)</b>
<b>32- ILHA DA PACAMUREMA (AF-PA)</b>
<b>33- ILHA DE MARAPANIM (AF-PA)</b>
<b>34- ILHA REDENÇÃO (AF-PA)</b>
<b>35- ILHA SAMAUMÁ (AF-PA)</b>
<b>36- ILHA SANTA ROSA (AF-PA)</b>
<b>37- ITACOÃ (AH-PA)</b>
<b>38- ITAUASSU (AH-PA)</b>
<b>39- JARANDEUA (AH-PA)</b>
<b>40- JACATEUA (AH-PA)</b>
<b>41- LIVRAMENTO (AH-PA)</b>
<b>42- MARANHÃOZINHO (AH-PA)</b>
<b>43- MARAPANIM (AH-PA)</b>
<b>44- MARUDÁ (AH-PA)</b>
<b>45- MARUDAZINHO (AH-PA)</b>
<b>46- MATAPIQUARA (AH-PA)</b>

47-MONTENEGRO (AH-PA)
48-MOROÇOCA (AH-PA)
49-NANDEUA (AH-PA)
50-NAZARÉ (AH-PA)
51-NOVA ESPERANÇA (AH-PA)
52-PACAMUREMA (AH-PA)
53-PAIXÃO (AH-PA)
54-PARAÍSO (AH-PA)
55-PEDRANOPÓLIS (AH-PA)
56-PESQUEIRO (AH-PA)
57-PINDORAMA (AH-PA)
58- PRAIA DE MARUDÁ (AF-PA)
59-PRAIA DO CAMARÁ (AF-PA)
60- PRAIA DO CRISPIM (AF-PA)
61-PROGRESSO (AH-PA)
62-QUINZE DE NOVEMBRO (AH-PA)
63-RECREIO (AH-PA)
64-RIO MARAPANIM (AF-PA)
65- RIO MAÚ (AF-PA)
66-SAMANBAIA (AH-PA)
67-SANTA CRUZ (AH-PA)
68-SANTA MARIA (AH-PA)
69-SANTANA (AH-PA)
70-SANTO AMARO (AH-PA)
71-SÃO JOSÉ (AH-PA)
72-SÃO MIGUEL DO CRISPIM (AH-PA)
73-SÃO TOMÉ (AH-PA)
74-SAUÁ (AH-PA)
75-TAMARUTEUA (AH-PA)
76-TAMATAQUARA (AH-PA)
77-TAPERINHA (AH-PA)
78-TIMBOTEUA (AH-PA)
79-UMIRIZAL (AH-PA)
80-VALENTIM (AH-PA)
81-VILA MAÚ (AH-PA)

<b>82-VILA SILVA (AH-PA)</b>
<b>83-VISTA ALEGRE (AH-PA)</b>

A análise de cada um dos termos foi sistematizada, tomando em conta os aspectos contemplados no modelo de ficha lexicográfico-toponímica sugerido por Dick (2004)<sup>27</sup>. Apresentamos, abaixo, o referido modelo de ficha, explicitando seus elementos constituintes, esclarecendo o papel de cada um, no interior da ficha.

---

<sup>27</sup> O modelo de ficha lexicográfico-toponímica sugerido por Dick (2004), por nós utilizado, está disponível no trabalho de Andrade (2010) – “Atlas Toponímico de Origem indígena do Estado do Tocantins”.

### Quadro 3 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica

**Localização/Município** – Este item remete à localização geográfica do topônimo.

**Topônimo** – Considera o estudo dos nomes das comunidades, vilas vinculadas ao município de Marapanim-PA, assim como os acidentes físicos do município.

**AH/AF** – Refere-se à natureza do acidente, se humana ou física.

**Etimologia** - Trata da história ou origem/etimologia das palavras e da explicação do significado de palavras por meio da análise dos elementos que as constituem. É o estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica. Utilizamos, nesta ficha, os estudos etimológicos de Sampaio (1987), Cunha (2010, 1999) e Tibiriçá (1984) para os topônimos indígenas. Os dicionários de Houaiss (2009), Cunha (2010a) e Ferreira (2009) orientam o trabalho com os termos portugueses, dentre outros.

**Taxionomia** – As taxes toponímicas permitem interpretar os nomes dos lugares com maior segurança do ponto de vista semântico, partindo de sua natureza física ou antropocultural (DICK, 1990, 1992).

**Entrada Lexical** – Elemento linguístico de base / entrada do topônimo.

**Estrutura Morfológica** – O topônimo por ser dividido em três categorias: elemento específico simples, elemento específico composto e elemento específico híbrido. Neste caso, apresenta-se uma descrição no plano morfológico do topônimo, caracterizando-o em unidades mínimas de significação: morfemas lexicais e gramaticais.

**Histórico** – Levantamento dos registros históricos dos municípios na base do IBGE, ou em outras fontes de dados.

**Informações Enciclopédicas** – Caracteriza-se por acréscimo de informações coletadas em outros materiais de apoio: livros, dicionários, pesquisa na internet e outros.

**Fonte** – Serviram de subsídios para a análise dos dados os autores Theodoro Sampaio (1987); Antônio Cunha (1998; 2010); Luiz Tibiriçá (1984); Aurélio Ferreira (2009); Houssais (ano?); além do mapa geográfico localizado na base do IBGE, dentre outros materiais.

**Pesquisador(a)** – Érica Patrícia Barbosa Costa.

**Revisora** – Carmen Lúcia Reis Rodrigues, 2016.

**Data da Coleta** – Janeiro de 2016 a Julho de 2016.

Dentre as 80 fichas<sup>28</sup> lexicográfico-toponímicas por nós produzidas, apresentamos, algumas delas, que contemplam a análise toponomástica de alguns dos topônimos marapanienses, a título de exemplificação.

#### Quadro 4 - Ficha topônimo Marapanim

**Município:** Marapanim – PA

**Localização:** Microrregião do Salgado, mesorregião do nordeste paraense

**Topônimo:** Marapanim

**AH:** Município

**Etimologia:** No que tange à origem do vocábulo “Marapanim” pode-se dizer que se trata de uma palavra tupi, formada pelas lexias tupis “Mará\*<sup>29</sup>” ~ “mbará” (mar) e “Panami”<sup>30</sup> (pequenas mariposas). Todavia, quanto à interpretação etimológica e semântica do vocábulo, há, pelo menos, duas posições. A primeira delas considera que Marapanim veio do Nheengatu e significa borboletinha d’ água ou do mar, conforme explicitamos acima. De acordo com Conceição (1995), era essa a denominação que os índios da região davam ao rio que ali corria, cujas margens abrigava grande número de pequenas borboletas. O outro ponto de vista sustenta-se na afirmação de que o termo em foco originou-se a partir dos vocábulos “Marapinima” ou “Muirapinima”, árvore da família das Moráceas. Aqui, adotamos a primeira interpretação, por ser a mais difundida, podendo ser encontrada nos trabalhos de Conceição (1995); Coelho (2005), além dos dados do IBGE (2010).

**Taxeonomia:** Zootopônimo

**Entrada Lexical:** Mara

**Estrutura Morfológica:** Topônimo composto, formado pelas lexias “Mará” ou “mbará” e “Panami” (ambos do tupi).

**Histórico:** Conforme aponta a história do município, em conformidade com os dados do IBGE (2010), o território em que hoje se situa a região em tela fora propriedade dos jesuítas, em fins do século XVIII. Esse território integrava-se à fazenda **Bom Intento**, fundada por aqueles missionários. Com o episódio da expulsão dos jesuítas, a localidade passou a pertencer à particulares. Após isso, destaca-se a figura do Padre José Maria do Vale, o qual separou parte daquela terra, doando-a para a formação de uma freguesia, o que, mais tarde, viria a ser o território que compreende atualmente o município de Marapanim-PA.

<sup>28</sup> Identificamos 83 termos toponímicos, mas analisamos apenas 80 deles. Os termos Marudá, Moroçoca e Crispim não foram analisados, uma vez que não encontramos suas respectivas etimologias.

<sup>29</sup> O asterístico no final das palavras, no tópico que trata da etimologia, é utilizado para fazer referência à fonte a qual nos baseamos, quanto à origem das unidades léxicas. A fonte, por sua vez, também estará sinalizada com um asterístico, nesse caso, antes do nome do autor ou da obra consultada.

<sup>30</sup> Essa é a explicação mais difundida, quanto à origem lingual do termo e quanto ao significado. Essa explicação é, por exemplo, a adotada pelo IBGE (2010).

**Informações Enciclopédicas:** Marapanim-PA, do ponto de vista artístico-cultural, é conhecida como a terra do Carimbó, gênero musical típico da região. Nesse sentido, destacamos a figura do Mestre Lucindo, poeta e escritor de letras de carimbo; é um dos principais expoentes da cultura popular marapaniense, de “beira de rio”, a partir de seus escritos. Ademais, o município em questão é um dos principais pontos turísticos do nordeste paraense, pelas belezas naturais que abriga, com destaque ao Rio Marapanim, à praia de Marudá, à praia do Camará e a do Crispim, dentre outros.

**Fonte:** \*IBGE (2010); Conceição (1995).

**Pesquisador (a):** Érica Patrícia Barbosa Costa

**Revisora:** Carmen Lúcia Reis Rodrigues

**Data da Coleta:** Janeiro a junho de 2016.

### Quadro 5 - Ficha topônimo Itacoã

**Município** – Marapanim – PA

**Localização** – Microrregião do Salgado, mesorregião do nordeste paraense

**Topônimo** – Itacoã

**AH** – Comunidade

**Etimologia** – Itacuã\* *sf.* certa pedra amarela; esp. de xisto ou filito.

**Taxeonomia** – litotopônimo

**Entrada Lexical** – Ita

**Estrutura Morfológica** – topônimo composto

**Histórico** – Itacoã, certamente, assim como outras comunidades de Marapanim-PA, tem o seu reconhecimento oficial, a partir dos anos de 1950, com a chegada de autoridades político-religiosas na região.

**Informações Enciclopédicas** – Itacoã\*\* é conhecida como terra produtora de castanha, tendo o fruto em abundância, na região. A comunidade situa-se às margens do Rio Marapanim, o qual a liga, pelo caminho das águas, aos municípios de Terra Alta (AH-PA) e Igarapé-açú (AH-PA). Do ponto de vista econômico, é a agricultura quem ganha o maior destaque.

**Fonte** – \*Tibiriça (1984); \*\* informações com base em fontes locais.

**Pesquisador(a)** – Érica Patrícia Barbosa Costa

**Revisora** – Carmen Lúcia Reis Rodrigues

**Data da Coleta** – Janeiro a Junho de 2016.



## Quadro 6 - Ficha topônimo Jarandeuá

**Município** – Marapanim – PA

**Localização** – Microrregião do Salgado, mesorregião do nordeste paraense

**Topônimo** – Jarandeuá

**AF** – Comunidade

**Etimologia** – *Jara\**, do tupi, termo de composição que aparece na designação de vários gêneros de palmeiras + *-deua*, sufixo tupi que denota a ideia de abundância. Assim: abundância de uma certa espécie de palmeira.

**Taxeonomia** – fitotopônimo

**Entrada Lexical** – Jara

**Estrutura Morfológica** – topônimo simples

**Histórico** – Jarandeuá, conforme aponta a história local, é vinculada, oficialmente à unidade administrativa de Marapanim-PA a partir dos anos de 1950 (assim como outras localidades), com a chegada de autoridades político-religiosas, na região, com destaque a figura do Padre Edmundo Armando Saint' Clair Igreja. Antes de 1950 chamava-se comunidade São Pedro (AH-PA).

**Informações Enciclopédicas** – Jarandeuá\*\* é conhecida, regionalmente, como produtora de café. Não raro, nos quintais das residências, há pés de café. No primeiro semestre do ano, tem-se o Festival do Café de Jarandeuá, manifestação artístico-cultural organizada há tempos, na região. Do ponto de vista socioeconômico, a agricultura é que ganha destaque, com ênfase à cultura da mandioca e da macaxeira. O café, pois, é mais para o consumo local.

**Fonte** – \*Tibiriçá (1984); informações com base em fontes locais.

**Pesquisador(a)** – Érica Patrícia Barbosa Costa

**Revisora** – Carmen Lúcia Reis Rodrigues

**Data da Coleta** – Janeiro a Junho de 2016.

### Quadro 7 - Ficha topônimo Igarapé Buiuna

**Município** – Marapanim – PA

**Localização** – Microrregião do Salgado, mesorregião do nordeste paraense

**Topônimo** – Igarapé Buiuna

**AF** – Igarapé

**Etimologia** – Do tupi *Mboy-una*\*, a cobra preta.

**Taxeonomia** – Antropotopônimo

**Entrada Lexical** – bui < Mboy

**Estrutura Morfológica** – topônimo composto

**Histórico** –

**Informações Enciclopédicas** – Igarapé Buiuna (AF-PA) é um dos acidentes geográficos-físico marapanienses; está situado no interior da comunidade Arsênio (AH-PA), que é vizinha à comunidade de Itacoã (AH-PA).

**Fonte** – \*Sampaio (1987).

**Pesquisador(a)** – Érica Patrícia Barbosa Costa

**Revisora** – Carmen Lúcia Reis Rodrigues

**Data da Coleta** – Janeiro a Junho de 2016.

### Quadro 8 - Ficha topônimo Matapiquara

**Município** – Marapanim – PA

**Localização** – Microrregião do Salgado, mesorregião do nordeste paraense

**Topônimo** – Matapiquara

**AH** – Comunidade

**Etimologia** – Do tupi *sm. Matapy\**, ‘o covo cônico de pescar’ + *quara\* sm.* ‘o furo, a cova, o buraco, o esconderijo, o refúgio’.

**Taxeonomia** – ergotopônimo

**Entrada Lexical** – Matapi

**Estrutura Morfológica** – topônimo composto

**Histórico** – Matapiquara, segundo fontes locais, é a mais antiga comunidade de Marapanim-PA, foi elevada à categoria de Vila do município no período do governo de Lauro Sodré. Antes chamava-se Freguesia da Campina Seca, devido às características de sua vegetação, ainda presentes, na localidade. Sabe-se que foi Bernadino Felix Coelho o fundador da comunidade. Todavia, não se tem certeza se foi ele quem propôs a mudança do nome. A padroeira da comunidade é Santa Luzia, “a que protege a visão”.

**Informações Enciclopédicas** – No interior de nossas entrevistas\*\*, um de nossos interlocutores tratava acerca da origem do nome Matapiquara. Segundo ele, Matapiquara significa “grande quantidade de matapi” (armadilha de pegar peixe), muito usado por pescadores da região. Assim, partindo dessa interpretação, -quara é entendido como um sufixo, denotando a ideia de abundância. Contudo, nos dicionários pesquisados, o termo “quara” aparece enquanto unidade lexical, não gramatical. Diante disso, mas sem deixar de reconhecer a etimologia popular, classificamos o termo em questão, entendendo-o a partir da junção de “Matapy”, acrescido de “Quara”, mas enquanto lexema. Trata-se de um topônimo composto. Vale dizer que, no seio da comunidade, a unidade lexical perdeu valor de lexema, passando a integrar o quadro dos elementos gramaticais.

**Fonte** – \*Sampaio (1987); informações com base em fontes locais.

**Pesquisador(a)** - Érica Patrícia Barbosa Costa

**Revisora** – Carmen Lúcia Reis Rodrigues

**Data da Coleta** – Janeiro a Junho de 2016.

## Quadro 9 - Ficha topônimo Fazendinha

**Município** - Marapanim – PA

**Localização** - microrregião do Salgado, mesorregião do nordeste paraense

**Topônimo** - Fazenda

**AH** - Comunidade

**Etimologia** - “fazenda\* sf. ‘ant. combate, batalha’ XIII; ‘assunto, negócio’, XIII; ‘riqueza, bens’ XIII. Do lat. facenda, por hacienda, de facere ‘fazer, executar etc’”.

**Taxeonomia** - Ecotopônimo

**Entrada Lexical** - Fazenda

**Estrutura Morfológica** - Topônimo simples ou elemento específico simples, formado pela lexia “Fazenda”.

**Histórico** - Assim como outras comunidades marapanienses, tomando em conta a fundação da comunidade Fazenda (AH-PA), pode-se dizer que é a partir dos anos de 1950, com o povoamento da região, que se tem conhecimento, do ponto de vista da administração pública, de sua existência. Sabe-se que sua fundadora foi Maria Madalena do Rosário. Conforme conta a história local, foi Cônego Mateus quem celebrou a primeira missa na comunidade.

**Informações Enciclopédicas** - Do ponto de vista socioeconômico, a agricultura é a atividade de maior destaque, ao lado da pesca. Quanto às manifestações artístico-culturais presentes, o carimbó destaca-se, assim como em outras comunidades marapanienses.

**Fonte** - \*Cunha, (2010).

**Pesquisador** - Érica Patrícia Barbosa Costa

**Revisor** - Carmen Lúcia Reis Rodrigues

**Data da Coleta** - janeiro a junho de 2016.

### 3 ESBOÇO ACERCA DA SITUAÇÃO LÍNGUOCULTURAL DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XVII E FORMAÇÃO SÓCIOHISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE MARAPANIM-PA

Antes de tratarmos acerca da fundação histórica de Marapanim-PA, trazemos um esboço acerca da dinâmica línguo-cultural na Amazônia, no século XVII, período em que os portugueses aqui chegam. Após isso, caminharemos em direção à história de formação sóciohistórica do município marapaniense, do estado do Pará, importante à compreensão de nosso *locus* de pesquisa.

#### 3.1 ESBOÇO SOBRE A FORMAÇÃO LINGUOSOCIAL NA AMAZÔNIA, NO SÉCULO XVII

Nunca é demais regressar, voltar às circunstâncias iniciais<sup>31</sup>, nem por isso primeiras. Assim, retornamos às bases linguístico-históricas de nossa formação, para que melhor compreendamos o que agora se apresenta.

Primeiramente, quanto à formação do português de nossa terra, mais amplamente falando, tem-se discutido, sob pontos de vista distintos, acerca da influência ou não das línguas indígenas e africanas na constituição do português brasileiro, que se difere do europeu justamente por essas especificidades.

No bojo dessas discussões, uma proposição é indiscutivelmente consensual, a de que a influência tanto do africano quanto do indígena dá-se, mais explicitamente, no nível lexical do português, em que é notável a presença do outro, ou verdadeiramente dizendo, a presença do genuíno, esta, suplantada sistematicamente pelo estrangeiro, dispensando outras adjetivações mais fiéis.

Embora, ainda nos dias de hoje, insista-se em assumir uma identidade monolíngue, unocultural e homogênea, desde os primeiros contatos dos portugueses com os habitantes da terra, a diversidade linguístico-cultural apresentava-se visceralmente. Isso significa que, naquele momento, existira sociedades, línguas e, de modo mais geral, culturas distintas entre si, mesmo que tenhamos aprendido a generalizá-las.

---

<sup>31</sup> Ou seja, do ponto de vista da história oficial.

Silva (2010) esclarece que Rodrigues (1993), por meio de uma projeção, estima que, naquele contexto primeiro, aproximadamente 1300 línguas indígenas coexistiam. Hoje, no Brasil, resistem apenas 180, isto é, 85% daquele número de línguas (LEITE; FRANCHETTO, 2006). Muitas dessas línguas desapareceram, junto com seus falantes, sem que houvesse qualquer registro, o que implica na perda de grande parte dessa diversidade. Diversidade essa, que, se documentada, explicitaria, dentre outras coisas, modos de organização cognitivo-sociais distintos dos nossos, assim como os seus respectivos modos de manifestação e expressão, o que ampliaria e, sem dúvida, enriqueceria nossos olhares acerca desses fenômenos.

Freire (2003), ao tratar do panorama linguístico que compunha a região amazônica nos séculos XVI e XVII, afirma:

[...] quando os europeus realizaram as primeiras viagens exploratórias pelo rio Amazonas, encontraram uma enorme diversidade de línguas faladas na região, de famílias e troncos linguísticos diferentes. Os relatos da época registram a presença de diferentes nações e algumas vezes proporcionam informações etnográficas sobre essas diferenças (...). O jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña, que em 1639 cruzou o Amazonas dos Andes até o Atlântico na expedição de Pedro Teixeira, contou com ajuda de intérpretes indígenas para localizar, em suas margens e nas bocas de seus principais afluentes, povos que *'passam de 150, todos de línguas diferentes'* (ACÚNA 1641, *apud* FREIRE, 2003, p. 140).

Essas palavras, além de informativas, no sentido de que nos dão a dimensão da quantidade de povos e também de línguas que habitavam a região amazônica nos primeiros séculos de colonização, nos esclarecem que, do total de cerca de 1300 línguas faladas no território em que hoje se situa o Brasil, um número significativo era falado aqui na Amazônia.

Entendemos que o hoje só o é porque houve o ontem, e haverá o amanhã, por isso, para que entendamos a lógica que orienta o hoje - se é que conseguimos, pelo menos, vislumbrá-lo, considerando-se o seu estado presente – é importante revisitarmos o que o antecedeu. Assim, trazemos, mesmo que superficialmente, tomando em conta a complexidade do tema, um esboço sobre a colonização da região amazônica.

A colonização portuguesa da região amazônica – quando tem início a formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão – passa a acontecer a partir do Baixo Amazonas, em 1615, com a derrota da chamada França Equinocial pelos portugueses, em direção ao Alto Amazonas, onde temos a

confluência dos rios **Negro** e **Solimões**, próxima a Manaus, dando origem ao rio **Amazonas** (NOBRE, 2011, p. 168; grifos do autor).

No que tange ao período sóciohistórico em que a região amazônica começou a ser colonizada, isso se deu cem anos à frente da colonização do Estado do Brasil, que se iniciou já a partir de 1500, o que implica dizer, mas não apenas por esse motivo, que as características sociolinguísticas da região amazônica diferem das do Estado do Brasil, se considerarmos os contextos diferenciados que constituíram esses estados independentes.

Nobre (2011) discute a respeito da situação linguística homogênea que constituía quase toda a costa brasileira, em que era falado, predominantemente, o Tupinambá<sup>32</sup>, pelo povo de igual denominação. Contudo, na região amazônica, em especial no Baixo Amazonas, a situação sociolinguística encontrada pelos jesuítas era bem distinta daquela encontrada há cem anos atrás, na costa do Brasil. Isso levou Nobre (2011) a caracterizar esse cenário, do ponto de vista linguístico, como extremamente heterogêneo. O mesmo autor, a partir da interpretação das palavras do padre Antonio Vieira, é bem elucidativo quanto à situação línguocultural encontrada no Baixo Amazonas:

Situação diversa, contudo, foi a encontrada por Antonio Vieira no Baixo Amazonas, onde, em vez de homogeneidade lingüística, encontrou uma heterogeneidade profunda entre as diversas tribos *tapuias* que habitavam o lugar. Em uma situação como essa, na qual os jesuítas já dominavam – embora, certamente, com diversos níveis de competência – o uso do *tupinambá*, com o qual estavam familiarizados devido aos mais de cem anos de catequese na costa do Brasil, uma situação insólita se delineou: nos deparamos com um quadro no qual europeus se viram na contingência de ter de impor a índios (os *tapuias*) o uso de um idioma indígena, o *tupinambá* (...) (NOBRE, 2011, p. 176).

A diversidade linguística na Amazônia, naquele contexto, era extremamente desfavorável ao processo expansionista de viés colonizador, uma vez que isso impossibilitava, de imediato, a comunicação entre *tapuias* (os índios que não falavam o tupinambá) e jesuítas. Essa situação implicava, de um lado, a não *salvação de almas*, por parte dos missionários, e, por outro lado, a não dominação colonizadora iniciada a partir da língua.

---

<sup>32</sup> O tupinambá, falado pelos índios brasileiros do século XVI ao longo da costa, desde o sul de São Paulo até a foz do rio Amazonas, no Pará [...] foi transmitido das mães índias para seus filhos mamelucos como língua materna, não havendo interrupção do tupinambá entre a geração das mães e dos filhos (MÉTRAUX, 1948, p. 95 *apud* NOBRE, 2011).

Nesse contexto multilíngue e heterogêneo é que surge a imposição de uma língua *supra-étnica*, o tupinambá, falado pelos habitantes de quase toda a costa brasileira, assim como pelos jesuítas, já familiarizados com essa língua, devido os mais de cem anos de catequização no Estado do Brasil. Quanto ao diversificado multilinguismo amazônico, Vieira (1654), ao descrever a atual ilha do Marajó, afirma:

[...] Ilha chamada dos Joanes [Ilha de Marajó], a qual está atravessada bem na boca do rio das Amazonas, defronte da mesma ilha do Sol, e é tão grande que encerra em si mais de vinte e nove nações, de línguas tão diferentes como são a alemã e espanhola. (VIEIRA, 1654, apud NOBRE (2011, p. 177).

Isso nos dá a dimensão daquele cenário, em que Vieira considera as línguas ali manifestas tão distintas tipologicamente quanto à alemã e a espanhola o são. Assim, resumidamente, coexistiam, naquele momento: as línguas *tapuias* – distintas entre si; o tupinambá – também presente na foz do rio Amazonas, mas também aquela variedade falada pelos jesuítas –; e o português, primeira língua dos “missionários”.

O tupinambá, que foi se constituindo na região amazonense, a partir dos contatos linguísticos estabelecidos, paulatinamente, foi se distinguindo do tupinambá genuíno usado por seus primeiros falantes, resultando na variedade que se convencionou chamar, na literatura sobre o tema, de **Língua Geral Amazônica** (LGA), posteriormente denominada de **Nheengatu**. Nobre (2011), por sua vez, a chama de **Língua Geral Crioula**<sup>33</sup>:

Sistema lingüístico historicamente novo, surgido no século XVII, fruto do processo de *pidginização/crioulização* do *tupinambá*, que entrou em contato com diversas línguas *tapuias* – tipologicamente muito distintas, tanto entre si, quanto em relação ao *tupinambá* –, às quais foi imposto como língua do povo dominador, os jesuítas, mesmo sendo a segunda língua destes. Esse tipo de *língua geral* surgiu e se desenvolveu em um *contexto com interrupção de transmissão lingüística entre gerações*, que predominou nas missões jesuíticas do Estado do Grão-Pará e Maranhão (NOBRE, 2011, p. 221).

Assim, a LGA surgiu a partir da segunda metade do século XVII, falada na região que compreendia o Estado do Grão-Pará e Maranhão, principalmente por

---

<sup>33</sup> Nobre (2011) atribui o termo crioula à LGA, justificando que o contato do tupinambá com as línguas tapuias, corroborou para o surgimento de uma nova língua, a Língua Geral Crioula que, inicialmente, passou por estágio de pidgin e, após isso, houve a crioulização, resultando numa língua outra, segundo o autor, não numa variedade do tupinambá.

mamelucos, que a tinham como primeira língua. Conforme apontam os estudos realizados sobre a LGA, inicialmente, ela conviveu em um contexto monolíngue, em que o seu uso foi majoritário. No correr dos anos, a LGA passou a conviver em um contexto bilíngue, em que os mamelucos a tomavam como primeira língua e tomavam o português como segunda.

A LGA atuou<sup>34</sup> nas áreas que hoje conhecemos como Amapá, Amazonas, norte de Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, norte do Tocantins e Maranhão.

Esse breve panorama linguístico, elucidado acima, é importante para que entendamos, com maior clareza, a presença de palavras e de aspectos gramaticais de línguas indígenas no português brasileiro, especialmente na variedade circunscrita ao município de Marapanim-PA. Indiscutivelmente, o inventário lexical do português aqui falado dispõe de um número significativo de palavras indígenas. Esse número é ainda mais representativo no campo da toponímia. Sobre isso, as palavras de Noll (2010) nos mostram que:

Os nomes comuns e os topônimos são as aquisições mais naturais quando os falantes da língua receptora não têm nomes em sua língua para objetos culturais ou seres vivos que lhes são completamente estranhos, nem para os lugares que passam a conhecer (NOLL, 2010, p. 31).

Talvez, por isso, no âmbito da nomenclatura geográfica, a presença indígena seja significativa, pois, quando eles, os portugueses, aqui chegaram, defrontaram-se com uma territorialidade e espacialidade muito distinta daquela com a qual estavam habituados, fazendo-os referenciar o espaço-tempo a partir da nomenclatura autóctone existente. Isso faz-nos pensar, não apenas no produto da nomeação – o nome –, mas na diversidade dos aspectos nesse processo envolvidos. Sobre essas questões, as tratamos no primeiro capítulo deste trabalho, especialmente em sua primeira seção, mas as discutiremos também concomitantemente à apresentação dos resultados do trabalho.

### 3.2 FORMAÇÃO SÓCIOHISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE MARAPANIM-PA

No que se refere à formação histórica do município de Marapanim-PA, de modo longínquo, o território em que hoje se situa o município pertencera à fazenda “Bom Intento”, que fora fundada pelos jesuítas em fins do século XVIII, conforme

---

<sup>34</sup> Essas informações, referentes à área de atuação da LGA, foram embasadas no estudo feito por Nobre (2011).

aponta a escrita da história da cidade. Mais tarde, devido à reforma pombalina, esses religiosos foram expulsos do território brasileiro, desocupando, em consequência disso, as terras por eles administradas, as quais, neste caso, integravam a fazenda “Bom Intento”, conforme discute Castro (1998).

Com a prática das “sesmarias”<sup>35</sup>, as terras carecidas de ocupação territorial e, sobretudo, carecidas de desenvolvimento econômico eram doadas a particulares, objetivando que esses administrassem-nas, em conformidade com os ideais propostos pela Coroa Portuguesa. Isso fora o que aconteceu com as terras que antes pertencera aos jesuítas.

De acordo com os dados históricos do IBGE (2010), referentes ao município de Marapanim-PA, posterior ao momento de expulsão dos jesuítas, o **Padre José Maria do Vale** teve acesso à terra pertencente ao município e “dela separou uma parte e doou-a para a formação do patrimônio de uma freguesia” (IBGE, 2010). Entende-se por freguesia um determinado agrupamento ou povoação paroquiana (HOUAISS, 2009).

Além disso, com relação aos anos subsequentes, no que diz respeito ao percurso histórico do município, é importante mencionar que:

(...) em 1833, Bom Intento já integrava a jurisdição da Vila de Cintra. Essa situação prolongou-se até 1869, quando a localidade adquiriu categoria de Freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória. Entretanto, continuou fazendo parte integrante daquele município até quando, em 1874, emancipou-se político-administrativamente com a denominação de Marapanim. Sua instalação oficial ocorreu, em 1878. Obteve, ainda, foros de Cidade, em 1895 (IBGE, 2010).

Sendo assim, em 1869, a localidade adquire status de freguesia<sup>36</sup>, nomeada com o hagiotopônimo **Nossa Senhora da Vitória de Marapanim**. Somente em 1874, a localidade emancipa-se político-administrativamente, com a denominação de **Marapanim**, como a chamamos nos dias de hoje. Essa substituição do nome do município vai ao encontro do que Isquerdo (2016) verifica em sua pesquisa sobre a

---

<sup>35</sup> O termo “Sesmaria” era empregado, pelos portugueses, para designar todo terreno pertencente à Coroa Portuguesa, em que houvesse ausência administrativa e, também, do ponto de vista econômico, fosse improdutivo.

<sup>36</sup> No dizer de Agripino da Conceição (1995, p.54), “[...] em 21 de outubro de 1869, por esforços do dito padre, foi o povoado elevado à categoria de freguesia e povoação com o nome de N. S. da Vitória de Marapanim. Mais tarde, em 15 de janeiro de 1878, de acordo com a Lei Provincial n.º 802, de 04 de março de 1874 recebeu a povoação o predicamento de vila (Vila de Marapanim)”.

macropotoponímia de três estados da região Norte do Brasil (Amazonas, Amapá e Pará). A autora mostra que alguns nomes compostos por um hagiotopônimo e por um nome indígena perderam o elemento sagrado, tendo sido esse um dos fenômenos percebidos na mudança dos topônimos compostos de cunho religioso.

Em 1895, Marapanim, obtém foros de cidade, por meio da lei estadual n.º 324, de 06 de julho do mesmo ano. É importante perceber que, quando o território marapaniense está, quase que exclusivamente, sob domínio religioso-português, o nome que o reveste está em conformidade com a lógica vigente, a de expansão (colonização) religiosa, ao mesmo tempo político-econômica etc. Assim, o hagiotopônimo Nossa Senhora da Vitória se antepõe ao vocábulo nativo (Marapanim), reafirmando proposições que vão para além do campo da linguagem. Quando, em 1874, a localidade emancipa-se político-administrativamente, a denominação também emancipa-se, permanecendo, no interior do sintagma toponímico Nossa Senhora da Vitória de Marapanim, apenas o vocábulo Marapanim, formado pelas lexias tupis “Mará” ~ “mbará” (mar) e “Panami”<sup>37</sup> (pequenas mariposas), assim, tem-se “Borboletinhas do mar”. Partindo disso, Marapanim, provavelmente, se relaciona de modo mais coerente com o espaço circundante que, a partir de então, passa a batizar.

Castro (1998), por sua vez, embora ressalte que a história de criação do município de Marapanim-PA ocorrera após a chegada do padre José Maria do Vale à região, afirma que a história do lugar, em que hoje situa-se o município, inicia-se bem antes da chegada do padre José Maria do Vale. Isso porque:

A história do município de Marapanim pode ser dividida em três partes distintas. A primeira delas inicia-se com a chegada do Padre João do Souto Maior, por volta de 1656 que, por ordenamento de seus superiores da Companhia de Jesus, foi encarregado de levar os fundamentos do Evangelho, da Cruz e dos sacramentos à Aldeia de Arapijô, habitada pelos índios Pacajás, parentes próximos dos índios Maracanãs que habitavam a aldeia de São Miguel de Maracanã, cuja missão catequizadora tinha sido entregue aos padres Manoel de Souza e Matheus Delgado, autorizados que foram pelo Sub-Prior da Ordem, padre Antônio Vieira [...] (CASTRO, 1998, p. 12).

Sendo assim, antes da chegada do Padre José Maria do Vale à localidade que viria a ser o município de Marapanim-PA, o padre João do Souto Maior (com

---

<sup>37</sup> Essa é a explicação mais difundida, quanto à origem lingual do termo e quanto ao significado. Essa explicação é, por exemplo, a adotada pelo IBGE (2010).

propósitos de índole catequizante), em meados do século XVII, já havia se instalado na região (ordenado por Antônio Vieira) – região essa habitada pelos índios Pacajás, que moravam na aldeia Arapijó. Nos dias de hoje, a região em que se situava essa aldeia é ocupada por uma comunidade vinculada ao município de Marapanim, cujo nome também é Arapijó.

Assim, há, pelo menos, duas posições quanto à formação histórica do município. Uns contam a história a partir da presença do padre José Maria do Vale à região, ponto de vista difundido pela “história oficial”. Outros (uns poucos) explicitam o que viera antes da chegada do padre José Maria do Vale, tratando de uma história que se inicia já no século XVII, com os primeiros habitantes da terra. Vale aqui, registrar os dois pontos de vista.

No que diz respeito à localização geográfica do município de Marapanim-PA, este situa-se na microrregião do Salgado e na mesorregião do Nordeste Paraense. De acordo com dados da Companhia Paraense de Turismo – PARATUR (dados de 2012), Marapanim limita-se, ao Norte, com o Oceano Atlântico; a Leste, com os municípios de Maracanã e Magalhães Barata; ao Sul, com os municípios de São Francisco do Pará e Igarapé-Açu; e, a Oeste, com os municípios de Curuçá e Terra Alta. Vejamos, na imagem que segue, a localização desse município paraense:



Fonte: IBGE (2016).

Ademais, com base no banco de dados do IBGE, explicitamos, no quadro abaixo, informações gerais a respeito do município, as quais informam acerca do número populacional, população estimada, dimensão do território e densidade demográfica. Vejamos:

**Quadro 10 - Informações gerais acerca do município de Marapanim-PA**

População estimada 2013	27.153
População 2012	26.605
Área da unidade territorial (Km <sup>2</sup> )	795,987
Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	33, 42

Código do Município	1504406
---------------------	---------

No que concerne às manifestações artístico-culturais marapanienses, falando especialmente das comunidades visitadas, elas, predominantemente, tomam o **Carimbó**<sup>38</sup>, gênero musical genuinamente vinculado ao Estado do Pará, como uma forte manifestação cultural. Em Cipoteua (AH-PA), por exemplo, um dos nossos colaboradores, Mestre Caranguejo (79 anos), é conhecido regionalmente por suas letras de carimbó, as quais tratam, dentre outras coisas, dos modos de ser do homem do campo, de suas relações com a natureza e das formas de trabalho. Fuscaldo (2015), ao tratar dos locais em que o carimbó se faz presente, assinala:

O carimbó está presente na Ilha de Marajó (carimbó pastoril), na região do Baixo Amazonas (carimbó rural) e, de maneira preponderante, na faixa litorânea do Pará (carimbó praieiro) (Menezes *apud* SALLES, 1969, p. 262-263), região onde a floresta amazônica encontra o oceano atlântico e que é conhecida como a Zona do Salgado (FUSCALDO, 2015, p. 83).

Marapanim-PA está situada na Zona do Salgado, onde se inter cruzam a floresta amazônica e o oceano atlântico. Assim, nessa região litorânea do Pará, o carimbó é adjetivado como praieiro, umas vez que os seus escritos, refletem, prontamente, as características fisiográficas que envolvem o seu contexto de produção, como se pode depreender nos versos de Mestre Lucindo:

*Pescador, pescador por que é  
Que no mar não tem jacaré?  
Pescador, pescador por que foi  
Que no mar não tem peixe-boi?  
Eu quero saber a razão  
Que no mar não tem tubarão  
Eu quero saber por que é  
Que no mar não tem jacaré*

*Ah! Como é bom pescar  
Na beira mar  
Em noite de luar  
Ah! Como é bom pescar  
Na beira mar*

<sup>38</sup> O termo 'carimbó' designa o instrumento musical denominado *curimbó*, tambor feito de um tronco internamente escavado, onde em uma das extremidades é colocado couro curtido (FUSCALDO, 2015, p. 83).

*Em noite de luar*

(LUCINDO, MESTRE).

Assim, os escritos de Lucindo, em linhas gerais, explicitam a relação homem/meio, cujo primeiro, de maneira saudosa, faz menção ao segundo, seja pela atividade do pescar (o trabalho cotidiano), seja pela contemplação do mar, da significabilidade que ele adquire, naquele contexto.

Em Itacoã (AH-PA), Lourenço Coelho Pereira (70 anos), conta-nos que não consegue viver longe do carimbó, por isso, passou a organizar o Conjunto Mirim de Carimbó, na região, para que as gerações futuras não deixem morrer essa tradição. No segundo semestre de cada ano, ele, juntamente com outros, organizam o Festival de Carimbó de Itacoã, onde os grupos locais se apresentam, além dos grupos de outras comunidades, que nunca deixam de participar. Para Lourenço Coelho “o carimbó não é só brincadeira, é muita luta”. Certamente, ele vê no carimbó o lutar, porque, de acordo com o que coloca, por mais que o carimbó seja uma manifestação centenária na região, o poder público não dá a devida atenção a manifestações dessa natureza, principalmente nas localidades do interior. Toda a organização, para que os festivais aconteçam, partem da comunidade local, na maioria dos casos.

Em outras comunidades do município, é comum que se tenha, todos os anos, o Festival de Carimbó, considerando-se cada comunidade, em particular. O próprio município de Marapanim-PA, dispõe, anualmente, de um festival de folclore, cuja principal atração são os grupos de carimbó, advindos da zona rural. Talvez essa seja a única iniciativa, nesse sentido, por parte da administração do município. Dentre os artistas regionais de destaque, um a ser considerado é o mestre Lucindo, cujos versos foram acima explicitados.

#### 4 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TOPONÍMIA DE MARAPANIM-PA: TAXEONOMIA E FORMAÇÃO DOS TOPÔNIMOS

A partir da análise por nós realizada, trazemos algumas generalizações, quanto à toponímia marapaniense, do Estado do Pará. Assim, com relação à classificação taxeonômica, isto é, o agrupamento dos topônimos em taxes, considerando-se a natureza semântica do termo designador, do conjunto analisado, **as taxes mais produtivas foram as de natureza física**, conforme serão apresentadas e discutidas mais adiante, nesta seção. O ambiente físico, seja por meio da fauna, seja por meio da flora, é um fator motivacional de destaque, frente aos demais.

As taxeonomias de natureza antropocultural, por sua vez, também apresentam ocorrências representativas, mesmo diante das possibilidades denominativas de que a natureza dispõe, de modo mais objetivo, em sua esfera física. Trataremos, inicialmente, das taxeonomias de natureza antropocultural e, em seguida, das de natureza física.

##### 4.1 CLASSIFICAÇÃO TAXEONÔMICA DOS TOPÔNIMOS MARAPANIENSES

Foram identificados, nesta pesquisa, 83 topônimos que nomeiam acidentes geográficos humanos (comunidades, vilas de Marapanim-PA), assim como acidentes geográfico-físicos (rios, igarapés, praias). Dentre esses estão os designativos Marudá – usado para nomear um acidente humano (a comunidade Marudá) e um acidente físico (a Praia de Marudá) – e, conseqüentemente, Marudazinho – o qual nomeia um acidente humano –, que não foram considerados na análise por não termos encontrado sua etimologia.

Considerando-se o total de topônimos analisados (80 designativos), aproximadamente 32 (cerca de 40%) estão vinculados a motivações relacionadas ao universo antropocultural, do qual fazem parte os hagiotopônimos, animotopônimos, hierotopônimos, antropotopônimos, ecotopônimos, etnotopônimos e os somatopônimos. Nesse universo, também foram identificadas algumas taxes com a ocorrência de um único topônimo, classificando-se cada um como dimensiotopônimo, ergotopônimo, historiotopônimo e sociotopônimo.

Os **hagiotopônimos** – nomes de santos e santas do hagiológico romano – aparecem com o maior número de ocorrências. Segue o quadro abaixo, com a descrição desses termos e, concomitantemente, com a apresentação de suas respectivas etimologias.

**Quadro 11 - Hagiotopônimos**

Topônimo	Etimologia
<b>Santo Amaro</b> (AH-PA)	Santo <i>adj. sm.</i> – sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina' [Do lat. <i>sanctus -a -um</i> ] (CUNHA, 2010) + Amaro [Do lat. <i>amaru</i> ] Ad. V. amargo (FERREIRA, 2009).
<b>São Miguel do Crispim</b> (AH-PA)	São, de Santo <i>adj. sm.</i> – sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina' [Do lat. <i>sanctus -a -um</i> ] (CUNHA, 2010) + Miguel - <i>sm.</i> aquele que é como Deus [Do hebraico Mikhael, formado a partir da junção de dos elementos mikhayáh e El] Fonte: <a href="https://www.dicionariodenomespropios.com.br/busca.php?q=MIGUEL">https://www.dicionariodenomespropios.com.br/busca.php?q=MIGUEL</a> ), acrescido do sintagma preposicionado “de Crispim”. Crispim [T. onom.] <i>S. m. Bras. N.E. Zool. V. saci (2) Zool. ave cuculídea (Taperia naevia)</i> com cerca de 29 cm de comprimento, distribuída do S. do México ao N. da Argentina, e em todo o Brasil, de coloração geral pardo-amarelada, com numerosas manchas escuras nas coberteiras das asas, topete avermelhado com manchas claras e escuras, garganta sombrancelha e abdome brancos, cauda longa e graduada. (...). (FERREIRA, 2009)
<b>São Tomé</b> (AH-PA)	Santo <i>adj. sm.</i> – sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina' [Do lat. <i>sanctus -a -um</i> ] (CUNHA, 2010) + Tomé - que significa “gêmeo” [surgiu a partir de Thome, uma abreviação medieval de Thomas, versão inglesa de Tomás, nome originado no aramaico <i>ta'oma</i> ] Fonte: <a href="https://www.dicionariodenomespropios.com.br/busca.php?q=Tom%C3%A9">https://www.dicionariodenomespropios.com.br/busca.php?q=Tom%C3%A9</a> ).
<b>São José</b> (AH-PA)	Santo <i>adj. sm.</i> – sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina' [Do lat. <i>sanctus -a -um</i> ] (CUNHA, 2010) + José - ‘aquele que acrescenta’, ‘acréscimo do Senhor’ [Do hebraico <i>Yosef</i> ] Fonte: <a href="https://www.dicionariodenomespropios.com.br/busca.php?q=Jos%C3%A9">https://www.dicionariodenomespropios.com.br/busca.php?q=Jos%C3%A9</a> ).
<b>Santana</b> (AH-PA)	Santo <i>adj. sm.</i> – sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina' [Do lat. <i>sanctus -a -um</i> ] (CUNHA, 2010) + Ana - que significa ‘graciosa’ ou ‘cheia de graça’ [Do hebraico Hannah, mais tarde do latim Anna] Fonte: <a href="https://www.dicionariodenomespropios.com.br/busca.php?q=Ana">https://www.dicionariodenomespropios.com.br/busca.php?q=Ana</a> .
<b>Santa</b>	Santo <i>adj. sm.</i> – sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei

<b>Rosa</b> (AH-PA)	divina segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina' [Do lat. <i>sanctus -a -um</i> ] (CUNHA, 2010) + Rosa – ‘bela flor’, ‘tipo famoso’ ou ‘espécie famosa’ Fonte: <a href="https://www.dicionariodenomespropios.com.br/rosa/">https://www.dicionariodenomespropios.com.br/rosa/</a> .
<b>Santa Maria</b> (AH-PA)	Santa [fem. De santo] s. f. - 1 Mulher canonizada: Santa Cecília [Abrev.: S.] 2 Fig. Mulher virtuosa, bondosa, inocente. 3 Imagem de Santa (FERREIRA, 2009) + Maria - ‘senhora soberana’, ‘vidente’ ou ‘a pura’. Fonte: <a href="https://www.dicionariodenomespropios.com.br/maria/">https://www.dicionariodenomespropios.com.br/maria/</a> ).
<b>Nazaré</b> <sup>39</sup> (AH-PA)	<b>Nazaré</b> – significa ‘consagrar-se a Deus’ (Fonte: <a href="https://www.dicionariodenomespropios.com.br/nazare/">https://www.dicionariodenomespropios.com.br/nazare/</a> ).

Não raro, as localidades assim designadas o são, buscando homenagear o santo padroeiro do lugar, pedindo-lhes, ao mesmo tempo, intercessões e proteção para os que ali convivem. É o poder divino que emana da palavra! Biderman (1998), ao tratar da Palavra Divina, chama atenção ao fato de que nos textos cristãos que marcam o início do cristianismo, os contadores de histórias, os cronistas dos relatos evangélicos da vida e obra de Jesus Cristo atribuem à palavra um poder *instituidor e vital*. Para a autora (*op. cit.*), considerando-se as narrativas evangélicas, os exemplos são numerosos, vejamos um deles, aquele que trata da tentação sofrida por Cristo, no deserto, por parte do demônio. Jesus, estando há mais de 40 dias no deserto a jejuar, estava com fome, nesse instante “o tentador aproxima-se dele, dizendo: ‘Se tu és filho de Deus, dize a estas pedras que se transformem em pães’. A esta tentação Jesus respondeu: ‘Não só de pão vive o homem mas de toda a palavra que sai da boca de Deus’” (BIDERMAN, 1998, p. 87).

Mesmo diante da importância que os hagiotopônimos adquirem no seio dessas comunidades, especialmente pela proteção divina, religiosa, que advogam, alguns desses designativos foram sendo substituídos, sistematicamente, ao longo da história desses lugares. A comunidade Jarandeuca (AH-PA)<sup>40</sup>, por exemplo, era denominada com o hagiotopônimo São Pedro, santo protetor dos pescadores. O mesmo hagiotopônimo também dava nome a um rio que corria bem no centro da comunidade (rio São Pedro), o maior ali existente, conforme relatado por alguns moradores, com os quais conversamos, no interior de nossa pesquisa de campo. À

<sup>39</sup> Com relação ao topônimo Nazaré, ao nosso ver, ele pode ser classificado tanto como um antropotopônimo, quanto como um hagiotopônimo. No entanto, ao visitarmos a comunidade de Nazaré (AH-PA), em entrevista com os moradores, pudemos observar que se trata de um hagiotopônimo, pois, segundo os nossos interlocutores, o nome se deu em homenagem à Nossa Senhora de Nazaré.

<sup>40</sup> A comunidade Jarandeuca, vinculada ao município de Marapanim-PA, está entre as dez comunidades em que estivemos, no período da pesquisa de campo.

época, nesse rio, vingava uma das maiores fontes de alimentação dos que ali viviam, o peixe, especialmente uma de suas espécies, o bodó.

Em meados dos anos de 1950, chegava, à comunidade marapaniense São Pedro (AH-PA), Monsenhor Edmundo Armando Saint' Clair Igreja, atualmente lembrado, principalmente, pela fundação do Movimento Providentino no Pará. A chegada do padre àquela região é marcada pela celebração da primeira missa ali proferida. Além disso, a celebração da primeira missa na localidade marca não só a chegada, do ponto de vista institucional, da igreja católica, mas marca também a elevação da comunidade à categoria de vila, tornando-se, a partir daí, legitimamente atrelada ao município de Marapanim-PA. Embora Monsenhor Edmundo Igreja tenha chegado em algumas comunidades marapanienses só em meados dos anos de 1950, como é o caso da comunidade São Pedro, ele já estava à frente da administração paroquial do município de Marapanim-PA desde o início da década de cinquenta, quando ali chegou, permanecendo até 1972, conforme apontam os dados disponibilizados pela Paróquia<sup>41</sup> Nossa Senhora Auxiliadora (Ananindeua-PA).

A celebração da primeira missa na comunidade de São Pedro está sendo enfocada, aqui, porque representa um acontecimento importante, à época, naquele contexto, tomando em conta os atos políticos que em seu interior foram consumados, como, por exemplo, a elevação da comunidade à categoria de vila, dentre outros. Ademais, a missa marca também o momento de imposição de um outro nome àquela localidade, o designativo Jarandeuá. De acordo com um de nossos interlocutores, o seu Manoel Preto (62 anos), como sugeriu que o chamássemos, porque é assim que o conhecem: *“Dizem que no começo da missa, bem no começo, o Monsenhor Edmundo Igreja já deu o nome de Jarandeuá pro nosso povoado, porque aqui tinha muito desse pau. O padre disse também que jarana é árvore forte, que verga mas não quebra, assim seria nossa vila<sup>42</sup>”*.

A comunidade então deixou de ser denominada com o hagiotopônimo São Pedro, passando a chamar-se Jarandeuá. Conforme coloca Tibiriçá (1984), Jara é um termo de composição que aparece na designação de vários gêneros de palmeiras. Temos, assim, “Jarana”, acrescido do sufixo também de origem tupi “-deua”, que denota a ideia de abundância. O fitotopônimo Jarandeuá segue, pois,

---

<sup>41</sup> Conferir: <http://paroquiamaeauxiliadora.blogspot.com.br/2012/04/espiritualidade-do-movimento.html>.

<sup>42</sup> As falas dos nossos colaboradores serão apresentadas, ora de maneira direta, ora de maneira indireta, entre aspas e em itálico.

nomeando a referida localidade, sendo, dessa forma, registrado no mapa do município.

Muito pode ser dito quanto aos motivos pressupostos na mudança do nome da comunidade São Pedro por parte do padre Edmundo Igreja. Algo a ser considerado é o projeto de evangelização do referido Monsenhor. Ele pretendia evangelizar, nos seus moldes, a região do Salgado, no nordeste paraense. De acordo com informações advindas da Paróquia<sup>43</sup> Nossa Senhora Auxiliadora (Ananindeua-PA), Monsenhor era o “Apóstolo do Salgado”. No interior de seu trabalho, de índole catequizante, a imposição de nomes outros às comunidades pelas quais ia passando, encabeçava o objetivo primeiro, colonizador-religioso, do projeto que estava a expandir. Impor o nome era impor a presença das autoridades religiosas recém-chegadas, era trazer o “progresso” do ponto de vista político-religioso, mas não apenas isso. Essas imposições buscavam silenciar o que ali estava, na tentativa de inviabilizá-los, de não dar visibilidade, ou melhor, de não considerar o nome, a história, as crenças, a memória.

Não podemos achar que a celebração da primeira missa na referida comunidade apenas coincidiu com o momento em que o lugar adquiriu o status de vila de Marapanim-PA ou que a mudança do nome do lugar se deu de maneira espontânea e desvinculada. Esses acontecimentos estão, certamente, relacionados aos objetivos religioso-colonizantes do padre Edmundo Igreja.

Outro ponto a se destacar diz respeito ao modo como a comunidade viu essa mudança do nome da localidade. Para os moradores da comunidade de Jarandeuá, a resposta “tardou, mas não falhou”. Conforme nos relatou, em entrevista, uma de nossas colaboradoras, dona Maria das Graças (66 anos), natural do lugar, quando deixaram de chamar o povoado de São Pedro, passando a chamá-lo de Jarandeuá, o rio que corria bem no centro da região começou a secar, ficando o local em que as águas corriam como terra legítima de chão. De acordo com o relato, o rio ia secando, e os bodós<sup>44</sup> iam desaparecendo. Dona Maria das Graças assinala: “*Foi castigo de São Pedro, que é padroeiro dos pescadores e da nossa comunidade*”.

Isso faz-nos atentar ao fato de que o nome do lugar se relaciona ao lugar de maneira íntima, as nomeações são revestidas de historicidade. Cada termo designador carrega um poder simbólico que lhe é próprio, tais designativos

---

<sup>43</sup> Conferir: <http://paroquiamaeauxiliadora.blogspot.com.br/2012/04/espiritualidade-do-movimento.html>.

<sup>44</sup> Peixe típico da região. No rio São Pedro eles eram os mais representativos, conforme discute a história local.

vinculam-se a um poder simbólico maior, oriundo de uma dada cosmovisão, refletida na dinâmica da realidade físico-social, através da língua. Nesse sentido, há a crença no poder da palavra. No dizer de Biderman (1998), esse poder é instituidor, é vital, conforme aponta a história local de Jarandeuca (AH-PA), além dos muitos exemplos explicitados, por exemplo, pela autora (*op. cit.*)<sup>45</sup>.

A partir da mudança do nome da localidade (São Pedro > Jarandeuca), o maior rio da região, o rio São Pedro, foi secando paulatinamente, isso porque São Pedro, enquanto padroeiro dos pescadores e também da comunidade, não reconheceu como legítima a denominação outra que fora dada ao lugar do qual é protetor. Assim, alertou os seus do descontentamento sentido, a partir da secura do rio, situado bem no coração da comunidade.

Outro ponto a se destacar, ainda tratando da comunidade Jarandeuca (AH-PA), diz respeito ao fato de o padre Edmundo Igreja ter substituído um nome português, de santo, aparentemente mais vinculado ao campo do religioso (católico), atrelado aos ideais por ele difundidos, por um nome de origem indígena (certamente mais próximo dos que ali viviam). O nome agora eleito<sup>46</sup> referia-se a um elemento do ambiente físico do local, particularmente à sua flora, sendo, dessa forma, facilmente percebível naquele contexto. Talvez o Monsenhor assim o tenha feito, para, por um lado, explicitar e demarcar a sua presença e a dos seus na comunidade recém chegada, a partir da imposição do nome, conforme discutimos acima e, por outro lado, sinalizar que “as coisas” ali estavam se ajeitando, tomando em conta, de modo aparente, a cor local, a começar pelo nome.

O que importa dizer é que, embora pareça contraditória a atitude do padre, quanto à troca do nome, em nada o é, uma vez que, dentre outras coisas, a denominação que dar-se-ia, advinda dele e por ele enunciada, estaria diretamente relacionada à sua figura, enquanto denominador, mas não apenas isso.

O novo ato denominativo, integrado a um projeto maior, marca um “novo tempo”, a partir da chegada dos missionários. Embora fosse mais coerente aceitar a denominação São Pedro, mais vinculada simbolicamente à ideologia religioso-

---

<sup>45</sup> Conferir “Dimensões da Palavra”, Biderman (1998).

<sup>46</sup> Quanto à natureza semântica do novo nome, “Jarandeuca”, por refletir um aspecto do ambiente físico, uma árvore da flora da região, e classificar-se mais especificamente como um fitotopônimo, podemos inferir que, aos olhos do denominador, de modo objetivo, esse traço se apresentou, já que este que estava a nomear, não partilhava marcas não tão facilmente perceptíveis da realidade da qual começava a integrar.

católica e, também, já historicizada naquele contexto, tal designação ligava-se a um outro denominador. Mesmo não mais revelada a sua identidade, ele era um Outro, considerando-se que o batismo do local é sempre feito por um sujeito enunciador. Dessa forma, talvez caiba dizer que Monsenhor Edmundo Igreja, na busca de eliminar certas marcas do passado, começaria pela palavra, entendendo o valor simbólico, político-histórico (dentre tantos outros valores), que dela emana.

Dar um novo nome, nesse caso, além de silenciar o já naturalizado, foi, certamente, se fazer percebível, foi demarcar presença, não só no plano físico, mas também no da linguagem, no do simbólico, isso porque esse plano segue exercendo, indubitavelmente, grande influência sobre nós.

Ademais, não podemos deixar de citar o que Dick (1987) levantara acerca de atos denominativos encabeçados pela ideia de posse, por parte do “conquistador”, frente aos conquistados. Para a autora, quando, no Gêneses, os animais da terra apresentaram-se diante do primeiro homem, para que este os batizassem, estava-se constituindo, nesse instante, a posse intelectual de uma espécie sobre a outra, a do possuidor e a do por ele possuído, isso, por meio da manifestação simbólica da linguagem. Nesses termos, ‘o dar nomes’ e o ‘conhecer os nomes dados’, considerando-se a concepção “dos primitivos em geral, tinha, realmente, uma conotação própria, porque pressupunha, toda uma recorrência ao mecanismo de domínio do ente, cujo nome de batismo, o primeiro, o clânico, por certo, se tornava público” (DICK, 1987, p. 97). Vale dizer que atos denominativos encabeçados pela ideia de posse, por parte do denominador, não sejam atos tão vinculados apenas aos costumes “primitivos”, de acordo com o que a autora (*op. cit.*) sugere, no seio da discussão que coloca, todavia, tais atos, inscrevem-se perfeitamente no interior de processos denominativos vivenciados modernamente, conforme apresenta a discussão aqui explicitada.

Além dos **hagiotopônimos**, os **animotopônimos**, que, de acordo com Dick (1990), são topônimos vinculados ao universo psíquico, à cultura espiritual, de um modo geral, abarcando todos os produtos daí oriundos, apresentam o segundo maior número de ocorrências. Algumas comunidades são assim designadas:

### Quadro 12 - Animotopônimos

Topônimo	Etimologia
<b>Livramento</b> (AH-PA)	Livre <i>adj.</i> - que pode dispor de sua pessoa, que não está sujeito a algum senhor', não ocupado, solto, descomedido, espontâneo [Do lat. <i>liber</i> ] + sufixo -mento, formador de substantivos, em português (CUNHA, 2010).
<b>Boa Esperança</b> (AH-PA)	Boa <i>adj.</i> - que tem as qualidades adequadas à sua natureza ou função, benévolo, bondoso, benigno (Do lat. <i>bônus bona</i> ) + Esperança - do vb. esperar, aguardar, confiar, ter esperanças [Do lat. <i>sperare</i> ] (CUNHA, 2010).
<b>Progresso</b> (AH-PA)	Progresso <i>sm.</i> - ato ou efeito de progredir, avançar [Do lat. <i>progressus</i> ] (CUNHA, 2010).
<b>Redenção</b> (AH-PA)	Redenção <i>sf.</i> - ato ou efeito de remir ou redimir XVI. [Do lat. <i>redemptio -onis</i> ] (CUNHA, 2010).
<b>Paixão</b> (AH-PA)	Paixão <i>sf.</i> - Sentimento ou emoção levados a um alto grau de intensidade, sobrepondo-se à lucidez e à razão / -xon XIII, -xom XIV, -xam XV [Do lat. <i>Passio -onis</i> ] (CUNHA, 2010).

Isquerdo (1996 *apud* ISQUERDO, 2008) propõe uma subclassificação para a taxa dos animotopônimos (partindo do que coloca DICK, 1992), subcategorizando-os como **eufóricos** e **disfóricos**<sup>47</sup>. Os primeiros, ressaltariam traços, projeções, tendências positivas relacionadas à percepção que se teve (ou que se tem) dos lugares denominados, em um determinado espaço/tempo. Os segundos, os disfóricos, põem em cheque o processo inverso ao que ocorre com os eufóricos, ou seja, os aspectos culturalmente determinados como negativos é que são ressaltados.

<sup>47</sup>A subcategorização dos animotopônimos, em eufóricos e disfóricos, com base no trabalho de Dick (1992), foi baseada no estudo da toponímia dos seringais e colocações acreanos. Conferir Isquerdo (2008), "O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense".

Nesse trabalho, adotamos a subcategorização proposta por Isquierdo (1996). Assim, classificamos os animotopônimos marapanienses predominantemente como eufóricos, refletindo positivamente, pelo menos em termos de projeção, a realidade recortada pelo topônimo, o que podendo ser observado a partir das seguintes denominações: **Boa Esperança** (AH-PA), **Progresso** (AH-PA), **Paixão** (AH-PA), além de **Nova Esperança** (AH-PA), que apenas vincula-se à taxa cronotopônimo pelo adjetivo anteposto, dando a ideia de indicação cronológica de tempo.

Os **hierotopônimos**, de acordo com Dick (1992, *apud* CARVALHO, 2010), topônimos referentes aos nomes tomados como sagrados, de diferentes crenças, a cristã, a hebraica, a maometana, etc., assim como topônimos relacionados às efemeridades religiosas, às mais diversas associações religiosas e aos locais de culto, apresentam-se nas formas que seguem:

### Quadro 13 - Hierotopônimos

Topônimo	Etimologia
<b>Cristolândia</b> (AH-PA)	Cristo + -landia - um pospositivo, do teotônico comum, como 'terra, país, região', extremamente frequente em topônimos das línguas Anglo-Saxãs. Sendo assim, Cristolândia significa 'terra, lugar de Cristo' (HOUAISSI, 2001 <i>apud</i> ANDRADE, 2010).
<b>Santa Cruz</b> (AH-PA)	Santa Cruz [Do f. do adj. santo + cruz] s.f. Bras. - Capelinha ou cruz à beira da estrada, ergida, não raro, em memória de alguém que ali foi morto (FERREIRA, 2009).
<b>Paraíso</b> (AH-PA)	Paraíso [Do lat. paradisus -i, derivado do grego parádeisos (...)] sm. lugar de delícias, céu, éden (CUNHA, 2010).

Dentre as localidades por nós visitadas, está a comunidade Cristolândia (AH-PA), cujo termo denominador classifica-se (conforme vimos), do ponto de vista

semântico, como hierotopônimo, uma vez que, etimologicamente, o vocábulo em questão é assim interpretado: *Cristo + -lândia*, que, de acordo com Houaiss (2001) *apud* Andrade (2010), é um pospositivo, do teotônico comum, como ‘terra, país, região’, extremamente frequente em topônimos das línguas Anglo-Saxãs, alatinadas tardiamente com o recurso do sufixo *-ia* de locativos pátrios; em português tem servido para a forma *ad hoc* de muitos topônimos brasileiros. Sendo assim, Cristolândia significa ‘terra, lugar de Cristo’.

Os moradores da comunidade Cristolândia também atribuem a mesma interpretação semântica ao topônimo que nomeia a comunidade que integram. Para Georgina Vale (75 anos), moradora de Cristolândia desde que nasceu, o nome em questão quer dizer “*A terra de Cristo, do Salvador*”. De acordo com ela, a comunidade nem sempre foi assim denominada, antes era dividida entre o pessoal de baixo e o de cima, a parte de cima era conhecida como “Casa Grande”, porque ali viviam os negros fugitivos, enquanto que a parte de baixo era chamada de Seco, devido a um igarapé que ali corria, cujo nome era Igarapé do Seco.

Como dissemos, o padre Edmundo Igreja, ao passar pelas comunidades marapanienses, ia substituindo as suas respectivas denominações. Assim como ocorreu com a comunidade de São Pedro, que passou a Jarandeuá, ocorrera também com Cristolândia (AH-PA), antes subdivida por nomes diferentes, os quais delimitavam os espaços dos que viviam em baixo (Seco), e o dos que viviam em cima (Casa grande). Conforme afirma Georgina Vale (75 anos), o padre Edmundo Igreja, ao chegar nessa localidade, “sugere” três nomes: Deolândia, Teolândia e Cristolândia, pedindo aos que ali estavam que escolhessem o nome que mais gostassem, pois esse, a partir daí, seria o novo nome da comunidade. Dentre os sugeridos, o escolhido, “por parte da comunidade”, foi Cristolândia, a terra de Cristo.

Seu Nenê (80 anos), esposo de Georgina do Vale, acima citada, aponta que o padre queria “*juntar todo mundo, porque era tudo uma coisa só*”, a subdivisão dos espaços, reiterada por denominações distintas, certamente apresentava-se como um empecilho a esse fim. Assim, o termo Cristolândia passava a abarcar todo aquele território, agregando tanto os que estavam na parte mais alta da região (do ponto de vista da elevação do solo), quanto os que se situavam na parte de baixo.

Dick (1987) assinala que em tempos históricos, nomes de lugares tomavam, muito frequentemente, os nomes daqueles que o possuíam, num processo de valoração do indivíduo sobre a terra e o solo. Esse modo de designar, conforme

reitera Dauzat (citado por DICK, 1987), se conservou por toda a Antiguidade, estendendo-se “até muito mais tarde entre as nações germânicas, quando nações e territórios se formavam por derivação do nome dos habitantes, assim: Hispânia, ‘terra dos hispânicos’, Gália, ‘terra dos gauleses’, Itália, ‘terra dos ítalos’, dentre outros exemplos” (DICK, 1987, p. 97). A partir dessa lógica denominativa o topônimo Cristolândia passou a ser interpretado. Há, nesse caso, a valorização do “maior dos indivíduos”, Cristo, isso, não só frente à terra, mas também frente aos outros indivíduos. Aquele espaço passaria a ter o nome de seu maior e mais verdadeiro possuidor, Cristo, considerando-se a concepção subjacente aos propósitos do padre Edmundo Igreja, o denominador.

Ainda quanto às taxes de natureza antropocultural, destacamos os **antropotopônimos**, topônimos relacionados a nomes próprios individuais. Catalogamos, nessa taxe, os seguintes designativos:

#### Quadro 14 - Antropotopônimos

Topônimo	Etimologia
Vila Silva (AH-PA)	Silva - ‘Floresta’, ‘selva’ ou ‘bosque. Fonte: <a href="https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/busca.php?q=silva">https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/busca.php?q=silva</a> .
Arsênio (AH-PA)	Arsênio - ‘Forte’, ‘viril’. Fonte: <a href="https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/busca.php?q=silva">https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/busca.php?q=silva</a> .
Valentim (AH-PA)	Valentinianos <i>sm.</i> - membro dos valentinianos, hereges que afirmavam existirem dois mundos, um visível e outro invisível (...) Do lat. valentiniani –orum, do antrop. Valentinus –i ‘Valentino’, célebre heresiarca do século II” (CUNHA, 2010).
Igarapé Buiuna (AH-PA)	Buiuna: Do tupi <i>Mboy-una</i> , a cobra preta (SAMPAIO, 1987).

Inicialmente, atrelamos Buiuna à taxe dos zootopônimos, uma vez que o vocábulo, de acordo com Sampaio (1987), vem do tupi “*Mboy-una*”, cobra preta. No entanto, ao chegarmos à comunidade Arsênio, um de nossos interlocutores, Justos Ferreira Favacho Filho, Juquinha (85 anos), relatou-nos o que segue. Segundo seu relato, às margens de um igarapé da região, habitava uma mulher, que vivia sempre sozinha, seu apelido era Buiuna. Ela era também a dona da primeira casa ali erguida, situada às proximidades do rio. Quando as pessoas começaram a chegar, a tomar banho naquele igarapé, começaram a chamá-lo de Igarapé da Buiuna, fazendo menção à mulher de igual nome, que ali já vivia. A partir dessa explicação,

não mais classificamos Igarapé Buiuna (AF-PA) como um fitotopônimo, mas como um antropotopônimo. Isso porque a motivação para a escolha do nome desse acidente geográfico físico se deu em função do apelido da primeira moradora que ali vivia, proximamente ao rio.

Quanto à comunidade Arsênio, o seu nome, conforme explicita Justos Ferreira Favacho Filho, vem de uma longa história, que ele se acostumara a ouvir de seu pai desde muito novo. Quando a comunidade começou a ser povoada, se tinham notícias de três homens que nela viviam. Num dia qualquer, chegava àquele lugar uma bela mulher, vinda de longe, despertando a atenção dos ali presentes. O nome dela era Arsênia. Nas palavras de Justos Filho, “*Ela era muito bonita, chegou sozinha aqui*”. A mulher não demorara, indo embora pouco tempo depois, mas deixando saudades nos que ficaram. As saudades deixadas por Arsênia não tardavam e, como uma forma de homenageá-la, de eternizá-la, denominaram aquele local, que ainda não era denominado, com o antropotopônimo Arsênio, denominação que vinga até os dias de hoje.

Na comunidade Vila Silva (AH-PA), a motivação para a escolha do nome é advinda não de uma pessoa, especificamente, mas faz menção ao sobrenome da primeira família que habitara a região, a família Silva. No dizer de Dona Nenê (85 anos), a parteira mais antiga da região e umas das moradoras mais idosas dali, Vitorino Silva Carvalho foi o primeiro morador da Vila Silva, casando-se e espalhando o nome dos Silva pela região. Para Dona Nenê, “*no tempo da política botaram o nome de Santa Maria do Pará Maú<sup>48</sup>, mas não foi pra frente, aqui todo mundo só fala Vila Silva, Vila Silva... Se fala, aqui. Santa Maria do Pará Maú, ninguém sabe*”.

Isso faz-nos refletir sobre o fato de o topônimo nem sempre ser facilmente substituível, porque ele, por ser motivado, é culturalmente determinado, carrega historicidade. Na comunidade Vila Silva, ainda hoje vivem muitos descendentes da família Silva, os quais também carregam esse sobrenome. O nome Santa Maria do Pará Maú, embora tenha advindo de autoridades políticas, à época, não foi popularmente aceito, tomando em conta a história, a memória subjacente ao topônimo Vila Silva.

---

<sup>48</sup> Por força da historicidade, da memória evocada pelo topônimo Vila Silva (AH-PA), embora se tenha tentado substituí-lo por “Santa Maria do Pará Maú”, o termo Vila Silva segue nomeando a referida comunidade, sendo, inclusive, registrado oficialmente no mapa do município (Conferir Mapas-cidades-IBGE/2010).

Os **ecotopônimos**, topônimos que remetem às habitações, de um modo geral, no conjunto toponomástico marapaniense, manifestam-se nas seguintes formas:

#### Quadro 15 - Ecotopônimos

Topônimo	Etimologia
<b>Taperinha</b> (AH-PA)	<p>Tapera <i>sf</i> - [Do tupi <i>tapéra</i>]. Aldeia indígena abandonada; habitação em ruínas (1984) + -inha – sufixo do português que denota, dentre outras, a ideia de diminutivo.</p> <p>Tem-se, assim, a seguinte interpretação semântica: habitação simples, pequena (CUNHA, 2010).</p>
<b>Fazendinha</b> (AH-PA)	<p>Fazenda <i>sf</i>. - ‘ant. combate, batalha’ XIII; ‘assunto, negócio’, XIII; ‘riqueza, bens’ XIII. Do lat. <i>facenda</i>, por <i>facienda</i>, de <i>facere</i> ‘fazer, executar etc. + -inha – sufixo do português que denota, dentre outras, a ideia de diminutivo.</p> <p>Tem-se, assim, a seguinte interpretação semântica: propriedade simples, pequena (CUNHA, 2010).</p>
<b>Igarapé Colônia</b> (AF-PA)	<p>Colônia <i>sf</i>. - grupo de migrantes, possessão, domínio XVII [Do lat. <i>colônia</i>, <b>colonial</b> (adjetivo)] (CUNHA, 2010).</p>

A localidade onde, hoje, se situa a comunidade Fazendinha – contemplada em nossa pesquisa de campo – fora habitado no passado, segundo a história local, primeiramente, por três irmãos, dentre eles Maria Madalena do Rosário. No local vivia uma vaquinha, bem pequena. Como o lugar ainda não havia sido nomeado, resolveram batizá-lo de Fazendinha, devido à vaquinha que naquelas terras estava, acreditando-se, assim, que esse animal impulsionaria o surgimento de mais animais ali, contribuindo à construção de uma fazenda, de fato. Percebe-se que a denominação fora atribuída de modo objetivo, tomando em conta que a vaquinha

apresentava-se, prontamente, aos olhos do denominador, no momento da escolha do nome, tornando-se, dessa forma, um forte índice motivacional.

Ainda como parte dos topônimos de natureza antropocultural, têm-se os **etnotopônimos** – topônimos relacionados aos elementos étnicos, individualmente ou em grupos (povos, tribos, castas) – ilustrados por apenas dois designativos geográficos.

#### Quadro 16 - Enotopônimos

Topônimo	Etimologia
<p style="text-align: center;"><b>Arapijó (AH-PA)</b></p>	<p>Ara - todo ser vivente, bicho, indivíduo (TIBIRIÇA, 1984) +            Pii - fino, esbelto (TIBIRIÇA, 1984) +            Jó - termo de composição que aparece como suf. em algumas palavras, na acepção de mistura (ideia de ambiguidade) (TIBIRIÇA, 1984).            Interpretamos, semanticamente, esse topônimo, da seguinte forma: lugar em que há indivíduos ou espécies fisicamente esbeltos.            Obs.: Arapijó foi o nome de uma grande aldeia indígena, que habitou a região em que hoje se situa o município de Marapanim-PA. Nessa aldeia, conforme elucida Castro (1998, p. 12) “habitavam os índios Pacajás, parentes próximos dos índios Maracanãs”.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Abaetezinho (AH-PA)</b></p>	<p>Abaeté <i>sm</i> - nome de uma tribo indígena etim. Abá-eté, homem verdadeiro, valoroso, valente (TIBIRIÇA, 1984)+ -inho, sufixo português (FERREIRA, 2009).</p>

Também, com apenas duas ocorrências, têm-se os **somatopônimos**, topônimos empregados em relação conotativa, metafórica, a partes do corpo humano ou animal, como:

Quadro 17 - Somatopônimos

Topônimo	Etimologia
Igarapé Braço Grande (AF-PA)	Braço <i>sm.</i> - cada um dos membros superiores do corpo humano XVI [Do lat. <i>Brac</i> (c) 𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆 (CUNHA, 2010) + “Grande” <i>adj.</i> , vasto, comprido, desmedido, numeroso [Do lat. <i>grandis</i> ] (CUNHA <i>op. cit.</i> ).
Igarapé Bracinho (AF-PA)	Braço <i>sm.</i> - cada um dos membros superiores do corpo humano XVI [Do lat. <i>Brac</i> (c) 𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆𐌆 (CUNHA, 2010) + -inho, sufixo que, em português, denota a ideia de diminutivo, dentre outros sentidos.  Nesse caso, tem-se: Braço Pequeno.

Quanto aos somatopônimos, vale dizer que, os topônimos assim classificados, em nosso *corpus*, nomeiam acidentes geográfico-físicos, a saber: igarapés. Em ambos os casos, trata-se de igarapés que se constituem enquanto desmembramentos (chamados braços) do Rio Marapanim-PA. Além disso, no conjunto de topônimos catalogados, há taxes que corporificam-se em apenas uma ocorrência. Vejamos:

Quadro 18 - Taxes com apenas uma ocorrência

Topônimo	Etimologia	Taxes
Vista Alegre (AH-PA)	“Vista”, de visão <i>sf.</i> - ‘ato ou efeito de ver’ (CUNHA, 2010), ‘o sentido de vista’ + alegre <i>adj.</i> - ‘animado, vivo’ [Do lat. vulg. * <i>alicer</i> ] (CUNHA, 2010).	Dirrematotopônimo
Matapiquara (AH-PA)	<i>Matapy</i> [Do tupi <i>sm.</i> <i>Matapy</i> ] - o covó cônico de pescar (SAMPAIO, 1987) + Quara <i>sm.</i> - o furo, a cova, o buraco, o esconderijo, o refúgio (SAMPAIO, 1987). Assim, o lugar do <i>Matapy</i> .	Ergotopônimo
Quinze de Novembro (AH-PA)	Data que marca, no Brasil, a proclamação da república, nos anos de 1889, ato que derruba a monarquia constitucional	Historiotopônimo

	parlamentarista do Brasil Império e, conseqüentemente, a soberania de Dom Pedro II.	
<b>Pesqueiro</b> (AH-PA)	De pesca + -eiro, adj. 1 Referente à pesca: 'indústria <u>pesqueira</u> '. 2 Que serve para pescar, pescador: 'embarcação <u>pesqueira</u> '. (FERREIRA, 2009).	Sociotopônimo

Em suma, no que se refere às taxes relacionadas ao universo antropocultural, o fator motivacional mais produtivo vincula-se à esfera do religioso. Nesse sentido, os hagiotopônimos se destacam, assim como os hierotopônimos, estes corporificados nas formas **Cristolândia** (AH-PA), **Santa Cruz** (AH-PA), **Paraíso** (AH-PA). Isso põe em questão a influência exercida nessas comunidades, seja no campo da linguagem ou fora dele, do elemento religioso, nesse caso religioso-católico, considerando-se que, desde muito cedo, essa presença aí se fez perceber.

No que tange às taxes relacionadas à esfera física, predominantemente os **fitotopônimos** (topônimos que remetem à flora de um dado ambiente) sobressaem-se frente aos demais, como demonstrado no quadro abaixo.

#### Quadro 19 - Fitotopônimos

Topônimo	Etimologia
<b>Tamaruteua</b> (AH-PA)	Tambaru ~ tamaru [Do tupi] - variedade de crustáceo (TIBIRIÇA, 1984) + -teua: sufixo tupi, denota a ideia de abundância. Assim, abundância de Tamaru.
<b>Camará</b> (AH-PA)	Camará [Do tupi Kama´ra] - nome de várias plantas das fam. das verbenáceas e das solanáceas (CUNHA, 2010).
<b>Praia do Camará</b> (AF-PA)	Camará [Do tupi Kama´ra] - nome de várias plantas das fam. das verbenáceas e das solanáceas (CUNHA, 2010).
<b>Bacuriteua</b> (AH-PA)	Bacuri [Do tupi <i>iuaku´ri</i> ] - planta da fam. das gutíferas + -teua: sufixo tupi, denota a ideia de abundância. Assim: abundância de Bacuri (CUNHA, 2010).
<b>Caratateua</b> (AH-PA)	Cará [Do tupi <i>ka´ra</i> ] - nome comum a várias plantas da fam. das dioscoreáceas (CUNHA, 2010) + -teua: sufixo tupi, denota a ideia de abundância. Assim: abundância

	de cará.
<b>Jarandeuca (AH-PA)</b>	Jarana: árvore pequena ( <i>Lecythis jarana</i> ) da fam. das lecitidáceas, nativa do Brasil (PA), de madeira vermelho-clara ou róseo-amarelada, dura e resistente, folhas lanceoladas, pequenas flores sésseis, em racemos terminais, e frutos indeiscentes. (Houaiss, 2010) + -teuca: sufixo tupi, denota a ideia de abundância. Assim: abundância de jarana.
<b>Cipoteuca (AH-PA)</b>	Cipó <i>sm.</i> - nome de várias trepadeiras sarmentosas vulgarmente chamadas de cipó (TIBIRIÇA, 1984) + -teuca: sufixo tupi, denota a ideia de abundância. Assim: abundância de cipó.
<b>Jacateuca (AH-PA)</b>	Jaca <i>sf.</i> - fruto da jaqueira, planta da fam. das moráceas [Do malaiala <i>chakka</i> ] (CUNHA, 2010) + sufixo -teuca, denota a ideia de abundância. Tem-se: abundância de Jaca.
<b>Araticum-Mirim (AH-PA)</b>	Araticum - <i>sm.</i> nome comum a diversas plantas da família das anonáceas [Do tupi <i>arati 'ku</i> ] (CUNHA, 2010) + Mirim - adj. pequeno [Do tupi, <i>mi' ri</i> ] (CUNHA, <i>op. cit.</i> ). Assim, árvore pequena, o arbusto.
<b>Umirizal (AH-PA)</b>	Umiri <i>sm.</i> - planta da fam. das humiriáceas [Do tupi <i>umi' ri</i> ] (CUNHA, 2010) + -al (sufixo do português, normalmente coletivizador).  Assim, coleção ou quantidade de Umiri.
<b>Cafezal (AH-PA)</b>	De [café <i>sm.</i> + -al]. 1 Quantidade mais ou menos considerável de cafeeiros dispostos proximamente entre si. 2. Plantação de cafeeiros; cafeiral (FERREIRA, A, 2009).
<b>Pindorama (AH-PA)</b>	Do tupi <i>Pindó-rama*</i> , ou <i>pindó-retama</i> - a região ou o país das palmeiras (SAMPAIO, 1987).
<b>Bussu (AH-PA)</b>	Do tupi <i>ybussu</i> , espécie de palmeira (TIBIRIÇA, 1984).
<b>Açaí (AH-PA)</b>	Açaí <i>sm.</i> - espécie de palmeira da subfam. das ceroxilíneas, cujo fruto é comestível e fornece uma bebida muito apreciada [Do tupi <i>iúasa 'i</i> ] (CUNHA, 2010).
<b>Samambaia (AH-PA)</b>	Samambaia <i>sf.</i> - nome comum a várias plantas ornamentais da família das gleiqueniáceas (CUNHA, 2010).
<b>Cajutuba (AH-PA)</b>	Acaju <i>sm.</i> [ <i>Acã-yú</i> ] - o pomo amarelo, o

	caju (SAMPAIO, 1987) + -tyba - feitoria, sitio onde há muita abundância de alguma coisa. Equivale à desinência portuguesa em -al (BUENO, 1998).  Assim, coleção ou quantidade da acaju.
<b>Igarapé Mato Grosso (AH-PA)</b>	Mata <i>sf.</i> - terreno onde nascem árvores silvestres, bosque, selva XIII. Talvez do lat. tard. <i>matta</i> , esteira de junco (CUNHA, 2010) + grosso <i>adj.</i> - de grande diâmetro, sólido, denso, áspero e grave XIII [Do lat. <i>grossus</i> ] (CUNHA, 2010).
<b>Samaumá (AH-PA)</b>	Samaúba - a árvore das cordas, de embira, de fibra que pode ser preparada como amarrilho (BUENO, 1998).
<b>Nandeua (AH-PA)</b>	Nandi: nome de planta da família das Piperáceas; o fruto substitui a pimenta-do-reino (Gregório, 1980) + -deua: sufixo tupi, denota a ideia de abundância. Assim: abundância de cipó. (GREGÓRIO, 1980).

Ao todo, os fitotopônimos contabilizam um total de 19 termos (aproximadamente 20% do conjunto toponímico em questão), sendo a taxa com o maior número de ocorrências, quando comparada às outras taxas que abarcam os elementos relacionados ao plano físico e, também, quanto às que agregam os elementos atrelados ao universo antropocultural. Centurión (2014), em seu estudo acerca da toponímia de origem tupi no município de Castanhal-PA, elucida que, no que tange à motivação toponomástica, a taxa mais representativa é a dos fitotopônimos, no contexto daquele município.

Nesse sentido, tanto em nosso trabalho quanto no trabalho de Centurión (*op. cit.*) os padrões motivadores observados envolvem maiores ocorrências fitotoponímicas, seguidas das zootoponímicas, as quais, aqui, serão apresentadas posteriormente. Sendo assim, tanto os dados de Centurión (2014) quanto os nossos corroboram à construção de generalizações no que se refere à toponímia paraense, especialmente, quanto aos padrões motivacionais subjacentes à escolha dos nomes dos espaços referentes aos municípios paraenses por nós estudados. Nessa perspectiva, é importante observar que a predominância de fitotopônimos, assim como de zootopônimos, catalogados nesses estudos, são palavras (lexemas) advindas de línguas indígenas.

Isso pode ser explicável porque, mesmo diante da presença dos colonizadores na região, seja na figura do padre Edmundo Igreja, mencionado acima, por meio da instituição que difunde, seja na figura de outros, a paisagem local, a flora, a fauna, apresentam-se de maneira muito própria, refletindo denominações também próprias, em função das singularidades existentes.

O acervo do português não contemplava as nossas marcas, daí a presença, até os dias de hoje, de palavras advindas das línguas indígenas que aqui estiveram, nomeando a realidade a seu modo. Trazemos, nesse sentido, as considerações de Noll (2010), para quem os nomes comuns e os nomes de lugares e designativos geográficos são aquisições das mais naturais quando falantes de uma dada língua receptora não dispõem de nomes em seu sistema linguístico para objetos culturalmente determinados, para outros seres que lhes são completamente alheios, assim como para lugares que passam a conhecer, já que estes são designados eminentemente por recortes culturais que os sujeitos sociais fazem de suas realidades.

Os **zootopônimos**, por sua vez, relacionados à fauna, são representados em nosso *corpus* por 12 designativos, mais ou menos 15% do total de ocorrências, conforme explicitamos, no quadro 20.

#### Quadro 20 - Zootopônimos

Topônimo	Etimologia
<b>Marapanim</b> (AH-PA)	Do tupi <i>Mará</i> ~ <i>mbará</i> - mar + <i>Panami</i> (também do tupi) - pequenas mariposas (CONCEIÇÃO, 1995).  Assim, borboletinha do mar, conforme reafirma a história local.
<b>Ilha Marapanim</b> (AF-PA)	Do tupi <i>Mará</i> ~ <i>mbará</i> - mar + <i>Panami</i> (também do tupi) - pequenas mariposas (CONCEIÇÃO, 1995).  Assim, borboletinha do mar, conforme reafirma a história local.
<b>Rio Marapanim</b> (AF-PA)	Do tupi <i>Mará</i> ~ <i>mbará</i> - mar + <i>Panami</i> (também do tupi) - pequenas mariposas (CONCEIÇÃO, 1995).  Assim, borboletinha do mar, conforme

	reafirma a história local.
<b>Sauá</b> (AH-PA)	Sauá - macaco da família dos cebídeos/ Do tupi <i>sa'ua</i> (CUNHA, 2010).
<b>Pacamurema</b> (AH-PA)	Paca sf. - mamífero roedor, da fam. dos dasiproctídeos ( <i>Cuniculus paca</i> ). Do tupi 'paka (CUNHA, 2010).  Obs.: ainda não encontramos a etimologia do termo "murema", mas sabemos que se trata de um zootopônimo, isso, pela presença do termo "paca", no início do sintagma.
<b>Ilha da Pacamurema</b> (AF-PA)	Paca sf. - mamífero roedor, da fam. dos dasiproctídeos ( <i>Cuniculus paca</i> ). Do tupi 'paka (CUNHA, 2010).  Obs.: ainda não encontramos a etimologia do termo "murema", mas sabemos que se trata de um zootopônimo, isso, pela presença do termo "paca", no início do sintagma.
<b>Guarajubal</b> (AH-PA)	Guarajuba sf. - espécie de papagaio (Guaruba guaruba). Do tupi <i>uira iuua</i> (CUNHA, 2010) +-al – sufixo coletivizador.  Assim: coleção ou quantidade de Guarajuba.
<b>Tamataquara</b> (AH-PA)	Tamuatá <i>sm.</i> - peixe da fam. caliquitídeos. Do tupi <i>tamua 'ta</i> + quara <i>sm.</i> - o furo, a cova, o buraco, o esconderijo, o refúgio. Assim, infere-se: o refúgio, o lugar do tamatá (CUNHA, 2010; SAMPAIO, 1987).
<b>Vila Maú</b> (AH-PA)	Maú - [Do uapixana maú], sapo (CARDOSO, 1961).
<b>Rio Maú</b> (AH-PA)	Maú - [Do uapixana maú], sapo (CARDOSO, 1961).
<b>Moroçoca</b>	muriçoca, meruçoca ( " + beca) = mosca perfuradora, que punge, que pica (ver <b>carapanã</b> ) ("Alguns excluem as <b>murussocas</b> da designação aliás bastante genérica de <b>carapanãs</b> ) (D. Antônio de A. Lustosa-117b, pág.163, tomo I) (...). (GREGÓRIO, 1980)
<b>Crispim</b>	Crispim [T. onom.] <i>S. m. Bras. N.E. Zool. V.</i>

	<p><i>saci</i> (2) <i>Zool. ave cuculídea (Tapera naevia)</i> com cerca de 29 cm de comprimento, distribuída do S. do México ao N. da Argentina, e em todo o Brasil, de coloração geral pardo-amarelada, com numerosas manchas escuras nas coberteiras das asas, topete avermelhado com manchas claras e escuras, garganta sombrancelha e abdome brancos, cauda longa e graduada. (...). (FERREIRA, 2009)</p>
--	---

Algo a se considerar, nesse momento da discussão, diz respeito ao fato de os acidentes geográfico-físicos (os rios), normalmente inspirarem o nome dos agrupamentos humanos que em seu entorno vão se constituindo. Esse é o caso, por exemplo, do rio **Marapanim** (AF-PA), motivando o nome da unidade administrativa que em seu redor foi se constituindo. Tem-se, pois, a cidade de **Marapanim** (AH-PA), assim como a **Praia do Camará** (AF-PA), cujo topônimo também passa a dar nome à organização humana que às suas margens vai se formando; nesse sentido, tem-se a comunidade de **Camará** (AH-PA).

Isquerdo e Dargel (2014), por sua vez, apontam que há uma tendência de nomes de acidentes geográfico-físicos, especialmente rios, motivarem a escolha do nome que passará a identificar os núcleos humanos que em seu entorno começam a se situar. Em nosso *corpus*, temos, além dos exemplos já citados, as seguintes ocorrências: **Rio São Pedro** (AF-PA) -> **Comunidade São Pedro** (AH-PA); **Igarapé do Seco** (AF-PA) -> **Comunidade do povo do Seco** (AH-PA); **Ilha da Pacamurema** (AF-PA) -> **Comunidade Pacamurema** (AH-PA); **Rio Maú** (AF-PA) -> **Vila Maú** (AH-PA). Vale dizer que, mesmo não tendo clareza acerca de o nome do rio ser de fato o motivador do nome do agrupamento populacional situado às suas proximidades (ou o contrário), algo a ser considerar é que, em geral, são os rios, ilhas, praias, que naturalmente se apresentam a nós, enquanto que os agrupamentos humanos são por nós organizados.

O que diferencia os acidentes geográfico-físicos e os humanos que partilham da mesma denominação é a própria natureza do acidente que nomeiam. As comunidades que recebem nomes semelhantes aos acidentes geográfico-físicos do local que integram, normalmente, explicitam, lexicalmente, o termo genérico que os

antecedem, por exemplo, rio, Ilha, praia, sinalizando a natureza do acidente nomeado, conforme pudemos observar em nossos dados.

Assim, tomando em conta o que fora colocado, quanto à contribuição de aspectos hidrográficos na constituição da toponímia dos acidentes humanos do município de Marapanim-PA, é importante pôr em destaque a influência direta que os rios, o mar, no dizer de Isquierdo e Dargel (2014), “o caminho das águas”, exerceram e seguem exercendo na história das civilizações. Para as autoras, considerando-se a história das diferentes civilizações, os rios têm servido, dentre outras coisas, de ‘caminho’ à descoberta do novo e de ‘caminho’ à expansão territorial, por parte do homem. Além disso, em seus entornos, não raro grupos populacionais vão se instalando, fazendo ali morada.

A comunidade **Itacoã** (AH-PA), por exemplo, foi se organizando, estrategicamente, às margens do Rio Marapanim, que era, num passado não tão distante, o principal meio de locomoção da região, onde passavam todos os que iam pelas águas às terras de cima. Lourenço Coelho Pereira (70 anos), um de nossos colaboradores, conta-nos que todos os que passavam pelo rio Marapanim tinham que passar também por Itacoã, por ela situar-se às margens do rio e, também, segundo seu Lourenço, porque, em Itacoã, “*já tinha barracos e alguns paravam para descansar, comer e esperar o dia amanhecer*”.

Os **litotopônimos**, topônimos de índole vegetal, também referentes aos elementos envolvidos na constituição do solo, corporificam-se nos termos apresentados no quadro 21.

**Quadro 21 - Litotopônimos**

Topônimo	Etimologia
<b>Itacoã</b> (AH-PA)	Itacoã - Pedra amarela; esp. de xisto ou filito (TIBIRIÇA, 1984).
<b>Itauassu</b> (AH-PA)	Itauassu - pedra grande (TIBIRIÇA, 1984).
<b>Curi</b> (AH-PA)	Curi [Do tupi <i>Cori</i> ] - espécie de argila vermelha que serve para tingir (CUNHA, 1998).
<b>Pedranópolis</b> (AH-PA)	Pedra + -polis sufixo nominal, de origem grega, que exprime a ideia de cidade, lugar de. Conferir em: <a href="https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aa/-polis">https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aa/-polis</a> .

	Assim, o lugar, a cidades das pedras.
--	---------------------------------------

Os **hidrotopônimos**, por sua vez, manifestam-se nas formas **Igarapé-açu** (AH-PA) e **Maranhãozinho** (AH-PA). Já a taxa dos dimensiotopônimos é aqui representada pelo topônimo **Igarapé-Açu** (AF-PA). Temos, também, topônimos relacionados às formas topográficas dos acidentes geográficos, os geomorfotopônimos **Igarapé Grota Funda** (AF-PA) e **Montenegro** (AH-PA).

#### Quadro 22 - Hidrotopônimos e Dimensiotopônimos

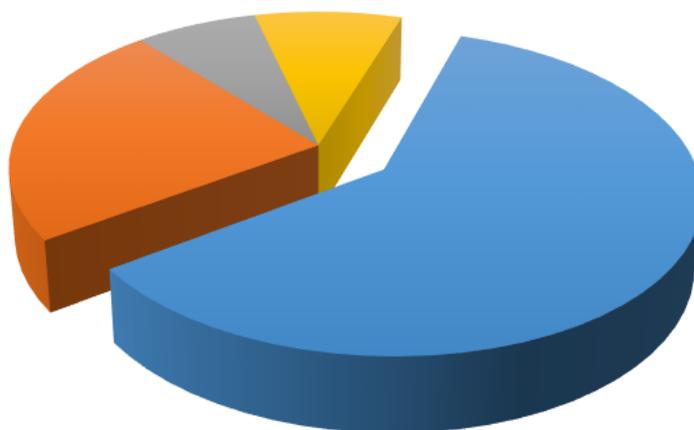
Topônimo	Etimologia	Taxes
<b>Maranhãozinho</b> (AH-PA)	Maranhão - de Mbará-nhã, o mar corrente; o grande caudal que simula o mar a correr (SAMPAIO, 1987) + -inho, sufixo diminutivo. Assim, o mar corrente que é pequeno.	Hidrotopônimo
<b>Igarapé-Açu</b> (AH-PA)	Igarapé-açu, do tupi <i>ygar-apé-assu</i> - igarapé grande, braço de rio grande (SAMPAIO, 1987).	Hidrotopônimo
<b>Igarapé-Açu</b> (AF-PA)	Igarapé-açu, do tupi <i>ygar-apé-assu</i> - igarapé grande, braço de rio grande (SAMPAIO, 1987).	Dimensiotopônimo
<b>Igarapé Grota Funda</b> (AF-PA)	Grota <i>sf.</i> - abertura produzida pela enchente na ribanceira, vale profundo. Do it. <i>gròtta</i> (CUNHA, 2010) + funda, de fundo <i>adj.</i> , profundo, a parte mais interior de um objeto, cavidade (...) âmago, capital, lastro. Do lat. <i>fundus</i> (CUNHA, 2010).	Geomorfotopônimo
<b>Montenegro</b> (AH-PA)	Monte <i>sm.</i> - elevação considerável de terreno acima do solo que a rodeia, porção, acervo, ajuntamento. [Do lat. <i>mons montis</i> ] (CUNHA, 2010) + negro <i>adj.</i> preto, sujo, lúgubre. [Do lat. <i>niger, nigra, nigrum</i> ] (CUNHA, op. cit.)	Geomorfotopônimo

De modo particular, é importante também chamar a atenção para o termo **Cruzador** (AH-PA), que Cunha (2010) define como: *adj.* Que cruza; *s.m* aquele que cruza; *Mar. G.* navio de combate, de tamanho médio, (...), destinado a efetuar explorações, (...), bombardeios de costa, etc. Caso considerássemos essa etimologia, tratar-se-ia de um **ergotopônimo** (topônimos referentes aos elementos da cultura material). Todavia, vinculamos o termo em questão à taxa dos **morfotopônimos**, considerando-se a explicação que segue.

Esse designativo, “Cruzador”, nomeia uma das comunidades por nós visitadas. Liberato Silva, um dos irmãos da família Silva, residente até então na Vila Silva, de acordo com o que conta a história local, foi o primeiro morador da comunidade Cruzador. A respeito dos integrantes da família Silva, fundadores da vila de igual nome, é importante mencionar que, ao longo dos anos, uns foram ficando na Vila Silva, e outros foram se deslocando para localidades vizinhas, ainda não habitadas. Liberato Silva assim procedeu, descendo as terras e nelas se instalando, formando família posteriormente. Foi ele, Liberato Silva, quem denominou a comunidade com o nome Cruzador, em função de os caminhos que antecederam à sua chegada, se assemelharem a uma encruzilhada. O time de futebol da localidade tem a mesma denominação. Quanto a Liberato Silva, o nome de uma das ruas (Liberato Silva) da comunidade Cruzador o homenageia a partir do antropotopônimo atribuído, em função de seu nome.

Em suma, o ambiente físico, por ser socialmente relevante, é um genuíno fator motivacional, corporificando-se na maioria das designações que dão nome às mais de cinquenta comunidades pertencentes ao município de Marapanim-PA, além dos acidentes geográfico-físicos a ele vinculados. Para uma melhor visualização e compreensão dessa predominância dos topônimos de natureza física (fitotopônimos e zootopônimos) no conjunto toponomástico do município de Marapanim, apresentamos o gráfico a seguir.

### Classificação taxionômica: topônimos mais recorrentes



■ 1º Fitotopônimos 20% ■ 2º Zootopônimos 15%  
■ Hagiopônimos 9% ■ 4º Animotopônimos 7%

Note-se que, em comparação com os designativos de natureza antropocultural mais produtivos (hagiopônimos e animotopônimos), os fitotopônimos e os zootopônimos são os que aparecem em maior quantidade.

É da natureza, da fauna e da flora que emanam a maior parte dos motivos toponomásticos eleitos pelo denominador, na dinâmica de atribuição de nomes aos espaços. Para Sapir (1969), o ambiente físico só é relevante na medida em que o é socialmente. É no seio social que o plano físico adquire inteligibilidade. Nesse sentido, talvez não mais falemos em dicotomias, mas em esferas de organização, nos termos de Dick (1990), em ordens genéricas que agrupam os fatos cósmicos entre si, as ordens do físico e do antropocultural, que não se subdividem, mas que interagem reciprocamente. A partir disso, tratemos, nas linhas que seguem, acerca do conjunto toponomástico marapaniense, tomando em conta a estrutura morfológica do sintagma toponímico.

## 4.2 ESTRUTURA MORFOLÓGICA DOS TOPÔNIMOS MARAPANIENSES

No que se refere à estrutura morfológica do topônimo, com base nos pressupostos teórico-metodológicos traçados por Dick (1990), o topônimo pode ser classificado em **simples**, **composto** ou **híbrido**, conforme elucidado alhures. Assim, quanto à classificação morfológica dos termos analisados, **os topônimos simples**, constituídos por um só formante, acompanhado ou não de sufixações, foram, predominantemente, os mais recorrentes, conforme mostrado no quadro 23.

**Quadro 23 - Estrutura morfológica: topônimos simples**

<b>Topônimos simples</b>
1. <b>Açaí</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Açaí”.
2. <b>Arsênio</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Arsênio”.
3. <b>Bacuriteua</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Bacuri” + “-teua” (sufixo tupi).
4. <b>Bussu</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Bussu”.
5. <b>Cafezal</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Café” + “-al” (sufixo português).
6. <b>Camará</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Camará”.
7. <b>Caratateua</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Cara” + “-teua” (sufixo tupi).
8. <b>Cipoteua</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Cipó” + “-teua” (sufixo tupi).
9. <b>Cristolândia</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Cristo” + “-lândia” (pospositivo, do teotônico comum, como ‘terra, país, região’, extremamente frequente em

topônimos das línguas Anglo-Saxãs).
10. <b>Crispim</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Crispim”.
11. <b>Cruzador</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Cruzador”.
12. <b>Cruzeiro</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Cruz” + “-eiro” (sufixo português).
13. <b>Curi</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Curi”.
14. <b>Desembargador</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Desembargador”.
15. <b>Fazendinha</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Fazenda” + “-inha” (sufixo português).
16. <b>Igarapé Bracinho</b> (AF-PA) – formado pela unidade léxica “Braço” + “-inho” (sufixo português).
17. <b>Igarapé Colônia</b> (AF-PA) – formado pela unidade léxica “Colônia”.
18. <b>Igarapé Timboteua</b> (AF-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Timbó” + “-teua” (sufixo tupi).
19. <b>Ilha Cajutuba</b> (AF-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Caju” + “-tuba” (sufixo tupi).
20. <b>Ilha Redenção</b> (AF-PA) – formado pela unidade léxica “Redenção”.
21. <b>Ilha Samaumá</b> (AF-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Samaumá”.
22. <b>Itauassu</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas tupis “Ita” + “assu”.
23. <b>Jacateua</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Jaca” + “-teua” (sufixo tupi).
24. <b>Jarandeuá</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi

“Jara” + “-deua” (sufixo tupi).
25. <b>Livramento</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Livre” + “-mento” (sufixo português).
26. <b>Moroçoca</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Moroçoca”, de “muriçoca”.
27. <b>Nazaré</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Nazaré”.
28. <b>Nandeua</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Nandi” + “-deua” (sufixo tupi).
29. <b>Paixão</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Paixão”.
30. <b>Paraíso</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Paraíso”.
31. <b>Pedranópolis</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Pedra” + “-polis” (sufixo de origem grega).
32. <b>Pesqueiro</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Pesqueiro”.
33. <b>Praia do Camará</b> (AF-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Camará”.
34. <b>Praia do Crispim</b> (AF-PA) – formado pela unidade léxica “Crispim”.
35. <b>Progresso</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Progresso”.
36. <b>Recreio</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Recreio”.
37. <b>Rio Maú</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Maú”.
38. <b>Samambaia</b> (AH-PA),- formado pela unidade léxica tupi “Samambaia”.
39. <b>Sauá</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Sauá”.
40. <b>Tamaruteua</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi

“Tamaru ~ tambaru” + “-teua” (sufixo tupi).
41. <b>Timboteua</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Timbó” + “-teua” (sufixo tupi).
42. <b>Valentim</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Valentin”.
43. <b>Vila Maú</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Maú”.
44. <b>Vila Silva</b> (AH-PA) – formado pela unidade léxica “Silva”.

Em síntese, de um total de 80 topônimos analisados, 44 deles são topônimos simples, constituídos por apenas um formante, unidades lexicais, seguidos ou não de sufixações. Em outras palavras, mais de 50% do *corpus*, no que tange à estrutura morfológica dos termos, é formado por estruturas simples.

Os topônimos compostos, constituídos por mais de um elemento formador, do ponto de vista do conteúdo que cada termo denota, apresentam-se, mais expressivamente, na forma de hagiopônimos, em que o vocábulo “Santo ou Santa” vem antecedendo o nome do santo propriamente dito, esse, explicitado pelo termo posterior, como em:

#### Quadro 24 - Topônimos compostos: hagiopônimos

1. <b>Santo Amaro</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Santo” + “Amaro”.
2. <b>Ilha Santa Rosa</b> (AF-PA) – formado pelas unidades léxicas “Santa” + “Maria”.
3. <b>Santa Maria</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Santa” + “Maria”.
4. <b>Santana</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Santa” + “Ana”.
5. <b>São José</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Santo” + “José”.
6. <b>São Miguel do Crispim</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Santo” + “Miguel” + sintagma preposicionado “do Crispim”.

- |   |
|---|
| 7. <b>São Tomé</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Santo” + “Tomé”. |
|---|

Têm-se, também, os topônimos compostos que seguem, distribuídos taxonomicamente em grupos distintos:

**Quadro 25 - Topônimos compostos, distribuídos em grupos taxonômicos diferentes**

1. <b>Arapijó</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas tupi “Ara” + “Pii” + termo de composição tupi “Jo”.
2. <b>Araticum-Mirim</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas tupi “Araticum” + “Mirim”.
3. <b>Boa Esperança</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Boa” + “Esperança”.
4. <b>Igarapé-açu</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas tupi “Igarapé” + “Açu”.
5. <b>Igarapé-açu</b> (AF-PA) - formado pelas unidades léxicas tupi “Igarapé” + “Açu”.
6. <b>Igarapé Braço Grande</b> (AF-PA) – formado pelas unidades léxicas “Braço” + “Grande”.
7. <b>Igarapé Buiuna</b> (AF-PA) – formado pelas unidades léxicas tupi “Bui”, de <i>Mboy</i> + “una”.
8. <b>Igarapé Grota Funda</b> (AF-PA) – formado pelas unidades léxicas “Grota” + “funda”.
9. <b>Igarapé Mato Grosso</b> (AF-PA) – formado pelas unidades léxicas “Mato” + “Grosso”.
10. <b>Ilha da Pacamurema</b> (AF-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Pacamurema”.
11. <b>Ilha Marapanim</b> (AF-PA) – formado pelas unidades léxicas tupi “Mara” + “Panim”.
12. <b>Itacoã</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas tupi “Ita” + “Coã”.
13. <b>Marapanim</b> (AH-PA) - formado pelas unidades léxicas tupi “Mara” + “Panim”.
14. <b>Matapiquara</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas tupi “Matapi” + “Quara”.
15. <b>Montenegro</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Monte” + “Negro”.

16. <b>Nova Esperança</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Nova” + “Esperança”.
17. <b>Ilha da Pacamurema</b> (AF-PA) – formado pela unidade léxica tupi “Pacamurema”.
18. <b>Pindorama</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Pindó” + “Rama”.
19. <b>Quinze de Novembro</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Quinze” + de “Novembro” (sintagma preposicionado).
20. <b>Rio Marapanim</b> (AF-PA) - formado pelas unidades léxicas tupi “Mara” + “Panim”.
21. <b>Santa Cruz</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Santa” + “Cruz”.
22. <b>Tamataquara</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas tupi “Tamatá” + “Quara”.
23. <b>Vista Alegre</b> (AH-PA) – formado pelas unidades léxicas “Vista” + “Alegre”.

Do conjunto total de topônimos, 31 deles são topônimos compostos, ou seja, aproximadamente 40% do total de designações. Quanto aos topônimos híbridos, formados por elementos linguísticos oriundos de línguas distintas, foram identificados apenas cinco designativos.

#### Quadro 26 - Topônimos híbridos

1. <b>Guarajubal</b> (AH-PA) – formado por uma unidade léxica de origem tupi “Guarajuba” + elemento gramatical de base portuguesa (sufixo “-al”).
2. <b>Abaetezinho</b> (AH-PA) - formado por uma unidade léxica de origem tupi “Abaete” + elemento gramatical de base portuguesa (sufixo “-inho”).
3. <b>Maranhãozinho</b> (AH-PA) - formado por uma unidade léxica de origem tupi “Maranhão” + elemento gramatical de base portuguesa (sufixo “-inho”).
4. <b>Taperinha</b> (AH-PA) - formado por uma unidade léxica de origem tupi

“Tapera” + elemento gramatical de base portuguesa (sufixo “-inha”).
5. <b>Umirizal</b> (AH-PA) - formado por uma unidade léxica de origem tupi “Umiri” + elemento gramatical de base portuguesa (sufixo “-al”).

Quanto à estrutura do topônimo **Guarajubal** (AH-PA), este é formado pela lexia tupi *Guarajuba* ‘espécie de papagaio’ (CUNHA, 2010), acrescido do sufixo português *-al*, que, além de outros sentidos, conforme Houaiss (2008), é formador de substantivos que denotam coleção ou quantidade, como em: lamaçal; laranjal, dentre outros. Sendo assim, interpretamos, denotativamente o referido topônimo como: o lugar em que há grande quantidade de papagaios.

O topônimo **Umirizal** (AH-PA), em sua estrutura morfológica, também conta com a presença do sufixo português *-al*, cujo sentido relativamente explicitamos acima. Temos, nesse caso, a lexia tupi *Umiri* ‘a arvorezinha, o arbusto’ (TIBIRIÇA, 1984), seguida do elemento gramatical *-al*. Literalmente interpretando, temos: ‘lugar em que há quantidade significativa de arbustos, árvores pequenas’.

O termo **Taperinha** (AH-PA), por sua vez, é constituído pela lexia tupi *Tapera* ‘aldeia indígena abandonada; habitação em ruínas’ (CUNHA, 2010), acrescido do elemento gramatical *-inha*, sufixo do português que denota, em geral, a ideia de diminutivo, dentre outros significados. Temos, assim, a seguinte interpretação semântica: ‘habitação simples, humilde, pequena’, considerando-se o nosso ponto de vista acerca das noções de simples, humilde e pequeno.

O sufixo *-inho*, muito produtivo em português, aparece também na formação dos designativos **Maranhãozinho** (AH-PA) e **Abaetezinho** (AH-PA). Em Maranhãozinho, temos o vocábulo Maranhão, do nheengatu *mara-nhã* ‘corredeira, correnteza’; der. do tupi *mbarãnhana*, *pará-nhana*, rio que corre (TIBIRIÇA, 1984), acrescido do elemento gramatical *-inho*. Podemos dizer, desse modo, que se trata de um rio pequeno, o que poderia ser confirmado ou não, caso tivéssemos tido a oportunidade de realizar a pesquisa de campo na referida comunidade. Provavelmente, o tempo/espço não será mais aquele do momento da denominação, todavia, a memória local sempre guarda marcas de sua história, incluindo a história do nome.

**Abaetezinho** (AH-PA) agrega em sua constituição as lexias de etimologia indígena *Abá-eté* ‘nome de uma tribo indígena’; ‘homem verdadeiro, valoroso, valente’ (TIBIRIÇA, 1984), seguido também do sufixo *-inho*. Parece-nos que, nesse caso, seria forçoso interpretar o sufixo *-inho* como denotando ideia de diminutivo, isso, em função da natureza semântica dos lexemas que o antecedem. Talvez, em casos como esses, que, embora pareçam óbvias as interpretações, elas, na verdade, não o são, só a história local (oral, escrita) poderá elucidar, com maior clareza, a provável interpretação.

Em suma, os topônimos híbridos, comparados aos simples e aos compostos, apresentam o menor número de ocorrências, 7% do *corpus*. Vale dizer, no que tange aos elementos que os constituem, que eles seguem o padrão de formação dos termos híbridos. De acordo com Dick (1990), a formação que se generalizou no Brasil, quanto aos termos híbridos, é o elemento português + o indígena, ou o contrário. Os termos toponomásticos híbridos por nós registrados reiteram essa construção, já generalizada no país.

Ressalte-se que dos 80 topônimos analisados, 41 deles são integralmente ou parcialmente de etimologia tupi, isto é, pouco mais de 50% do total de ocorrências, como demonstra o quadro 27.

#### Quadro 27 - Topônimos de etimologia tupi

1. <b>Açaí</b> (AH-PA)
2. <b>Abaetezinho</b> (AH-PA)
3. <b>Arapijó</b> (AH-PA)
4. <b>Araticum-Mirim</b> (AH-PA)
5. <b>Bacuriteua</b> (AH-PA)
6. <b>Bussu</b> (AH-PA)
7. <b>Camará</b> (AH-PA)
8. <b>Caratateua</b> (AH-PA)
9. <b>Cipoteua</b> (AH-PA)
10. <b>Crispim</b> (AH-PA)
11. <b>Curi</b> (AH-PA)
12. <b>Guarajubal</b> (AH-PA)

13. <b>Igarapé Buiuna</b> (AH-PA)
14. <b>Igarapé-Açú</b> (AH-PA)
15. <b>Ilha Cajutuba</b> (AF-PA)
16. <b>Ilha da Pacamurema</b> (AF-PA)
17. <b>Ilha de Marapanim</b> (AF-PA)
18. <b>Ilha Samaumá</b> (AF-PA)
19. <b>Itacoã</b> (AH-PA)
20. <b>Itauassu</b> (AH-PA)
21. <b>Jacateua</b> (AH-PA)
22. <b>Jarandeuá</b> (AH-PA)
23. <b>Maranhãozinho</b> (AH-PA)
24. <b>Marapanim</b> (AH-PA)
25. <b>Matapiquara</b> (AH-PA)
26. <b>Moroçoca</b>
27. <b>Nandeuá</b>
28. <b>Pacamurema</b> (AH-PA)
29. <b>Pindorama</b> (AH-PA)
30. <b>Praia do Camará</b> (AH-PA)
31. <b>Praia do Crispim</b> (AF-PA)
32. <b>Rio Marapanim</b> (AF-PA)
33. <b>Rio Maú</b> (AH-PA)
34. <b>Samambaia</b> (AH-PA)
35. <b>Sauá</b> (AH-PA)
36. <b>Tamaruteua</b> (AH-PA)
37. <b>Tamataquara</b> (AH-PA)
38. <b>Taperinha</b> (AH-PA)
39. <b>Timboteua</b> (AH-PA)
40. <b>Umirizal</b> (AH-PA)
41. <b>Vila Maú</b> (AF-PA)

Isso aponta-nos o fato de o léxico indígena ser ainda expressivo na região pesquisada, mesmo frente à hegemonia do português. Outro ponto a reiterar, mais

uma vez, diz respeito ao Rio Marapanim, que, de acordo com a história local, era o meio através do qual algumas tribos indígenas se deslocavam de um lugar a outro, deixando, assim, marcas às margens daquele rio, seja no plano da linguagem, ou exterior a ele. De acordo com Lourenço Coelho Pereira (70 anos), morador da comunidade Itacoã (AH-PA), “*O rio Marapanim era o caminho dos índios*”, à época, único meio de alcançar as terras mais distantes. Certamente, isso explica o fato de a comunidade Itacoã, situada às margens do Rio Marapanim, ser nomeada com uma denominação indígena, assim como outras localizadas às suas proximidades.

Para sintetizar a discussão, mas não com o propósito de finalizá-la, reafirmamos que o estudo do conjunto de topônimos que vestem e revestem uma dada região, em nosso caso a região pertencente ao município paraense de Marapanim, é um estudo simultâneo também da história, da política, dos processos migratórios, dos contatos interculturais e interlinguais, e da paisagem físico-social. Em suma, esse estudo é uma soma de distintos aspectos, que se entrecruzam no ato complexo do atribuir um nome. Por isso, conforme já mencionamos anteriormente, para Isquierdo (2008, p.34), “os topônimos confirmam a tese de que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso”.

Rajagopalan (2003, p. 88), por sua vez, ao tratar da designação, enquanto ato ideológico-político, portanto discursivo, assinala “que o perigo está no fato de que o leitor ingênuo ou desavisado tende a confundir descrição com termo referencial, opinião com fato consumado. É nisso que reside o maior perigo”. O autor está chamando atenção, por exemplo, ao fato de tomarmos determinadas designações apenas enquanto referenciais, isto é, relacionadas a um dado referente qualquer, apenas com propósitos comunicativos, informativos. Esse é o ponto de partida de sua crítica, que vê as designações como atos ideológico-políticos, porque são atos voluntários de escolha, diríamos, de persuasão. O mesmo tom crítico recai aos que insistem em enxergar determinadas opiniões, visões, sob apenas o ponto de vista de quem as profere, isto é, dos que advogam que esse ponto de vista, por eles enunciado, é um fato a ser considerado, e não apenas um olhar diante do fato propriamente dito.

Nesses termos, buscamos descortinar a toponímia de Marapanim-PA, entendendo que os atos denominativos, por serem atos de escolha, portanto

ideológico-políticos, são atos discursivos, historicamente delimitados, não perdendo, ao mesmo tempo, o tom identificador, referenciador que carregam.

Assim, a história local, vista de baixo, ajudou-nos a entender mais coerentemente os motivos pressupostos à toponímia em questão. Para Dick (1990), em alguns casos, quando algumas construções parecerem inusitadas, sincronicamente falando, talvez somente a história local poderá elucidar, com maior clareza, o fato de elas serem como são e de como significam.

Tendo em vista o que foi possível pesquisar e explorar neste trabalho, a partir dos objetivos propostos, entende-se que esta pesquisa, certamente, pelos caminhos que foi tomando, considerando-se a natureza multifacetada de nosso objeto de estudo (o topônimo), fez-nos perceber mais de perto a dinâmica das relações línguoculturais, e suas resultantes, em termos de língua. Assim, pode-se dizer que o estudo toponímico deve partir do desnaturalizar, do desconstruir para melhor compreender, reconstruindo-se, pois, a partir daí.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cabe iniciar as considerações finais, explicitando que de um total de 83 topônimos identificados, apenas três não foram por nós analisados – Maruda (AH-PA), Praia de Marudá (AF-PA) e Marudzinho (AH-PA) – por não termos conseguido elucidar as suas respectivas etimologias, considerando-se o não registro, desses termos, nos materiais pesquisados.

Aproveitamos para mencionar o não comprometimento do município de Marapanim-PA, para com os dados históricos do próprio município, além dos das comunidades a ele vinculadas. É necessário que a história do lugar seja documentada, registrando, assim, também a identidade e a memória locais.

Nesse sentido, é relevante destacar que, além da consulta às fontes de pesquisa disponíveis (dicionários etimológicos, livros e outros materiais impressos), a pesquisa de campo, realizada em algumas comunidades pertencentes ao Município de Marapanim-PA, foi importantíssima à compreensão da história da fundação dessas localidades, das mudanças de nomes ocorridas e dos fatos que motivaram os novos nomes a elas atribuídos. Essa experiência de pesquisa *in loco* nos fez entender, de forma mais evidente, que o estudo do contexto de produção, de

nomeação, é imprescindível ao trabalho toponímico. Ademais, o conhecimento da história (ou de parte dela) das comunidades visitadas, ajudou-nos a compreender mais claramente a história de Marapanim-PA, enquanto unidade administrativa que agrega, do ponto de vista institucional, todas essas localidades. Assim, é possível dizer que o trabalho de campo realizado reiterou o caráter sociohistórico da palavra, enquanto designativo de lugar, o qual, no dizer de Dick (1990), não é alheio ao contexto histórico-político que passa a integrar, quando nomeia.

Vale dizer, também, que, embora a pesquisa de campo tenha se restringido a apenas dez comunidades – tendo em vista os propósitos deste trabalho –, percebe-se a necessidade e importância de se dar continuidade a pesquisas *in loco*, em outras comunidades marapanienses, para que possamos avançar, ainda mais, em nossas generalizações toponomásticas, no contexto da região. Assim, não queremos cessar, nesse sentido.

O estudo do léxico toponímico marapaniense revelou-nos, em muitos casos, particularidades da região, marcas locais. Termos como **Matapiquara** (AH-PA), de Matapy ‘armadilha de pegar peixe’ (SAMPAIO, 1987) + Quara ‘o lugar’ (SAMPAIO, 1987), põem em evidência um instrumento de pescar típico da Zona do Salgado (da qual Marapanim-PA é parte integrante), onde a cultura do mar é tão presente, onde a atividade do pescar é cotidiana, integra a dinâmica regional. Do mesmo modo, destaca-se o topônimo **Pesqueiro** (AH-PA), que segue nomeando uma comunidade do município.

O homem marapaniense é homem do mar, da beira de rio, da mata, do roçado. A natureza, para ele, é substancial, ou melhor dizendo, é “subsistencial”. Não é por acaso que é da natureza que emanam as mais representativas motivações à nomenclatura geográfica marapaniense. A predominância das taxes de natureza física, com ênfase às ocorrências fitotoponímicas e zootoponímicas são um exemplo disso, da relação homem/meio, da significância do meio físico-social para o homem de Marapanim-PA.

Destacamos, também, a predominância de topônimos de base tupi na microtoponímia do município, eles contabilizam um total de pouco mais de 50% e, majoritariamente, referem-se ao ambiente físico-social. Isso porque, conforme já discutimos alhures, as marcas locais, nesse caso, as do ambiente físico-social da região não encontraram denominações, acomodações na língua do colonizador, por esta refletir traços de ambientes outros.

Entender a dinâmica que orienta os modos de ser do homem marapaniense foi entender, também, os usos que ele fez/faz da linguagem, o modo como ele enxergou/enxerga e representa a realidade que o envolve e é por ele envolvida, a partir da denominação dos espaços.

Descortinar a toponímia da região em tela foi, concomitantemente, descortinar a história, a memória e a identidade, inviabilizadas, do ponto de vista da história oficial. Trata-se da “história não contada”, mas que teve/tem, certamente, muito a contar.

Assim, destacamos nossas contribuições, a partir deste trabalho, para com os estudos toponímicos na região, tão carente de tais investigações e, ao mesmo tempo, tão propícia delas. Nossas proposições, nesse sentido, apontam em direção ao caminhar toponomástico, no contexto local, conjugado, ao mesmo tempo, na medida do possível, ao quadro nacional, do qual ele é parte.

Por fim, frente à carência<sup>49</sup> de estudos toponomásticos no Estado do Pará, especialmente na região por nós pesquisada, acreditamos termos contribuído, nesse sentido. Ademais, que esse seja o despertar em direção aos estudos do léxico regional, nesse caso, das palavras que dão vida aos nossos espaços.

---

<sup>49</sup> Destaca-se, todavia, o trabalho de Isquedo (2016) sobre a macrotoponímia da região Norte do país. Não se pode deixar de mencionar, também, o trabalho de Centurión (2014) sobre a toponímia indígena do município de Castanhal-PA.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. Motivação icônica no léxico e na gramática. In: Azeredo J. C. de (Org.). *Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. 6. ed. RJ: Vozes, 2010.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: Atito*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.
- BERMAN, A. *A Tradução e a Letra ou o Albergue do Longínquo*; tradução Maria – Hélène C. Torres; Mauri Furlan; Orlando Luiz de Araújo. 2. Ed. Tubarão: Copiart; Florianópolis, PGET/UFSC, 2013.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro, UERJ – Instituto de Letras, 2003. Tese de Doutorado em Literatura Comparada.
- BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da Palavra. In *Filologia e lingüística portuguesa*, nº 2, 1998, p. 81-118.
- \_\_\_\_\_. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística Geral I*: tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do prof. Isaac Nicolau Salum – 5. Ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2005.
- BLOOMFIELD, L. C. *Language*. New York: Henry Holt, 1933.
- BURKE, P e R. PO-CHIA (Orgs.), tradução de Roger Maioli dos Santos. *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CARVALHO, M. A. *Contribuição para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso – Mesorregião Sudeste Mato-grossense*. São Paulo, USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, 2010. Tese de Doutorado em Linguística.
- CARDOSO, A. L. *Toponímia Brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- CASTRO, J. A. *Noções da História de Marapanim*. Belém: Gráfica e Editora, 1998).
- CENTURIÓN, S. C. C. *RASTROS INDÍGENAS: Busca pelos topônimos do tupi na cidade de Castanhal/PA*. UFPA – PPLSA, 2014. Dissertação de Mestrado.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

CONCEIÇÃO, A. A. da. *Marapanim - Reconstituição Histórica Cultural Mística e Chistosa*. Marapanim. 1. ed. 1995.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 4. ed. – São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.

\_\_\_\_\_. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Revista Investigações Linguísticas e Teoria Literária*. Pernambuco: UFP, v. 19, p. 119-148, 1999.

\_\_\_\_\_. *O problema das taxionomias*. FFLCH/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. São Paulo: FFLCH, USP, 1992.

\_\_\_\_\_. Toponímia e Cultura. In: *Rev. Inst. Bras.* São Paulo: 27: 93-101, 1987.

FERNANDES, J. D. C. Introdução à Semiótica. In: Ana Cristina de Sousa Aldrigue; Jan Edson Rodrigues Leite (Orgs.). *Linguagens: usos e reflexões*. V. 8. 1. Ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

FERREIRA, A. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Editora Positico, 4. Ed. 2009.

FUSCALDO, B, M, H. *O carimbó: cultura tradicional paraense, patrimônio imaterial do Brasil*. In: *Revista CPC*, São Paulo, n.18, p. 81–105, dez. 2014/abril 2015.

HOUAISS. A. *Dicionário eletrônico Houaiss*. Editora Objetiva Ltda. 2009.

IBGE – Cidades. disponível em: [www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150440&search=pa-marapanim](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150440&search=pa-marapanim). Acesso em: 13-05-15.

GUÉRIOS, Irmão José. *Contribuição indígena ao Brasil*. III vol. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

ISQUERDO, A. N. *O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. São Paulo: 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista.

\_\_\_\_\_. DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Hidronímia e Toponímia: interinfluências entre ambiente e história. In ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani (Orgs.). *As ciências do léxico*. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. V. VII. Campo Grande: Ed. EFMS, 2014. P. 63-80.

\_\_\_\_\_. Herança lusa na toponímia de municípios da Região Norte do Brasil: perspectivas linguística e sócio-histórica. *Actes du XXVIIe Congrès international de linguistique et de philologie romane* (Nancy, 15-20 Juillet (2013) Section 5: Lexicologie, phaséologie, lexicographie. Nancy, ATILF.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2003.

LEITE, Yonne; FRANCHETTO, Bruna. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; SILVA, R. V. M. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

LYONS, John. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

LOSSO, E. G. B. *Nomeação das coisas e fundação do ser – Linguagem poética e real em Heidegger*. UFRJ. In: *Caderno de Letras*, 2005.

LUCI, S. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. In: *Revista Impulsos*, n.º 27, 2000, edição sobre os 500 anos do Brasil.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Antropologia*. Org. Eunice R. Durham. São Paulo: Ática, 1986.

MARTINS, H. Três caminhos na Filosofia da Linguagem. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2011. V. III.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NOBRE, Wagner Carvalho de Argolo. *Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial*/Wagner Carvalho de Argolo Nobre. - 2011.

ORLANDI, Eni P. *Língua e Conhecimento Linguístico*. Para Uma História das Ideias no Brasil. São Paulo, Cortez, 2002.

OGDEN, C. K. e. RICHARDS, I. A. *O significado de significado – Um Estudo da Influência da Linguagem sobre o Pensamento e sobre a Ciência do Simbolismo*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1972.

OLIVEIRA, R. C. O Trabalho do Antropólogo: Olhar; Ouvir; Escrever. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 1996, v. 39 nº 1.

PRAZERES, R. S.; AQUINO, J. M.; MARQUES, R. H. *A busca pela verdade no Crátilo: Naturalismo e Convencionalismo na concepção Platônica*. In: *Revista Eletrônica Espaço Teológico*. V. 7, n. 11, jan/jun, 2013, p.99 - 107.

PARATUR. *Inventário da oferta turística de Marapanim*. Companhia Paraense de Turismo. 2012.

PEIRCE, C. Sanders. *Semiótica*. Tradução J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PETTER, Margarida. “Linguagem, língua, linguística”. In: Fiorin, José Luiz (Org.). *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

PLATÃO. *Crátilo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1989.

\_\_\_\_\_. O Sofista. Trad. de Carlos Alberto Nunes, Versão eBook (UFB), 2003.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *A Linguística que nos faz falhar: investigação científica*. São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. 1958. *Contribuição para a etimologia dos brasileirismos*. Revista Portuguesa de Filologia, vol. 9, p. 1 -54. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Permalink: [http://biblio.etnolingustica.org/rodrigues\\_1958](http://biblio.etnolingustica.org/rodrigues_1958). Sagrada Família, 1998.

SANTAELLA, Lucia. O que é semiótica. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleções primeiros passos.)

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geographia nacional*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL,1987.

SAPIR, E. Língua e Ambiente. In: *Linguística e Ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969, p. 43-49.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: Peter Burke (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 39-62.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.

SEEMAN, J. *A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará*. In: *Revista Vivencia*, 2005.

SOUSA, Alexandre Melo de. *Desbravando a Amazônia ocidental brasileira: estudo toponímico de acidentes geográficos humanos e físicos do Acre* (Tese de doutorado em linguística) – UFC, 2007.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de Topônimos Brasileiros de origem Tupi*. São Paulo: Traço, 1984.

VOLKER Noll, Wolf Dietrich, (organizadores). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

HOUAISS. A. *Dicionário eletrônico Houaiss*. Editora Objetiva Ltda. 2009.

#### OUTRAS FONTES:

Dicionário de nomes próprios: Disponível em: <https://www.dicionariodenomespropios.com.br/>. Acesso em 15/01/2017.

IBGE – Cidades. Disponível em: [www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150440&search=pamarapanim](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150440&search=pamarapanim). Acesso em: 13-05-15.

## APÊNDICES

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### PESQUISA TOPONÍMICA

Local da pesquisa:	
Data da pesquisa (ou período):	
Nome do colaborador da pesquisa:	
Naturalidade do colaborador da pesquisa:	Idade:
Tempo em que reside no local:	
<b>PERGUNTAS<sup>50</sup></b>	
<p>1- Você poderia relatar-nos, na medida do possível, sobre a história de fundação dessa localidade (município, vila), destacando, por exemplo, o período cronológico, os agentes envolvidos, dentre outros aspectos que considerar relevante, quanto a esse evento?</p> <p>2- A respeito do nome dessa localidade, você saberia o motivo de ela ter o nome que tem, atualmente? A comunidade sempre foi assim denominada?</p> <p>3- Se você tivesse que destacar algum traço, aspecto, costume desse lugar, o que destacaria, considerando-se o grau de importância que esse elemento</p>	

<sup>50</sup> Cabe dizer que essas perguntas são apenas para orientar-nos, no momento das entrevistas. Em alguns casos surgem novas perguntas, em outros a discussão suscitada em uma das perguntas contempla às demais, e assim por diante. Ademais, as perguntas são adaptadas, conforme as condições de produção.

adquire na comunidade?

- 4- Você considera que o nome desse lugar realmente tem a ver com algum traço, marca desse lugar? Explique.

# ANEXOS

## ANEXO A – MAPA DO MUNICÍPIO DE MARAPANIM-PA (IBGE, 2010)

